



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Programa de Pós-Graduação em História



**LUCAS ALMEIDA CAMPOS**

**A VOZ DO FANTASMA:  
PERPETRADORES DE VIOLÊNCIA  
NA FICÇÃO BRASILEIRA  
CONTEMPORÂNEA**

**RIO DE JANEIRO**

**2022**

LUCAS ALMEIDA CAMPOS

A VOZ DO FANTASMA: PERPETRADORES DE VIOLÊNCIA NA FICÇÃO  
BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Patrimônio, Ensino de História e Historiografia.

Orientador: Kelvin Falcão Klein

Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C198 Campos, Lucas Almeida.  
A voz do fantasma: perpetradores de violência na ficção brasileira contemporânea / Lucas Almeida Campos. -- Rio de Janeiro, 2022.  
107 f.

Orientador: Kelvin Falcão Klein.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

1. Ditadura na literatura - Brasil. 2. Violência na literatura. 3. Ditadura – Brasil – História – Séc. XX. 4. Literatura e história - Brasil. 5. Memória na literatura. I. Klein, Kelvin Falcão. II. Título.

CDD: 981

Elaborada por: Adriana Almeida Campos CRB-7/4081

LUCAS ALMEIDA CAMPOS

A VOZ DO FANTASMA: PERPETRADORES DE VIOLÊNCIA NA FICÇÃO  
BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre em História pela  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
(UNIRIO).

Aprovado em: 28 / 03 / 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Kelvin Falcão Klein (Orientador)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

---

Prof. Dr. Miguel Bezzi Conde

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

---

Prof. Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

## AGRADECIMENTOS

Aos amigos e amigas que me acompanharam em toda essa trajetória, especialmente Ana Paula Akisawa, Arthur Cavallare, Mateus Bertolino, Sarah Lins e Washington “MaisUm” Martins. Apesar da distância, obrigado pelo apoio direto e indireto que vocês tiveram nessa etapa de minha vida, pelas conversas, pela companhia, carinho e afeto ao longo desses dois anos.

Aos colegas do Laboratório de Estética e Teoria da História que tive o prazer de conhecer e trocar ideias nos últimos anos, Edmo Videira, João Pedro Coppelli, Ribeiro, João Ronsini, João Pedro Coutinho, Maya Moldes, Pedro Henrique Morais Pereira. Repito aqui o que escrevi em todos os relatórios que enviei para o programa: Ninguém faz uma pesquisa sozinho. Apesar das dificuldades que os últimos dois anos nos colocaram, as conversas que tivemos nesse tempo foram fundamentais para a elaboração dessa pesquisa.

Agradeço aos professores Ieda Magri, Pedro Caldas e Miguel Conde pelos valiosos comentários feitos a essa pesquisa.

Agradeço também ao professor Kelvin Falcão Klein que me recebeu na Unirio e de maneira compreensiva e dedicada me orientou ao longo desses dois anos. Agradeço o convívio, o estímulo e as conversas que tivemos em vídeo e por e-mail.

Gostaria de agradecer também à Unirio e todos os funcionários, em especial à Priscila Luvizotto do PPGH, sempre muito atenciosa e prestativa.

À minha família pelo apoio durante essa etapa de minha formação.

À Capes pela bolsa de estudos concedida.

## RESUMO

Esta pesquisa analisa a forma como perpetradores de violência são figurados nas obras *K. - Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, *A resistência*, de Julián Fuks, e *Cabo de guerra*, de Ivone Benedetti. Essa investigação procurou identificar como a consciência desses personagens surge na ficção e quais justificativas e motivações são atribuídas a eles para amparar suas ações, de modo a considerar as obras literárias como um tipo de discurso que orienta e dá sentido ao presente. Para examinar o diálogo entre passado e presente, recorreremos ao conceito de passado prático, desenvolvido por Hayden White, que permite ampliar nossos estudos sobre a relação entre história e literatura. Assim, considero que o passado apresentado pela literatura também pode ser usado como instrumento para a tomada de decisões no presente. É discutindo temas pertinentes à historiografia que a literatura, ao construir um mundo fictício, apresenta uma experiência peculiar, que permite ao leitor estruturar um julgamento, ético ou moral, sobre o mundo real a partir de uma lente ficcional. Esse trabalho tentou aproximar o discurso histórico do literário, mostrando que a proposta narrativa elaborada pela literatura é tão pertinente quanto aquela elaborada pela História para comunicar e permitir a construção do conhecimento histórico pelo público leitor. Essa pesquisa buscou mostrar como a literatura evidencia o silenciado e o esquecido pelo discurso oficial da ditadura militar, denunciando os crimes praticados pelos militares.

**Palavras-chave:** Ditadura na literatura – Brasil. Violência na literatura. Ditadura – Brasil – História – Séc. XX. Literatura e história – Brasil. Memória na literatura.

## ABSTRACT

This research analyzes how perpetrators of violence are figured in the works *K. - Relato de uma busca*, by Bernardo Kucinski, *A resistência*, by Julián Fuks, and *Cabo de guerra*, by Ivone Benedetti. This investigation sought to identify how the consciousness of these characters appears in fiction and what justifications and motivations are attributed to them to support their actions, in order to consider literary works as a type of discourse that guides and gives meaning to the present. To examine the dialogue between past and present, this research makes use of the concept of practical past, developed by Hayden White, which allows us to broaden our studies on the relation between history and literature. Thus, I consider that the past presented by literature can also be used as an instrument for decision-making in the present. It is by discussing themes relevant to historiography that literature, when elaborating a fictional world, presents a peculiar experience, which allows the reader to structure a judgment, ethical or moral, about the real world from a fictional lens. This work tried to bring the historical discourse closer to the literary one, showing that the narrative proposal elaborated by literature is as relevant as the one created by History to communicate and allow the construction of historical knowledge by readers. This analysis sought to show how the literature evidences the silenced and forgotten by the official discourse of the military dictatorship, denouncing the crimes committed by the military.

**Keywords:** Dictatorship in literature – Brazil. Violence in literature. Dictatorship – Brazil – History – XX. Literature and history – Brazil. Memory in literature.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>FICÇÕES DO PASSADO: ordenando a história.....</b>	<b>21</b>
2.1	O que tem de real na realidade histórica?.....	21
2.2	Da história para o fazer história.....	35
<b>3</b>	<b>PRODUÇÕES DO PASSADO: a história ordenada.....</b>	<b>48</b>
3.1	Memórias em disputa: história e historiografia da ditadura militar brasileira.....	48
3.2	Usos do passado: a história como projeto.....	56
<b>4</b>	<b>A VOZ DO FANTASMA: o perpetrador na ficção brasileira contemporânea...</b>	<b>70</b>
4.1	Fantasmas do passado: entre a lembrança e a presença.....	72
4.2	“Justificar, só depois, nunca antes”: memórias de um “cachorro” .....	84
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>94</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>102</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Há cinco anos, enquanto acompanhava a sessão que aprovou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, não me dei conta do impacto que teria a homenagem feita por um deputado, então desconhecido para mim, apesar de ter sido eleito pelo Rio de Janeiro, ao primeiro militar reconhecido pela Justiça brasileira como torturador. Em 2019, três anos depois dessa tenebrosa sessão, escrevia o meu projeto de dissertação e logo no início escrevi: A memória da ditadura militar tem sido objeto de disputas no país, principalmente após homenagens feitas por figuras públicas a torturadores. Na época adicionei algumas referências a minha afirmativa. Hoje, acho desnecessário. O leitor entenderá.

Relendo a segunda frase do projeto fico ainda mais preocupado. Escrevi que pouco se falava sobre a tortura em nosso país, seja a do passado ou a do presente, a sociedade aceita muda tanto sua prática como também a impunidade de seus perpetradores. Na época, curiosamente, não adicionei nenhuma nota, mas poderia. Apesar de recorrentes, acredito que meus leitores cariocas se lembrarão das chacinas ocorridas no Jacarezinho, em maio de 2021, e em São Gonçalo, em 22 de novembro de 2021. Nesta última, aqueles acostumados a acompanhar o jornal matinal se depararam com corpos sendo retirados de um mangue em uma favela do município. O mais comum, nessas situações, ainda mais como espectadores, é indagar quem eram os mortos, o que faziam, ou melhor, o que fizeram, quais seus antecedentes. Uma série de perguntas com um único objetivo: justificar a violência.

O historiador belga Berber Bevernage em *O passado é mau/ O mal é passado*, artigo publicado em 2015, sugere que

Ao historicizar alocronicamente a injustiça contemporânea e tratá-la nos termos do discurso histórico, uma distância é criada entre as atividades próprias do presente e os crimes supostamente passados ou anacrônicos. Além disso, a postura historicizante também permite retratar a relação de alguém com esse mal em termos contemplativos como análogo àquela do historiador ou da testemunha, em vez da posição moralmente mais problemática do espectador, ou ainda pior, do beneficiário ou cúmplice.<sup>1</sup>

Bevernage se preocupa com a questão da justiça histórica e da esperada garantia que a justiça de transição corrija os erros do passado. A justiça, no entanto, tinha um peso menor do que seu complemento, a transição. O dilema que surge no enfrentamento daqueles funcionários do Estado que infringiram os direitos humanos é um aspecto problemático para o

---

<sup>1</sup> BEVERNAGE, Berber. *O passado é mau/ O mal é passado: sobre política retrospectiva, filosofia da história, e maniqueísmo temporal*. In: BEVERNAGE, Berber. **Caminhos para a Teoria da História: filosofias das historicidades e a questão da justiça histórica**. Tradução Walderez Ramalho. Vitória: Editora Milfontes, 2020. Edição Kindle. p. 28.

processo de transição de um regime autoritário para um democrático. Processar e punir ou perdoar e esquecer? Qual o caminho menos insatisfatório?

O caminho do perdão e do esquecimento é mais frequente. É também o mais próximo ao caso brasileiro. O trauma e a violência vividos pelos familiares e sobreviventes das atrocidades praticadas pelos militares durante a ditadura foram silenciados no processo de transição. Não curiosamente, a própria transição foi orquestrada pelos militares, seria no mínimo estranho ver militares punindo uns aos outros. É comum a justiça transicional evitar o conflito, se afastar da noção de justiça como luta. Como veremos ao longo dessa pesquisa, uma das experiências absorvidas durante o processo de transição brasileiro foi aquela vivida pelos nossos vizinhos argentinos, onde o julgamento de militares causou instabilidades ao regime democrático.

O pesquisador Carlos Artur Gallo argumenta que

Enquanto a transição brasileira foi marcada pelo gradualismo e, sobretudo, pela grande ingerência de integrantes dos setores que estavam no poder, a transição argentina foi um processo político iniciado em meio à crise, foi menos controlado por parte dos dirigentes da ditadura, e, comparado ao que houve no Brasil, que se estendeu por mais de uma década, ocorreu com certa rapidez.<sup>2</sup>

Bevernage sugere que a tendência em considerar o “Passado Maligno”, acaba legitimando um suposto presente “que parece em comparação inocente e justo, suplantando, portanto, o reconhecimento crítico das responsabilidades contemporâneas”.<sup>3</sup> Devemos nos lembrar que todo passado é construído com um projeto de futuro específico em mente. Esse passado, na verdade, *precisa* ser elaborado para que o grupo, ou grupos, impulsionem sua concretização.

Apesar de a tortura e a violência praticada pelos militares no Brasil seja – corretamente – vista com gravidade, a chamada luta armada não teve tanto impacto no Brasil quanto em países vizinhos que viviam no mesmo período sob regimes militares. Isso não muda o fato de que o Estado brasileiro infringiu direitos humanos e saiu impune dos crimes cometidos. A repercussão dessa violência, no entanto, ficou restrita a sobreviventes e familiares que compartilham seus relatos. Durante o período mais repressivo da ditadura militar, que perdurou entre 1969-1973, eram poucas as vozes que confrontavam os militares, que se mobilizaram para dismantelar toda resistência ao regime. Apesar de isoladas, eram

---

2 GALLO, Carlos Artur. **Um acerto de contas com o passado**: crimes da ditadura, “Leis de Impunidade” e decisões das Supremas Cortes no Brasil e na Argentina. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. Edição Kindle. s. p.

3 BEVERNAGE, op. cit., p. 30.

vozes que não se intimidaram e denunciaram a prática da tortura, o assassinato e os desaparecimentos promovidos pelos militares.

A anistia, apesar de reconhecida apenas pelo ano em que a lei foi sancionada, em 1979, começou a ser discutida ainda no ano do golpe civil-militar. Foi em 1964 que a luta pelo perdão e o julgamento de criminosos envolvidos com a tortura e desaparecimento de opositores começou. Em 14 de outubro de 1964, o escritor socialista Edmundo Moniz assinou uma matéria no jornal *Correio da Manhã* intitulada “Torturadores e torturados”. Nesse artigo, Moniz faz uma exigência que seria nos anos 1970 a vertente mais radical dos movimentos pela anistia. A opção de não apurar os responsáveis condenaria todos, “sem exceção”, enfatiza o autor. E ainda alerta que, não basta cessar a tortura a partir da denúncia e deixar impune os criminosos. A impunidade significaria a culpa de todos. Moniz escreve que

É preciso apurar a culpa dos mandantes. E qual a responsabilidade dos que se omitiram ou compactuaram tacitamente com as torturas. A omissão não justifica nem absolve ninguém. A culpa é só dos que executaram as ordens criminosas, mas também dos mandantes e dos responsáveis pelos mandantes.<sup>4</sup>

Ainda que a luta pela anistia tenha começado cedo, esse movimento não conquistou apoio suficiente. Algumas iniciativas isoladas até mobilizaram um número significativo de pessoas, como a conferência de dom Hélder Câmara, realizada em maio de 1970, no Palácio dos Esportes, em Paris, que reuniu mais de dez mil pessoas. Nesse ato, Câmara relatou as torturas que ocorriam no Brasil e iniciou uma campanha de denúncia a essa prática na Europa. Quando voltou ao Brasil, foi proibido de dar entrevistas e fazer discursos públicos.<sup>5</sup>

Para a ditadura, campanhas como a de dom Hélder Câmara tinham como objetivo difamar a imagem do país no exterior.<sup>6</sup> A luta pela anistia e as investigações sobre os desaparecimentos de presos políticos ganhou força no decorrer dos anos 1970. Mas foi apenas no final da década que o movimento ganhou força com a campanha pela Anistia “ampla, geral e irrestrita”, que se estruturou e conquistou apoio de diversos setores rapidamente. A

---

4 MONIZ, Edmundo. **O golpe de abril**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 110 apud LEMOS, Renato. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 37.

5 O GLOBO. Dom Hélder Câmara: o líder católico que denunciou crimes da ditadura militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 ago 2019. País. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/dom-helder-camara-lider-catolico-que-denunciou-crimes-da-ditadura-militar-23904923>. Acesso em: 21 dez 2021.

6 O historiador Paulo César Gomes, em *Liberdade Vigada*, livro publicado em 2019, relata que o nome de dom Hélder Câmara passou a ser internacionalmente associado a defesa dos direitos humanos e, na década de 1970, foi cogitado para ser agraciado com o Prêmio Nobel da Paz. Gomes argumenta que há comprovação documental de que houve interferência do governo brasileiro para impedir a homenagem, ameaçando empresários de países escandinavos que tinham negócios no Brasil. Sobre o assunto, pode ser proveito consultar GOMES, Paulo César. **Liberdade Vigada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019. p. 317-320.

amplitude da campanha logo atraiu as elites políticas que tomaram as rédeas da questão e planejaram um projeto de lei. O projeto discutido na Câmara não atendeu totalmente os objetivos da campanha. A aprovação da lei da anistia de 1979 resultou em uma transição insatisfatória, marcada pela disputa política entre grupos dominantes no momento em que se discutia a anistia.<sup>7</sup> Não é difícil perceber que as exigências de Edmundo Moniz não foram atendidas. Pelo contrário, a lei de 1979 não só excluiu, em um primeiro momento, presos condenados por ações armadas contra o regime militar, como abraçou o perdão a torturadores e assassinos. É no artigo primeiro da lei que concede anistia a todos que “cometeram crimes políticos ou conexo com estes”, os crimes conexos seriam justamente prisões arbitrárias, torturas e o desaparecimento de presos, práticas promovidas e executadas pelo Estado brasileiro e seus agentes. O governo conseguiu que a anistia fosse, de fato, ampla, garantindo a impunidade de seus crimes. Essa característica foi percebida e condenada pela sociedade, mas o enfoque da luta agora eram os dois outros temas do movimento, que a anistia fosse “geral” e “irrestrita”. Apesar das controvérsias, a anistia de 1979 foi apoiada e festejada tanto pela sociedade civil como também por muitos ex-militantes.

É um desafio aos estudos históricos investigar a experiência de pessoas que viveram eventos traumáticos. Esse, no entanto, não é o tema de nossa pesquisa. Aqui, me interessei por uma figura obscura, o perpetrador de violência. Uma figura que parece ficar em segundo plano quando falamos sobre a tortura, os assassinatos, os desaparecimentos. Foi a partir de leitura do romance *Cabo de guerra*, de Ivone Benedetti, em meados de 2018 que essas pessoas infames atraíram minha atenção. A primeira pergunta que fiz é também aquela que, provavelmente, muitos fazem: Por que essas pessoas agiam dessa forma? Crueldade? Maldade? Minhas respostas quase sempre caíam na dualidade da pessoa boa/pessoa ruim. Seria ótimo se as coisas fossem tão simples. Se pudéssemos fazer uso de uma régua moral que servisse de instrumento para julgar essas pessoas. Não posso deixar de registrar que em minha primeira leitura de *Cabo de guerra* procurei por essa régua moral. A pergunta que mais me perturbava era: Até onde posso condenar essa pessoa?

O romance de Benedetti narra a história de um “cachorro”, uma pessoa que participa da resistência à ditadura militar e colabora com os militares. O “cachorro” foi responsável direto ou indireto pela tortura, morte e desaparecimento de muitas pessoas envolvidas com a

---

7 Sobre o conceito de transição insatisfatória, pode ser proveitoso consultar TEIXEIRENSE, Pedro Ivo Carneiro. **Reinventando o inimigo**: História, política e memória na montagem dos dossiês e contra-dossiês da ditadura militar brasileira (1964-2001). 2017. 296f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

luta armada. Por ser uma narrativa em primeira pessoa, percebemos que o “cachorro” tenta durante toda a história justificar suas ações. O ingresso na militância de esquerda foi por conta do desemprego e uma possível paixão. A manutenção do vínculo com a resistência foi obra do acaso, uma série de “estava no lugar errado, na hora errada”. Podemos nos colocar no lugar dele. A iminência de uma sessão de tortura também nos desestabilizaria. O que faríamos nessa situação? Sabendo, ainda que pouco sobre a luta armada, o “cachorro” entrega aquilo que sabe. Não é preciso ser torturado para saber as dores que tal experiência causa.

E aqui surge um aspecto curioso dessa pesquisa, quando disse que o tema dessa investigação não é a experiência daquelas pessoas que vivenciaram eventos traumáticos, me referia aos sobreviventes e familiares de desaparecidos políticos. No entanto, até que ponto podemos considerar que a experiência vivida por perpetradores de violência também é traumática? A impossibilidade de universalizar a noção de trauma, uma vez que as experiências são suportadas individualmente, implica na necessidade de adequar nossos instrumentos de análise.

A ciência histórica, por conta de seus limites epistemológicos, não é suficiente para representar experiências traumáticas. Não é minha intenção hierarquizar o conhecimento científico, mas penso que seja produtivo atentar para as peculiares do conhecimento histórico. Esse é um tipo de conhecimento elaborado a partir não só da experiência com documentos e com o arquivo, mas também da experiência do sujeito com o passado. O que os historiadores apresentam são narrativas que representam da forma mais verossímil possível o passado. Não podemos confundir o passado com a realidade passada, essa última só pode ser acessada a partir dos vestígios que sobreviveram ao tempo. As narrativas literárias, apesar de seguirem protocolos diferentes das narrativas históricas, também apresentam o passado a partir de uma representação. Uma característica peculiar do discurso literário é sua capacidade de fazer o leitor experimentar uma outra vida, uma vida estranha a ele.

Por muitos anos li histórias sobre a ditadura militar e regimes autoritários, ou melhor, li a historiografia de períodos sombrios. Eu entendia ou, pelo menos, tinha uma noção do que esses tempos significavam. Períodos violentos, em que opositores eram torturados, sequestrados e “desaparecidos”, ou ainda, pessoas eram enclausuradas e mortas por vias cruéis e inimagináveis – ou irrepresentáveis? A experiência da violência, no entanto, ainda era distante. Foi na literatura que experimentei aquilo que não tinha sido vivido por mim, o desespero, a dor, a ausência, o medo daqueles que sobreviveram durante esses períodos. Concordo e me apoio nas palavras de Roberto Vecchi e Regina Dalcastagnè, na apresentação

de dossiê sobre as imagens da ditadura militar na ficção contemporânea, quando me apego a literatura brasileira e a vejo como “um arquivo surpreendente que guarda, de maneira mais incisiva do que a historiografia, a memória dolorida de um tempo áspero e impróprio.”<sup>8</sup>

Um trecho que chamou minha atenção no romance *K. - Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, é uma curta passagem que mostra as diferentes realidades vividas em um mesmo tempo. O narrador começa nos dizendo que: “Lá fora a vida segue inalterada: senhoras vão às compras, operários trabalham, crianças brincam, mendigos suplicam, namorados namoram.” Esse cotidiano, no entanto, não é vivido por todos, em outro ponto da mesma cidade, em um pequeno apartamento, “instaura-se no casal o pânico. Fremem de ambos as mãos, agora incertas. O diálogo é assustado, os olhos evitam se olhar. Transpiram, exalando desgraça.” E a continuação do trecho teceu as primeiras conexões entre a obra de Kucinski e minha leitura de *Cabo de guerra*: “A queda do ponto naquela manhã só se explica pela delação. Há um informante entre eles, um traidor ou um agente infiltrado, alguém muito próximo a eles dois, entre os poucos que restavam.”<sup>9</sup>

Procurei nessa pesquisa me afastar daquele binarismo citado anteriormente da pessoa boa/pessoa ruim, queria entender quais eram os argumentos que essas pessoas infames procuraram justificar suas ações. Ou melhor, entender como os romances *K. - Relato de uma busca*, *A resistência* e *Cabo de guerra* imaginavam essas justificativas. E mais, encontrar, de alguma forma, o que incentivou as homenagens a essas figuras anos após o fim da ditadura militar. Como disse acima, os livros de história revelam sem hesitação o que foi a ditadura militar, o que impulsionou esse tipo de discurso? Entendo que o apoio a alguma verdade é necessário para darmos sentido a nossas ações no tempo. Ainda que possamos não ter certeza do por que agimos de uma determinada maneira, precisamos construir uma sequência narrativa para orientar nossas decisões e opiniões. O distanciamento que comentei não deve ser traduzido como uma falta de envolvimento pessoal com a investigação. Pelo contrário, por vezes era difícil escrever sobre esses personagens enquanto diariamente lia nos jornais e assistia pela televisão a animação de figuras públicas com o regime militar, as ameaças a democracia, as contínuas homenagens a torturadores e o desrespeito com vítimas, sobreviventes e seus familiares.

---

8 VECCHI, R.; DALCASTAGNÈ, R. Apresentação. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S. l.], n. 43, p. 11–12, 2014. DOI: 10.1590/S2316-40182014000100001. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9941>. Acesso em: 22 dez. 2021.

9 KUCINSKI, Bernardo. **K – Relato de uma busca**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 26, grifo nosso.

Uma narrativa usual acerca da ditadura militar brasileira é aquela leitura que entende o período como um conflito entre dois lados e que ambos cometeram excessos. Essa leitura é curiosa, pois a luta armada no Brasil não atingiu grandes proporções, mas evidencia a relevância que a resistência armada ganhou nas narrativas históricas e literárias sobre o período. A luta armada cresceu diante da impossibilidade de reconquistar o espaço político perdido a partir do golpe civil-militar de 1964. O apoio civil ao golpe se deu com a promessa dos militares de realizar eleições em 1965. Contudo, esse apoio foi frustrado quando militares prorrogaram o mandato de Castelo Branco e determinaram eleições indiretas para governadores e prefeituras de cidades importantes. Os Atos Institucionais (AI) outorgados no decorrer dos anos seguintes ao golpe foram diminuindo as possibilidades de retorno a um regime democrático. Ainda que fosse forjado um respaldo jurídico para as ações violentas perpetradas pelo Estado, nem mesmo a constituição militar permitia os abusos praticados por oficiais durante o regime. O extermínio de opositores foi realizado de forma não só ilegal como cruel e desproporcional. O historiador Carlos Fico sugere que “o Estado brasileiro, mesmo durante o regime autoritário, poderia ter combatido a luta armada sem apelar para a tortura e o extermínio.”<sup>10</sup>

O objetivo dessa pesquisa é analisar as figurações da consciência dos perpetradores de violência nas obras *K – Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, *A resistência*, de Julián Fuks, e *Cabo de guerra*, de Ivone Benedetti. O estudo de perpetradores exige alguns cuidados. Não podemos deixar que nossas emoções sobreponham a natureza humana dessas pessoas. O interesse em partir do discurso literário para investigar os perpetradores é a possibilidade que ele nos entrega de imaginar o mundo real fora dele. O que quero dizer com isso? O discurso literário produz uma leitura do mundo real que não é o mundo real, mas que, como veremos a partir do teórico alemão Wolfgang Iser, é preciso tomá-lo *como se* fosse. Esforcei-me para não fazer uso da régua moral como instrumento de análise desses personagens, mas acredito que em alguns momentos o meu julgamento se sobrepôs. Desde o começo, isso era inevitável.

A investigação histórica que se alimenta de fontes literárias não deve se limitar a analisar a literatura confrontando-a com outras fontes documentais. Não é preciso, tampouco seria proveitoso, provar cada enunciado do texto literário. O historiador Dominick LaCapra sugere, no texto *History and the Novel*, publicado em 1985, que “um movimento em uma direção desejável se dá quando os textos são compreendidos enquanto usos variáveis da

---

10 FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021. p. 49.

linguagem que chegam a um acordo com – ou “registram” – contextos de várias maneiras.”<sup>11</sup> Essas formas envolvem o intérprete como historiador e crítico em sua troca com o passado por meio da leitura dos textos. Podemos questionar o tema e o enredo elaborados pelo autor da obra literária a partir da investigação dos campos de referência disponíveis em sua época. O que *K.*, *A resistência* e *Cabo de guerra* nos apresentam é uma leitura contemporânea da ditadura militar.

A investigação de como a literatura figura os perpetradores de violência da ditadura militar possibilita compreender a violência que perdura no presente. É refletindo sobre o passado que a literatura anseia por orientação no presente. Talvez não seja exagerado dizer que é também em *nossa* tentativa de compreender o passado que construímos um presente menos caótico. Entendemos os porquês de algumas situações a partir das experiências e decisões tomadas no passado. Essa pesquisa tem como objetivo compreender os resquícios de violência de nossas instituições no presente. É a partir da ideia de passado prático, elaborada pelo filósofo inglês Michael Oakeshott e resgatada pelo historiador Hayden White, que penso ser necessário um estudo acerca dos perpetradores e da violência praticada durante o período da ditadura militar. Eu sei que é um clichê dizer que a arte imita a realidade e, sendo assim, a literatura nada mais é do que uma representação da própria realidade. É justamente por ser uma representação da realidade que recorremos a literatura como fonte documental para dar seguimento a nossos estudos. É imaginando e construindo situações possíveis para esses personagens que podemos tentar compreender suas ações, tentar encontrar suas motivações. E enfatizo o *tentar* por conta da dificuldade de encontrar uma resposta final a essas buscas. E essa impossibilidade não se dá por conta da fonte literária, uma vez que os desvios factuais da literatura não a invalidam como invalidaria uma obra historiográfica. Os protocolos de leitura são diferentes.

Essa pesquisa está dividida em três capítulos. No primeiro, “Ficções do passado: ordenando a história”, procurei apresentar a intricada relação entre história e ficção. É trabalhando na fronteira entre realidade histórica e ficção que não só as narrativas históricas como também as literárias projetam suas próprias realidades. A ideia de projetar a realidade é uma maneira de considerar a narrativa como um instrumento que possibilita a elaboração de uma história. O sentido que a história possui não surge do fato de ter acontecido. O acontecido, sabemos, é posterior a história, o acontecido é elaborado a partir da articulação

---

11 LACAPRA, Dominick. History and the novel. In: LACAPRA, Dominick. **History and Criticism**. Ithaca: Cornell University Press, 1985. p. 127. Tradução nossa.



dos enunciados e declarações que uma determinada experiência manifesta. O que as representações acerca do passado procuram nos mostrar é uma faceta mais verídica e possível daquilo que foi a realidade passada. É importante notar que criar uma narrativa histórica ou literária não é apenas imaginar o passado, mas também encarar o desconforto da realidade. Quando falamos em criar, fabricar, inventar uma realidade passada, nos colocamos em uma posição em que desconforto e estímulo se conectam. Nem sempre sentimos prazer na leitura de histórias, mas nem toda história deve ser prazerosa. Há aquelas, e penso que *K. - Relato de uma busca*, *A resistência* e *Cabo de guerra* se encaixam nessa classificação, que são construídas para ferir, para cortar. Histórias que nos incomodam. Histórias que parecem incompreensíveis e inexplicáveis, mas, se nos interessa designar um objetivo para essas histórias, podemos sugerir que ao sensibilizar o outro, elas querem atingir nossas emoções. É na leitura dessas experiências que somos obrigados a pensar por que o mundo é desse jeito e não de outro.

Curiosamente, quando escrevo “por que o mundo é desse jeito” posso dar a entender que existe *um* mundo e *uma* realidade. Procurei nesse primeiro capítulo mostrar que as histórias são construções ficcionais e que isso não significa que as histórias falseiam ou mentem acerca do que foi o passado. É justamente por conta da complexidade do Real que as representações recorrem a ficção como meio para fabricar uma realidade. E é também a dificuldade em construir representações que me apoio no teórico e filósofo da história Frank Ankersmit para pensar as histórias produzidas pelos historiadores como propostas narrativas para a interpretação do passado. Todavia, não são apenas as histórias profissionais que se apresentam como propostas narrativas, aquelas literárias também são uma forma de representar o passado. É a partir de referências do mundo real que tanto historiador como também escritores elaboram suas histórias. Não devemos dizer que uma história é mais confiável do que a outra, ou que o historiador é o especialista no estudo do passado, devemos atentar para as peculiaridades que cada tipo de discurso e como articulam seus referentes. Os historiadores Arthur Lima de Avila, Fernando Nicolazzi e Rodrigo Turin, na apresentação do livro *A história (in)disciplinada*, publicado em 2019, sugerem que há um crescente interesse pelos passados, mas esses passados assumem formas variadas e contrastantes. Esse interesse, no entanto, não parece ser satisfeito “a partir da história enquanto disciplina e, fato ainda mais

grave, parece vir acompanhado de uma perda da legitimidade da história como saber especializado sobre o passado”.<sup>12</sup>

Entendo que os próprios historiadores pressupõem – necessariamente – uma legitimidade do saber histórico para se afirmarem como cientistas. A ciência histórica, no entanto, ainda é *um* discurso. Concordo com o escritor sul-africano J. M. Coetzee, no ensaio *The Novel Today*, de 1988, que trata da relação entre romance e história, quando sugere

... que a história não é realidade; que a história é um tipo de discurso; que o romance é um tipo de discurso também, mas um tipo diferente de discurso; que, inevitavelmente, em nossa cultura, a história irá, em diferentes graus de força, tentar reivindicar a primazia, alegar que é a forma-mestra do discurso.<sup>13</sup>

O que chamo no singular de discurso histórico é, na verdade, uma série de discursos que se confrontam para ser o *mais legítimo*, aquele que diz como *realmente* foi o passado. Para dar continuidade a um projeto de futuro é preciso que o passado esteja bem organizado. Se há dúvidas acerca daquilo que nos fez, dificilmente construiremos uma imagem daquilo que queremos ser.

O meu objetivo nesse primeiro capítulo foi estabelecer alicerces para os dois próximos capítulos. É partindo da experiência do sujeito para a escrita da história que entendo a historiografia como um campo de disputa de memórias sobre o passado. Nenhuma mais importante do que a outra, mas todas elas com intenções e objetivos claros. A escrita de histórias ou a escrita da história é um processo cuidadoso de fabricar a realidade a partir das experiências que o sujeito tem ao construir aquela representação acerca do passado.

Em *Guerra aérea e literatura*, o escritor alemão W. G. Sebald, refletindo sobre a reação alemã diante da destruição causada pelos bombardeios aliados, argumenta que

A capacidade do ser humano de esquecer o que não quer saber, de não fazer caso daquilo que está diante de seus olhos, poucas vezes foi posto à prova de forma tão rigorosa como na Alemanha daquele tempo. Em um primeiro momento, o puro pânico determinou a decisão de prosseguir *como se nada houvesse acontecido*.<sup>14</sup>

---

12 AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. Apresentação. In: AVILA, Arthur Lima de et al. (org.). **A história (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 7-18. p. 7. Disponível em: [https://editoramilfontes.com.br/acervo/A%20Historia%20\(in\)disciplinada.pdf](https://editoramilfontes.com.br/acervo/A%20Historia%20(in)disciplinada.pdf). Acesso em: 10 set 2021.

13 COETZEE, J. M. *The Novel Today*. **Upstream**, v. 6, n. 1, 1988, p. 4 *apud* CHARBEL, Felipe. As novas fisionomias do romance histórico. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 13, n. 32, p. 19-46, 12 abr. 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1530>. Acesso em: 5 nov. 2020. Tradução nossa. No original: “... that history is not reality; that history is a kind of discourse; that novel is a kind of discourse, too, but a different kind of discourse; that, inevitably, in our culture, history will, with varying degrees of forcefulness, try to claim primacy, claim to be a master-form of discourse”.

14 SEBALD, W. G. **Guerra aérea e literatura**: com ensaio de Alfred Andersch. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 43, grifo nosso.

A forma alegórica como foi representada a realidade que caiu dos céus nas cidades alemãs no início dos anos 1940 faz com que as imagens da destruição sejam incompletas. Há uma recusa à descrição, uma dificuldade em dar sentido aquilo que, a princípio, não faz sentido. A impossibilidade de representar – ou imaginar – o Real, o evento da destruição, constituiu para Sebald uma ausência, um não dizer nada sobre o evento, uma característica presente tanto na historiografia quanto em outros campos do discurso, como as conversas em família.<sup>15</sup> É interessante perceber, e talvez não seja difícil notar, que existem eventos que preferimos fazer de conta que não aconteceram.

Partindo das considerações de Sebald, em “Produções do passado: a história ordenada” procurei discutir brevemente a historiografia recente sobre o golpe e a ditadura militar para evidenciar as disputas que pairam sobre esse período. Procurei ilustrar com exemplos o que foi discutido no primeiro capítulo dessa investigação. O jogo do “faz de conta” não é uma boa prática historiográfica. Não nos ajuda a refletir sobre o passado, tampouco é um aliado na busca pela verdade. Não podemos, no entanto, esquecer que a historiografia é um campo de disputa de memórias, onde as divergências entre as narrativas elaboradas acerca da ditadura militar, principalmente a partir da década de 1990, são produto de um projeto de nação que deseja superar esse passado sem que esse movimento resulte em mais uma experiência traumática. E, talvez mais importante, são narrativas que impulsionam um projeto de futuro para o país sem solucionar os conflitos do passado, como a própria tomada do poder pelos militares e os graves delitos cometidos contra pessoas durante o regime ditatorial. Esses pontos ficaram de lado no processo de transição de poder para os civis e não houve uma grande mobilização para que fossem discutidos. Anos após o fim da ditadura militar, poucas e restritas políticas de reparação foram criadas para auxiliar aqueles que foram lesados pelos militares entre os anos 1960 e 1980.

Historiadores, jornalistas e, claro, o próprio Estado elaboraram narrativas distintas sobre o período. Considerei a política de transição um ponto de partida para analisar as histórias e considerações acerca da ditadura militar. Acredito que essa tenha sido uma política importante para a forma como o perpetrador é imaginado na literatura contemporânea, pois ela estabeleceu critérios de como o passado deve ser visto. Como veremos ao longo dessa pesquisa, todo texto tem uma intencionalidade que se manifesta a partir de referenciais selecionados pelo autor para a construção de sua narrativa. As histórias, como textos, têm ou não sentido a partir da organização desses referenciais. Fazer sentido é fundamental para

---

15 Ibid., p. 66.

qualquer história, o que não significa que devemos tomar o texto histórico como a única verdade sobre o passado. No caso dos historiadores discutidos nesse capítulo, Argelina Figueiredo, Daniel Aarão Reis, Jorge Ferreira, Carlos Fico e Marcos Napolitano nos apresentam interpretações acerca do passado ditatorial. Nenhuma mais verdadeira do que a outra.

Em seguida, como toda pesquisa é impulsionada pelo presente, não pude deixar de considerar a forma como a ditadura militar tem sido tratada nos últimos anos pelo governo mais militarizado desde a transição para a democracia no final dos anos 1980. Analisei as últimas Ordens do Dia alusivas ao dia 31 de março de 1964, publicadas pelo Ministério da Defesa, para entender a construção de um evento histórico pelo governo. E, não podemos esquecer, um governo interessado em construir uma memória da ditadura militar que a resgatasse como um período que “salvou” o Brasil de um futuro perigoso.

É interessante notar nesses casos como a memória sobre o período é ativada em diferentes momentos da história recente do Brasil. A revisão histórica do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 e suas repercussões em jornais e no próprio discurso oficial do governo. Procurei, com esses exemplos, demonstrar não apenas que é possível recorrer ao jogo do “faz de conta” para esconder o passado ou omitir aspectos perversos para consolidar uma narrativa, mas também o caráter fictício da história.

Esse desinteresse ou esquecimento intencional de acontecimentos vividos por pessoas durante a ditadura militar é o assunto tratado no terceiro capítulo dessa pesquisa. Em “A voz do fantasma”, também título da dissertação, procurei analisar a construção do perpetrador de violência nas obras *K. - Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, *A resistência*, de Julián Fuks, e *Cabo de guerra*, de Ivone Benedetti. A forma como a anistia de 1979 lidou com os crimes praticados pela ditadura militar orientou o olhar sobre esses delitos nos anos seguintes. A tortura, o desaparecimento e o assassinato de pessoas pelos militares não julgados, esquecidos e silenciados pela ditadura militar e suas dores restringidas no regime democrático tem uma presença interessante na literatura contemporânea. Reduzir a ficção à fantasia é ignorar a dificuldade de representar certas experiências ou eventos históricos. A literatura, como a ciência histórica, é um meio para dar sentido e significado a realidade.

Para o escritor brasileiro Ricardo Lísias, a literatura aliou-se ao senso comum desde a redemocratização, na medida em que a preferência de nossos autores foi a ficcionalização da violência urbana. Lísias argumenta que “a literatura brasileira contemporânea adere a todos os

anseios, paranoias e procedimentos de controle da classe dominante”<sup>16</sup>, afastando-se da característica mais tradicional da arte, que é resistir ao senso comum. Em 2017, a pesquisadora Eurídice Figueiredo lançou *A literatura como arquivo da ditadura*, obra que enfoca a análise de romances, memórias e textos jornalísticos que discorrem sobre a ditadura militar. Figueiredo divide em três períodos a estratégia de escrita sobre o período. O primeiro, entre 1964-1979, que engloba romances que mostram os impasses a que levou a luta armada, a tortura e o despreparo das organizações de esquerda frente a revolução que buscava. O segundo período (1979-2000) é marcado pelo seu teor testemunhal que tanto relatos quanto romances autobiográficos evidenciam. A partir dos anos 2000, data que determina o início do terceiro período (2000-2016), as obras não deixam de lado o teor testemunhal, mas mantém um distanciamento do puro testemunho. Figueiredo sugere que essas últimas obras “transfiguram as experiências, considerando que, em sua maioria, os autores eram jovens durante os anos da ditadura, conheceram-na de perto e podem reelaborar o vivido no modo ficcional, inspirando-se de casos verídicos, porém já transmutados.”<sup>17</sup> A pesquisadora ainda comenta sobre uma característica dos romances publicados recentemente: a autoficção. Inspirados na vida pessoal do autor, esses romances partem de uma perspectiva particular da ditadura para fundamentar suas histórias, é o que vemos em *K.*, de Bernardo Kucinski, e *A resistência*, de Julián Fuks.

Não podemos, ressalta Figueiredo, confundir o que se passa na vida de cada um de nós com o que se lê, são universos distintos, com protocolos e códigos diferentes, a realidade sempre escapa. “Em outras palavras, a literatura sempre lidou com a verossimilhança, não com a verdade, mesmo se o autor se inspira nos fatos de sua vida.”<sup>18</sup> Como dito anteriormente, o meu interesse nesse terceiro capítulo foi analisar a figuração da consciência dos agentes da ditadura militar em *K.*, *A resistência* e *Cabo de guerra*. O objetivo dessa investigação foi identificar as formas como os perpetradores justificam suas ações nessas três obras.

Ainda que haja uma narrativa que considere as questões do passado referentes a ditadura militar já solucionadas, percebemos nessas três obras um resgate do passado para tentar preencher as lacunas que a Lei da Anistia de 1979 deixou – e que a Comissão Nacional da Verdade não conseguiu preencher. O passado da ditadura não passou. E o silêncio que se

---

16 LÍSIAS, Ricardo. Dez fragmentos sobre a literatura contemporânea no Brasil e na Argentina ou de como os patetas sempre adoram o discurso do poder. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (org.) **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. Edição Kindle.

17 FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 87.

18 Ibid., p. 123.

alastra por cima da tortura, dos torturadores, dos desaparecidos reverbera no presente. O estudo dos agentes da ditadura militar e suas práticas tenebrosas é importante para entender como funcionam nossas políticas públicas no combate a violência urbana. Há uma dificuldade do Brasil de refletir sobre o seu passado, esse sempre volta como um fantasma assombrando nossas ações no presente. Apesar de a anistia ter como objetivo a reconstrução da ordem social, ela não é uma solução ou um ponto final para os crimes cometidos no período que a antecede. A anistia, como veremos ao longo dessa pesquisa, não deve impedir o lembrar, não é um obstáculo a verdade acerca do passado. Ela é um meio para orientar a memória de uma sociedade. Seus efeitos, no entanto, não são quantitativos, é preciso recorrer a meios não convencionais, como os discursos literário, histórico, memorialístico e testemunhal para entender sua repercussão. O único efeito que o silenciamento e o esquecimento dos crimes da ditadura militar que percebemos hoje em dia é sua perpetuação.

É por meio da análise das obras literárias que penso ser proveitoso a análise de situações e eventos sensíveis. Experiências que desafiam a forma tradicional de lidar com o passado, como se fosse um objeto guardado esperando ser desvendado. As novas dimensões éticas que o presente exige das pessoas também reclamam por novas maneiras de análise histórica, recorrer a literatura para o exame dos perpetradores de violência é entender como um tipo de discurso resgata o passado para dar sentido ao presente e, se possível, nos orientar rumo ao futuro.

## 2 FICÇÕES DO PASSADO: ORDENANDO A HISTÓRIA

### 2.1 O que tem de real na realidade histórica?

A realidade histórica é uma tentativa de entender o real do nosso mundo. Um mecanismo que nos mostra coisas que não enxergaríamos de outra maneira. Essa máquina, no entanto, está em contínuo desenvolvimento. As histórias selecionam documentos, cartas, memórias e outras referências para organizar e tentar dar sentido as ações de pessoas no tempo. Essas escolhas são feitas de forma consciente – e quase sempre de maneira responsável – para sustentar a veracidade de uma narrativa. É preciso fazer com que o outro acredite naquilo que lê ou escuta. Ou melhor, é preciso atribuir um significado ao acontecimento para que ele se torne um símbolo, para que ele diga algo sobre o evento passado. Mas *atribuir um significado* quer dizer que eventos são vazios de qualquer essência. É preciso preenchê-los. Como toda máquina, precisamos de ferramentas para construir a história. Não é possível “olhar” o passado e escrevê-lo. O passado não é um objeto pronto para descrição. É preciso criá-lo, imaginá-lo. O elo que mantém conectadas a história e a ficção sofre muitos ataques. Se a ficção é o melhor instrumento para elaborar as histórias, não sabemos, mas é essa ferramenta que temos a nosso dispor para dar seguimento a construção dessa realidade.

Criar uma narrativa histórica não é apenas imaginar o passado, mas também encarar o desconforto da realidade. Quando falamos em criar, fabricar, inventar a realidade passada, nos colocamos em uma posição que mistura tanto desconforto quanto estímulo. Desconforto porque, apesar de *outra*, é uma realidade criada por nós, mas justamente por ser uma produção humana que nos sentimos estimulados a compreender nossas ações passadas. Um desejo de relatar o vivido, para fazer presente aquilo que já não existe. É curioso pensar em “criar” o que já aconteceu, mas o passado é destruído de maneira tão feroz e fugaz que apenas nos resta inventar a partir de seus fragmentos.

Em *O Fardo da História*, ensaio publicado em 1966, Hayden White argumenta que o historiador “precisa estabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução de

problemas peculiares ao nosso tempo.”<sup>19</sup> A matéria do historiador é o tempo, mas dada a plasticidade de seu objeto, a modelagem da história é feita a partir das necessidades que o tempo do historiador exige. Na era moderna, a investigação histórica foi estabelecida como a organização do conhecimento construído a partir de um enredo que seleciona e combina documentos, dados e informações sobre pessoas e suas ações. O objetivo de uma investigação histórica é inaugurar uma visão sobre o passado capaz de contribuir para solução de questionamentos do presente e, potencialmente, do futuro. O historiador é uma das vozes no diálogo entre o presente e o passado, que tem como intenção apresentar aos seus contemporâneos um mundo imaginado a partir de perguntas que sua época o obriga a fazer. O historiador busca uma resposta eficiente a partir das fontes que tem a sua disposição. Eficiente por que as histórias possuem uma finalidade, a escrita da história tem sempre um propósito, uma motivação, é feita com um olhar dedicado a um grupo específico.

Se em suas origens a escrita histórica tinha como objetivo ensinar lições e modos de conduta a pessoas, principalmente aquelas que ocupavam cargos públicos, a profissionalização dos estudos históricos a partir de meados do século XIX distanciou o historiador de seus princípios éticos fundadores. Ainda que esse estranhamento tenha autenticado o conhecimento construído pelo historiador, Hayden White argumenta em sua última obra *The Practical Past*, que esse movimento fez com que a história deixasse de ter qualquer utilidade prática. Os historiadores, argumenta White, são capazes de dizer o que seria possível acreditar acerca de um evento passado, mas não de indicar de que maneira esse estudo pode ser útil para lidar com situações ou problemas práticos no presente. Nessa lógica, o passado histórico – aquele produzido pelo historiador – estaria separado de um passado prático.<sup>20</sup>

Hayden White recorre ao filósofo inglês Michael Oakeshott que define o passado prático como aquelas noções de passado em que “as pessoas, como indivíduos ou um grupo, *recorrem* com a intenção de fazer avaliações e decisões no cotidiano e em situações extremas.”<sup>21</sup> Entendo que a separação entre o passado histórico e o prático se dá pela natureza empírica do primeiro e subjetiva do segundo. Ou melhor, o passado prático não pode ser escrito como o passado histórico. O passado não será resgatado da mesma maneira pelos

---

19 WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: Ensaios sobre a Crítica da Cultura. Tradução Alípio Correia de Franca Neto. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b. p. 53.

20 WHITE, Hayden. **The practical past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014a. p. 9.

21 Ibid., p. xiii, grifo nosso. No original: “... the past that people as individuals or members of groups draw upon in order to help them make assessments and make decisions in ordinary daily life as well as in extreme situations...”. Todas as traduções são minhas salvo quando indicada a autoria.



sujeitos, a separação entre os passados histórico e prático se dá pela impossibilidade de *escrever* uma realidade passada de modo a encantá-la com uma suposta praticidade. O passado prático é concebido pelo sujeito a partir da experiência de um acontecimento. De maneira consciente ou não, nos servimos de experiências passadas para questões que surgem no presente. Permitindo-me classificar experiências, entendo que o passado prático serve tanto para aquelas experiências mais simples, como usar um fogão, até as mais complexas, como promover políticas públicas para comemorar eventos históricos e pessoas. Entendo, como White, que Oakeshott compreende o termo “prático” da forma que Immanuel Kant sugeriu em sua segunda crítica, isto é, como um conhecimento que pretende ajudar a responder a questão ética: O que devo fazer?<sup>22</sup> Se tomarmos o passado histórico da maneira como White propõe, com um “fim em si mesmo”, a pergunta segue sem uma resposta, uma vez que o passado histórico apresenta o modo como as pessoas agiam em outros tempos, a distância entre esse *outro tempo* e o *nosso tempo* impossibilitaria qualquer tipo de *uso* desse conhecimento para as questões do presente.

A historiadora estadunidense Joan W. Scott argumenta, em seu artigo *The Evidence of Experience* (1991), que

O conhecimento é conquistado por meio da visão; visão é a apreensão direta de um mundo de objetos transparentes. Nesta conceitualização, o visível é privilegiado; a escrita é então colocada a seu serviço. Ver é a origem do conhecimento. Escrita é reprodução, transmissão – a comunicação do conhecimento alcançado por meio da experiência (visual, visceral).<sup>23</sup>

A praticidade ou não do conhecimento construído por meio da experiência só será materializada quando o passado for resgatado pelo sujeito para um uso no presente. Apesar de Scott sugerir que *escrita é reprodução, transmissão* do conhecimento adquirido por meio da experiência, entendo que a linguagem seja esse meio, seja ela verbal ou não. No ensaio, Scott recorre a experiência do romancista Samuel Delany em uma casa de banho para homossexuais. Para Delany, sua experiência evidenciou a natureza das representações dos homossexuais na sociedade, frequentemente caracterizados como “pervertidos isolados”, ou sujeitos que “deram errado”. O que quero destacar aqui do trecho de Scott e de seu exemplo é que um

---

<sup>22</sup> Ibid., p. 8.

<sup>23</sup> SCOTT, Joan W. *The Evidence of Experience*. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 17, n. 4, p. 773-797, 1991. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1343743>. Acesso em: 24 fev 2021. p. 775-776. Tradução nossa. No original: No original: “Knowledge is gained through vision; vision is a direct apprehension of a world of transparent objects. In this conceptualization, the visible is privileged; writing is then put at its service. Seeing is the origin of knowing. Writing is reproduction, transmission – the communication of knowledge gained through (visual, visceral) experience”.

conhecimento só é conhecimento no momento em que conseguimos distinguir o que essa experiência significa. Todo conhecimento, assim, é um saber pronto para um uso prático.

Percebemos que uma experiência é uma experiência quando tiramos proveito dela. Isto é, quando percebemos a importância de uma situação e damos um significado a ela, a interpretamos. A interpretação é o ponto de partida para a construção de um novo mundo, uma nova realidade que também está sujeita a interpretações. A experiência é o instante em que um conhecimento é assimilado. Cada sujeito, no entanto, tem sua própria perspectiva para compreender o mundo, o que torna a *sua* experiência, *uma* experiência. E é a partir dessa experiência que o sujeito pode construir *uma* representação, reivindicar *uma* verdade. Dada a impossibilidade que recuperar o passado em sua totalidade, duas representações de um mesmo acontecimento podem ser igualmente verdadeiras.

A experiência do sujeito no mundo, os círculos que frequenta, as leituras que faz, as questões que o preocupam, a assimilação da cadeia de signos e enunciados influenciam sua visão de mundo. A escrita da História é a escrita da experiência do historiador sobre uma realidade passada, uma realidade perdida, cujo destino é o esquecimento. É inevitável não recorrer a experiência na narrativa. Comunicamos, transmitimos nossas experiências por meio da narrativa. É no ato de narrar que expressamos nossa perspectiva acerca de um acontecimento. Mas a narrativa, como veremos, também pode ser instrumentalizada para comunicar, ou transmitir, aquilo que se deseja revelar, como uma ferramenta de produção, a narrativa atende a um propósito, o objetivo da produção.

Frank Ankersmit, ao refletir sobre a passagem da linguagem para a experiência no ofício do historiador, argumenta que a escrita da História é a experiência da perda, do mundo perdido. Ao historiador resta recolher os fragmentos do passado e, no esforço de interpretar esses traços,

O historiador sentir-se-á como parte da parte que está descrevendo: a distância entre o passado e o presente, seu desespero pela perda do passado, seu *insight* nostálgico em um mundo que reconhece ter-se ido para sempre irá então motivar sua escrita e inspirá-lo em seus pensamentos mais profundos. Nesses casos raros, o que o historiador escrever sobre o fado de sua civilização, sobre ela ter sido atirada dentro de um turbilhão de hostilidade e poderes insondáveis, será, então, em última análise, a representação da própria experiência (do passado) do historiador.<sup>24</sup>

Essa experiência, que Ankersmit define como *experiência sublime do passado*, é a coincidência das experiências históricas objetiva e subjetiva. Ankersmit refere-se à experiência objetiva como a investigação histórica que busca compreender como as pessoas

---

24 ANKERSMIT, F. R. **A escrita da história**: a natureza da representação histórica. Tradução Jonathan Menezes et al. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2012. p. 128-129.

experienciaram seu mundo, qual era o espírito da época, qual era sua arquitetura política e cultural. A experiência subjetiva, por outro lado, considera a possibilidade de que uma experiência do passado determine o que um historiador escreverá sobre o passado como se fosse um historiador no passado. Esses dois tipos de experiências – objetiva e subjetiva – caminham lado a lado e, eventualmente, se encontram, “a *experiência histórica sublime* repousa no final de toda experiência histórica”. A experiência que o historiador tem ao entrar em contato com o mundo passado só é reconhecida quando diferenciada daquela que tem no mundo real. Sendo assim, podemos considerar que a experiência subjetiva precede a objetiva, visto que a análise objetiva de um mundo passado só se inicia com o deslocamento do historiador ao passado. A experiência da realidade passada é o contraste da experiência do historiador no presente.<sup>25</sup>

Joan W. Scott argumenta que a experiência se torna o princípio da evidência sobre a qual a explicação é construída. Assim, a experiência revela a diferença, o contraste, não se tratando de pensar como o outro se constitui, mas o que o torna distinto. Os sujeitos se formam por meio da experiência. Considerando estas declarações, e que a escrita da História é intrínseca ao sujeito-historiador, a experiência de mundo do historiador guia a narrativa histórica, sua experiência é, ao mesmo tempo, o início e o fim de sua explicação, de sua leitura do passado. “A experiência”, completa Scott, “é sempre ao mesmo tempo uma interpretação e algo que precisa ser interpretado.”<sup>26</sup>

A experiência do historiador, portanto, constitui um elemento essencial na representação histórica. “*Representação*”, esclarece Ankersmit, “é o berço do significado”.<sup>27</sup> O significado é construído a partir da proposta de leitura de uma realidade passada pelo historiador. E essa proposta se compõe a partir de *textos* – sobre, ou do passado –, da *experiência de leitura* desses textos e, por fim, da *representação*, isto é, da experiência de leitura do texto pelo historiador, que dá *significado* a narrativa. O significado só passa a existir a partir da experiência de leitura do texto, quando é possível criar uma representação do *texto*, quando a interpretação é possível. A experiência do passado e o passado se constituem num mesmo instante, o passado, deste modo, é revelado a partir da experiência.<sup>28</sup>

A linguagem é instrumentalizada não para descrever o passado, mas para organizar o conhecimento do passado, *interpretá-lo*. O historiador cria o passado, não o relata. A escrita

---

25 Ibid., p. 128-131.

26 SCOTT, op. cit., p. 797. No original: Experience is at once always already an interpretation *and* something that needs to be interpreted.

27 ANKERSMIT, op. cit., p. 169.

28 ANKERSMIT, op. cit., p. 169-178.

da História é a operação de transformar a relação entre linguagem e experiência do passado em um novo mundo. Em *O uso da linguagem na escrita da história*, publicado originalmente em 1994, Ankersmit sugere que a representação que o historiador constrói é uma proposta de leitura do passado – uma proposta narrativa.<sup>29</sup> É por meio da linguagem que essa proposta ganha vida, que o mundo passado, uma realidade inexistente, é entendido. Por ser uma proposta, essa realidade pode ser representada de diferentes maneiras. As narrativas históricas apresentam *uma* interpretação acerca do passado. “Uma das marcas do bom historiador profissional”, nos lembra Hayden White, “é a firmeza com que ele lembra a seus leitores a natureza puramente provisória de suas caracterizações dos acontecimentos, dos agentes e das atividades encontrados no registro histórico sempre incompleto”.<sup>30</sup>

Na construção de uma proposta narrativa, é o historiador que decide as declarações escolhidas para compor sua narrativa. É importante enfatizar que a narrativa em si não transmite nenhum conhecimento cognitivo, mas as declarações que a compõem são capazes disso. A assimilação desses enunciados ampara o entendimento e a construção de uma narrativa acerca do passado. Essa narrativa, no entanto, ainda que composta por referências verdadeiras, não deve ser confundida com a Verdade. O conhecimento elaborado acerca da realidade passada está subordinado a escolhas particulares, a uma perspectiva individual. Diante de todas as coisas que o mundo nos entrega, o historiador precisa escolher aquilo que é essencial e o que não é para o seu objetivo. Construindo um significado a partir das escolhas e conexões entre enunciados e declarações. Sem a experiência de mundo daquele que escreve, com seus valores, intuições, convicções, essa seleção não teria sentido.

É o historiador, afirma Ankersmit, “quem *confere* esta unidade e coesão ao passado por meio de sua proposta narrativa de como o passado deveria ser visto. Unidade e coesão não são propriedades do passado, mas da narrativa histórica proposta para a interpretação do passado”<sup>31</sup>. O *insight* que o historiador tem a partir da experiência do passado, ainda que sem valor epistemológico, orienta a organização e a escrita da narrativa.

É a partir desse *insight* que o historiador elabora o enredo. O enredo é o que garante a fluidez das declarações que compõem a narrativa, delimitando seu início, meio e fim. O enredo nos conta como uma sequência de eventos acontecem, enquanto a narrativa nos indica o motivo, nos dá um significado. O sentido e o significado da história são apreendidos por meio da narrativa. A criação do enredo é a fonte de White para caracterizar as narrativas

---

29 ANKERSMIT, op.cit., p. 33-62.

30 WHITE, 2014b, p. 98.

31 ANKERSMIT, op. cit., p. 58.

históricas como “ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências”.<sup>32</sup>

A oposição entre História e ficção não é proveitosa. Hayden White explica em *The Practical Past* que não distingue historiografia e ficção, compreendendo a escrita histórica a partir da noção de escrita literária. A escrita literária é um modo de linguagem dominado pelo uso da função poética do discurso, o que permite pensar a ficção como uma *espécie* do gênero “literatura” em vez de visualizá-la como essência da substância de tudo o que é literário. Assim, ainda que nem toda escrita literária seja ficcional, toda ficção é, necessariamente, literária. Quando caracteriza a história como ficção verbal, White compreende ficção como uma construção ou quadro sobre “o que possivelmente aconteceu” ou pode acontecer em algum lugar em um determinado momento, seja no presente, no passado ou no futuro. As narrativas históricas são versões do mundo passado, compreendem a unidade dada a uma sequência de eventos e ações de seres humanos que não existem mais e que, em sua maioria, não deixaram nenhuma evidência de suas existências.<sup>33</sup>

Na escrita histórica, os historiadores são capazes de manipular tempo e espaço. John Lewis Gaddis ressalta a capacidade dos historiadores de comprimir, expandir, comparar, medir essas dimensões. A representação literal da realidade não é seu objetivo, mas diferentemente de artistas, o historiador é justo para com suas fontes, não só porque seus pares podem verificá-las, mas também em respeito aos protocolos que a escrita histórica estabelece. Diante da impossibilidade de dar conta de tudo, três aspectos se destacam na escrita da História: seletividade, simultaneidade e escala. Esta não é uma tarefa simples, ainda mais quando essa articulação visa construir uma narrativa mais convincente e apropriada sobre determinado evento histórico do que outras. No discurso histórico, quem decide e seleciona quais acontecimentos são importantes para a narrativa é o historiador. Reconhecemos que esses acontecimentos não ocorrem subitamente, mas só conseguimos compreendê-los quando os colocamos em uma perspectiva mais ampla, tendo em conta suas relações com outros eventos. Sendo assim, a simultaneidade é essencial na escrita histórica, visto que ela oferece ao observador, no caso o leitor, a possibilidade de estar ao mesmo tempo, em mais de um lugar. E, por fim, a escala garante a análise histórica uma visão macro e microscópica dos eventos. Gaddis considera que a manipulação destas três dimensões é fundamental na escrita

---

32 WHITE, 2014b, p. 98.

33 WHITE, 2014a, p. x-xiii.

histórica, uma vez que uma representação literal do passado seria impossível. Assim como um mapa, Gaddis compara, a escrita histórica tem um propósito, e essas dimensões são controladas de acordo com os objetivos que a narrativa busca alcançar.<sup>34</sup>

O narrador, deste modo, organiza a realidade a partir da seleção de referências. Para isso, não só há seletividade, como vimos, mas também hierarquização. Essas escolhas apresentam um texto que está de acordo apenas com o historiador. A perspectiva do historiador repercute tanto em sua investigação quanto em sua escrita. Com isso, ainda que os referenciais sejam os mesmos, a interpretação e o sentido dado a esses referentes são de exclusividade do historiador.<sup>35</sup>

“O historiador”, argumenta White, “partilha com seu público *noções gerais* das formas que as situações humanas *devem* assumir em virtude de sua participação nos processos específicos da criação de sentido que o identificam como membro de uma dotação cultural e não de outra”.<sup>36</sup> Constrói-se, assim, um caminho de leitura inteligível para que, posteriormente, o leitor consiga acompanhar a história e entendê-la, dando significado as informações que constituem a narrativa histórica. O historiador codifica os acontecimentos históricos, aproximando-os de uma nova realidade. Tornando possível a compreensão dos eventos passados em suas próprias dimensões espaçotemporais, evitando o anacronismo nas interpretações das ações desses indivíduos.

Não raro é esperado do historiador uma suposta neutralidade, exige-se que seu trabalho atenta para *apresentar* os fatos históricos e apenas *descreva* os eventos *tal como aconteceram*. Esse é um pedido curioso, penso que o incômodo com aqueles que não aceitam uma narrativa histórica por conta da interpretação do evento pelo autor seja o fato de ter sido apresentado a uma *outra* leitura acerca do passado. Uma leitura que perturba a ordem, que, de alguma maneira, fere. Como se existisse uma Verdade, a tarefa do historiador seria encontrá-la. Ignora-se que no trabalho do historiador *fato e interpretação* caminham lado a lado, sua distinção obscurece a apreensão do conhecimento histórico.<sup>37</sup> Não se lê um trabalho sobre a

---

34 GADDIS, John Lewis. **The landscape of history**: how historians map the past. New York: Oxford University Press, 2002.

35 ELMIR, Cláudio Pereira. O enredo como categoria e como método de análise. In: MALERBA, Jurandir (org.) **História e narrativa**: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 193-211.; WHITE, 2014b. 36 WHITE, 2014b, p. 102.

37 As historiadoras norte-americanas Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margaret Jacob, discutindo sobre verdade e objetividade na História, consideram que os historiadores procuram entender as motivações de agentes históricos, como reagiram a determinados eventos, quais ideias moldaram a sociedade. A objetividade na escrita histórica caminha ao lado da subjetividade, a compreensão do passado é uma operação interpretativa, uma tradução dos documentos e fontes históricas pelo historiador. Para as historiadoras, é a interpretação do historiador que guia a escrita de suas histórias, o esforço criativo é essencial para a elaboração da narrativa, negar a validade e

ditadura militar, por exemplo, ignorando a interpretação dos acontecimentos. A escolha de um adjetivo ou um hífen indica a maneira como a história é contada. Golpe *militar*, golpe *civil-militar*, ou ainda, *revolução* de 1964? Existem etapas no processo de escrita que são inseparáveis do sujeito. Entre elas está o primeiro passo do historiador ao propor uma narrativa: o tema. O assunto desenvolvido na narrativa deve ter um propósito, que provavelmente surgiu antes mesmo da escrita, o que incentivou o historiador a escrever sobre aquele acontecimento e não outro? Além disso, o pesquisador se apoia em outras leituras para desenvolver sua investigação, os autores mobilizados e a cadeia de argumentos que serão articulados pelo historiador, inevitavelmente, será diferente das escolhas de outros pesquisadores.

Nos estudos históricos, o fato é apresentado no discurso para corroborar e contribuir com a interpretação dos eventos. E a maneira como esses fatos são distribuídos na narrativa confirmam os indícios que presumem a verdade da proposta narrativa apresentada. A consciência histórica é construída a partir da reflexão, pelo sujeito, de suas experiências de vida e da sua compreensão do conjunto social em que está inserido e legítima, em uma estrutura singular do discurso histórico, a interpretação dos fatos. Toda ação humana se manifesta a partir da reflexão do agente histórico, a representação histórica é o produto da reflexão e compreensão da experiência do passado que a investigação histórica estimula.<sup>38</sup>

Os relatos históricos produzidos no presente estão no futuro em relação aos eventos narrados, apenas essa operação de distanciamento permite a construção de uma representação coesa e coerente.<sup>39</sup> Quando falamos da experiência de passado vivida pelo historiador ao construir uma representação, estamos falando do empenho do historiador em encontrar aspectos, características, traços que sejam distintos aos de sua época. O mundo passado é construído em distinção ao mundo “real”, mas é o “real” que serve de referência para a constituição desse novo mundo. Ao tecer sua narrativa, o historiador não está “perdido” no

---

objetividade da pesquisa histórica por conta dessa característica seria permanecer vinculado a uma ideia de construção do conhecimento do século XIX. APPLEBY, J.; HUNT, L.; JACOB, M. Truth and Objectivity. In: APPLEBY, J. et al. **Telling the truth about history**. New York: W. W. Norton, 1994. p. 271-309.

38 MARTINS, Estevão Rezende. Consciência Histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (coord.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 55-58.; WHITE, 2014b, p. 117-136.

39 Algum leitor pode questionar acerca da História do Tempo Presente. Como temos discutido, a experiência do sujeito, inevitavelmente, estará presente em sua pesquisa. A distância temporal ao investigar um acontecimento histórico não se traduz na ausência de perspectiva por parte do historiador. Nesse sentido, pouco importa se um evento ocorreu 100 ou 10 anos atrás, o tempo presente molda a nossa experiência e, conseqüentemente, molda a maneira como escrevemos seja sobre o passado ou sobre o presente. Sobre o tema, pode ser proveitoso consultar FICO, Carlos. História do que temos vivido. In: MALERBA, Jurandir (org.) **História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 273-301.

passado, mas sabe de antemão quais acontecimentos são importantes e quais características são relevantes para a conclusão de sua investigação.

A realidade construída pelo historiador só é revelada dentro da representação. A verdade, assim, é a verdade da representação, que só pode ser avaliada dentro de sua própria estrutura. Cada representação mostra aqueles aspectos que contribuem para a configuração da proposta narrativa. A verdade da representação é aquele conjunto de enunciados úteis para a compreensão daquele período que a investigação nos convida a experimentar. Isso não quer dizer, e aqui reitero o que já foi dito, que exista uma Verdade e que a história tem como objetivo encontrá-la. Um objeto pode ser alvo de muitas representações. O que torna uma representação única é a disposição particular de seus referentes e sentenças acerca do passado.<sup>40</sup>

As histórias sobre os acontecimentos de março de 1964 são construídas de modo a destacar características que respondam às hipóteses dos historiadores que se debruçam sobre o período. Todavia, como numa pintura realista, o historiador não dá conta de cada detalhe da cena, resta controlar os aspectos que serão evidenciados. Nenhuma das representações históricas sobre o mês de março de 1964 é mais verdadeira do que a outra. As representações são *acerca da* realidade, e não a realidade em si, tratar o *golpe* como *golpe* ou *revolução* é uma escolha política. A realidade, como vimos, revela a si mesma no jogo linguístico elaborado na narrativa. Os comícios realizados por João Goulart, a movimentação das tropas rumo ao Rio de Janeiro, a declaração da vacância do cargo de presidente enquanto Goulart ainda estava em território nacional, esses acontecimentos podem ser descritos, mas a escrita histórica não se limita a descrever eventos. O enredo dramatiza os acontecimentos, faz dos eventos personagens que conversam entre si, dependem um do outro, os constitui como história.

Não existe “*e se*” na história, as interpretações são feitas com base nos registros que temos do passado. A experiência de leitura da movimentação de tropas militares e posteriormente a declaração de desocupação do cargo presidencial ganha significado nas representações. Podemos especular as intenções militares de derrubar o presidente Goulart em 31 de março de 1964, mas sua queda só é concretizada no dia seguinte, a consistência da realidade só é possível no campo das representações. Em *O Texto Histórico como Artefato Literário*, White considera que como “elementos potenciais de uma estória, os acontecimentos

---

40 Além do já citado *A escrita da história*, a questão da representação é discutida em ANKERSMIT, F. **Meaning, Truth and Reference in Historical Representation**. Ithaca: Cornell University Press, 2012.



históricos são de valor neutro”.<sup>41</sup> É por esse motivo que não existem divergências quanto as referências históricas, mas sim quanto as interpretações que são elaboradas a partir da articulação entre linguagem e realidade pelo sujeito histórico.

A historiografia não se faz apenas com declarações verdadeiras. É preciso compreender como essas declarações se relacionam com outros fatores que compõem a escrita histórica. A escrita, e conseqüentemente a narrativa, é um recurso disposto pelo historiador para transmitir um conteúdo e, como esclarece o historiador estadunidense Dominick LaCapra, seu principal objetivo é ser transparente ao conteúdo ou uma janela aberta para o passado.<sup>42</sup>

É vantajoso aproximar as reflexões de LaCapra a White e Ankersmit para compreender o processo de escrita da História. LaCapra argumenta que

... declarações verdadeiras são, não obstante, relevantes para obras de arte tanto no nível de suas estruturas gerais ou procedimentos de enredamento – o que pode oferecer expressivos *insights* (ou, às vezes, descuidos), propondo vias de investigação para o trabalho de historiadores ... e no nível de questões justificáveis endereçadas à arte com base no conhecimento histórico e na pesquisa.<sup>43</sup>

O que um historiador faz é propor, a partir de evidências deixadas pelo passado, o que poderia ter sido esse período. Na escrita da História, questões acerca do que é verdadeiro ou falso, certo ou errado, pertinente ou impertinente, limitam a discussão historiográfica.<sup>44</sup> Para LaCapra, a questão crucial é como afirmações verdadeiras interagem com outros fatores ou forças – dialógica, performativa, retórica, ideológica, política – seja na historiografia ou em outros gêneros.<sup>45</sup>

A questão da verdade na História envolve como uma declaração se relaciona com a realidade que pretende representar. No que diz respeito a objetividade, Arthur Alfaix Assis argumenta que a objetividade histórica é o encontro entre a ética e a epistemologia. Para Assis,

A objetividade cruza a linha entre objetos e sujeitos do conhecimento histórico para incluir certas escolhas cruciais que historiadores responsáveis devem fazer no esforço de compreender o passado das perspectivas presentes particulares – sobretudo as escolhas sinceras no lugar da desonestidade, e precisão no lugar do

---

41 WHITE, Hayden. 2014b, p. 101.

42 LACAPRA, Dominick. **Writing History, Writing Trauma**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2014. p. 3.

43 Ibid., p. 15. Tradução nossa. No original: “truth claims are nonetheless relevant to works of art both on the level of their general structures or procedures of emplotment – which may offer significant insights (or, at times, oversights), suggesting lines of inquiry for the work of historians ... and on the level of justifiable questions addressed to art on the basis of historical knowledge and research”.

44 Sobre a questão da verdade na História, pode ser interessante consultar OHARA, J. R. M. Ética, Escrita e Leitura da História: os problemas da expectativa e da confiança. **Revista de História**, [S. l.], n. 178, p. 1-28, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.142982. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/142982>. Acesso em: 27 jan. 2022.

45 Ibid., p. 196.

descuido. Eles não podem senão fazer essas escolhas, dado a obrigação moral de dizer a verdade a sua audiência, isto é, comunicar verdadeiramente.<sup>46</sup>

É preciso ir além da questão do “contar a verdade sobre o passado” no discurso histórico, também podemos encontrar referências históricas na literatura. Em *Cabo de guerra*, de Ivone Benedetti, uma das personagens fala sobre a relação do marido com os militares durante a ditadura.

São negócios meio complicados, que nem eu entendo muito bem. É uma espécie de clube, formado por empresários; tem relação com política. Já se reuniram lá em casa, por isso eu sei. Combate à subversão, essas coisas, o Paolo e os outros entram com dinheiro, o coronel tem contatos...<sup>47</sup>

Difícilmente, no entanto, recorreríamos a Benedetti para fundamentar uma argumentação histórica acerca das relações militares e civis na repressão durante o período da ditadura militar. Não seria considerada uma boa prática. Podemos, no entanto, encontrar no discurso histórico sentenças semelhantes, como por exemplo o enunciado do historiador Marcos Napolitano quando informa, em seu livro *1964: História do regime militar brasileiro, publicado em 2014*, que em julho de 1969 a criação da Operação Bandeirante (Oban) foi o prenúncio da metodologia repressiva dos DOI-CODI. Napolitano argumenta que a Oban tinha uma estrutura flexível, contando com militares, policiais civis e militares, com a vantagem de “ter ampla liberdade de ação, para além das “sutilezas jurídicas” ou de constrangimentos burocráticos”, e a desvantagem de não contar com verbas públicas, “Mas isso podia ser contornado pela “caixinha” que *muitos empresários*, ciosos de seu dever cívico e de suas propriedades ... organizaram para combater o comunismo”<sup>48</sup>. Para além da ironia com que Napolitano considera o nacionalismo da elite econômica brasileira, que parece não ter mudado muito, o enunciado da personagem de Benedetti aproxima-se do que Napolitano descreve acerca da Oban.

Desta maneira, se nos questionamos acerca da verdade histórica, não vejo com bons olhos uma resposta que se limite a “sim, senhor” ou “não, senhor”. A investigação histórica evidencia a pluralidade do passado, a história é constituída por aqueles pontos conscientemente iluminados para criar condições de não apenas descobrir o que aconteceu e

---

46 ASSIS, Arthur Alfaix. Objectivity and the First Law of History Writing. *Journal of the Philosophy of History*, Boston, v. 13, n. 1, p. 1-23, 5 mar 2019. p. 16. Tradução nossa. No original: “Objectivity crosses the line between objects and subjects of historical knowledge to embrace certain crucial choices responsible historians must make in attempting to understand the past from particular present perspectives – especially the choices of sincerity instead of dishonesty, and accuracy instead of carelessness. They cannot but make those choices, given their moral obligation to tell the truth to their audience, that is, to speak truthfully to it”.

47 BENEDETTI, Ivone. *Cabo de guerra*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 107.

48 NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. pos. 2161-2163. Edição Kindle.

como aconteceu como também quais foram as circunstâncias que permitiram esses acontecimentos. White propõe que os enunciados da escrita histórica “pertencem à classe das *coisas* escritas ou faladas, da qual é legítimo perguntar não apenas se são reais ou meramente imaginadas, como também se são verdadeiras, ou contém verdades, ou possuem traços de veracidade”.<sup>49</sup> O que sustenta a veracidade das descrições é mais sua estrutura semântica do que epistemológica, a referência das representações é feita a eventos passados, a uma realidade que não é a realidade em si. Uma realidade que é fabricada também a partir de outras representações.

A verdade nas descrições é simbólica. As descrições são considerações verdadeiras no sentido de terem um significado, um valor, na busca ou na constituição de uma narrativa sólida. As representações são construídas de modo a apresentar de maneira verossímil os acontecimentos históricos. Mas devemos atentar para a ação do sujeito ao decidir qual a melhor maneira de escrever a história. O historiador sempre escreve a *sua* história, distinguindo-a de outras narrativas. A *intentona, revolta, levante* comunista de 1935 são descrições que se apoiam e se justificam nas narrativas propostas. Não só o historiador, mas também os sujeitos históricos criam representações que apoiam suas visões de mundo. As memórias da ditadura, por exemplo, são escolhas dos sujeitos para dar sentido a experiência que tiveram nos governos militares. Ou ainda, são memórias construídas a partir da experiência de terceiros. Em síntese, com base nas reflexões de Edson Teles, filósofo brasileiro, os militares apoiaram-se a uma política do esquecimento, enquanto as vítimas indicariam uma política de lembrança total, a memória do consenso alinhou-se com a política do silêncio, acomodando-se ora no discurso dos militares ora no das vítimas. Mas existe uma pluralidade de memórias para além das hegemônicas.<sup>50</sup>

Uma história só se transforma em história quando narrada. E quando narramos uma história com um propósito. O “*eu*” narra uma história para outro, o escrever é sempre um *escrever para*. Na leitura de Hayden White da obra de Lévi-Strauss,

A história ... nunca é apenas a história-*de*; sempre é também história-*para*. E não é história-*para* apenas no sentido de ser escrita com algum objetivo ideológico em vista, mas também história-*para* no sentido de ser escrita para um grupo social ou público específico. Mais: este propósito e sentido da representação histórica são indicados na própria linguagem utilizada pelo historiador para caracterizar os seus dados antes de qualquer técnica formal de análise ou explicação que eles lhes possa

---

49 WHITE, Hayden. 2014a, p. 70. Tradução nossa. No original: “[...] belong to the class of *things* written or spoken, of which is legitimate to ask not only whether they are real or only imagined but also whether they are true, or contain truths, or have features of truthfulness”.

50 TELES, Edson. **Democracia e Estado de Exceção**: Transição e Memória Política no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2015. p. 57.

aplicar a fim de descobrir o que eles “realmente são” ou o que “verdadeiramente significam”.<sup>51</sup>

É nesse sentido que podemos pensar a historiografia, a memória e a ficção literária. Ainda que cada um ocupe um campo dentro do “universo de discursos”, todos eles elaboram mundos a partir de referências do mundo real. O objetivo que a narrativa histórica tem é tornar o real inteligível, fazer com que as coisas no mundo façam sentido. E, essa orientação está subordinada não apenas a experiência do sujeito, como também as demandas do presente que recuperam o passado de formas diferentes. O passado está a nosso serviço, e não o contrário.

## 2.2 Da história para o fazer história

Hayden White sugeriu em *O Fardo da História* que: “Escolhemos o nosso passado da mesma forma que escolhemos o nosso futuro.”<sup>52</sup> O passado histórico é um projeto onde o tempo é manipulado para relacionar as ações do passado com aquelas do presente – e aqui, podemos incluir as expectativas de futuro. O que interessa a esse projeto é quais usos esse passado permite? Não se trata apenas de pensar o quanto de verdade e exatidão essas narrativas têm com a realidade passada. White completa dizendo que “... o passado histórico, como os diversos passados pessoais, é no melhor dos casos um mito que justifica o nosso jogo num futuro específico”.<sup>53</sup> Esse mito não deixa de ser uma racionalização daquilo que nossas escolhas nos tornaram, ainda que no pior dos casos esse mito possa ser uma mentira.

Podemos pensar as narrativas históricas como produtos da interpretação da realidade pelo sujeito. Não podemos contar *a* história, mas apenas a nossa história. Quando falamos acima que escrevemos *para*, devemos considerar que as narrativas históricas podem ou não agradar outras pessoas. A maneira como a linguagem é articulada para dar vida a realidade passada é singular tanto no momento de elaboração desse mundo, como também na forma como ele é admitido. Construído fora da realidade do historiador, o passado é produzido a partir da necessidade de se contar uma história.

O escritor francês Robert Antelme, no final de seu relato acerca dos anos em que ficou preso no campo de concentração de Gandersheim, nos diz que

Todas as histórias contadas são verdadeiras. Mas é preciso muita habilidade para transmitir uma parcela da verdade e, nessas histórias, falta esta habilidade para

---

51 WHITE, Hayden. 2014b, p. 120-121.

52 WHITE, 2014b, p. 51.

53 Ibid.

vencer a necessária incredulidade. Aqui, deveriam acreditar em tudo, mas a verdade pode ser mais cansativa de se ouvir do que uma invenção. Uma ponta de verdade bastaria, um exemplo, uma noção. Mas cada um aqui só tem um exemplo a propor e há milhares de homens.<sup>54</sup>

Antelme se refere as histórias que os sobreviventes dos campos de concentração contavam aos soldados aliados sobre o que foi vivido. Com certo enfado, os soldados respondiam: “Assustador, sim, realmente assustador”. Não há muito o que possa ser dito pelos soldados, visto que não sabiam o que havia acontecido com aquelas pessoas. É no momento da libertação que a experiência se revela para os sobreviventes. “Diante do soldado, ele já sente doravante surgir sob essa reserva o sentimento de estar de posse de uma espécie de conhecimento infinito, intransmissível.”<sup>55</sup> O conhecimento histórico é o momento em que a experiência é concebida de maneira nítida. O vivido é desvelado e o real se transforma em realidade.

Escrever sobre o mundo não é espelhá-lo. Escrever sobre o mundo é criar um mundo. Uma outra realidade. Uma realidade que não é a nossa realidade, aquela do mundo real, mas uma realidade que ganhará vida em um mundo ficcional. As histórias dos historiadores não são *o passado*, mas *sobre o passado*. São possibilidades. O vivido – a experiência, o passado – é sempre narrado de forma dinâmica pelo historiador, que apresenta uma forma de revelar aspectos dessa realidade.

Quando falamos acima, a partir de White, que as histórias são ficções verbais, queremos destacar a hipótese de que a ficção nada mais é do que a simulação de um mundo. E, quando interagimos com textos ficcionais, entramos nessa simulação. Estimulamos a nossa imaginação quando conhecemos ou elaboramos novos mundos. Esse estímulo permite a comparação de nossas vidas com outras. Ou melhor, a ficção nos permite experimentar novas situações e emoções, um outro tipo de interação com o mundo, que nos faz ver coisas que nossa percepção não alcança no mundo real.

A ficção nos convida a conhecer um novo mundo. É importante aceitar o convite, aceitar as regras, aceitar a atmosfera desse outro mundo. O mundo ficcional não nos é dado como uma declaração, mas nos é apresentado como uma experiência. Somos impulsionados a reagir a novas pessoas, novos eventos, novos lugares. A intensidade de nossa reação é dada a partir da capacidade de sedução desse mundo ficcional. Mas é preciso aceitar ser seduzido, é fundamental que o sujeito se entregue a essa experiência. É somente na entrega do sujeito ao

---

54 ANTELME, Robert. **A espécie humana**. Tradução Maria de Fátima Oliva do Couto. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 331

55 Ibid.

mundo ficcional que ele encontra a si mesmo, que ele encara seus sentimentos, que ele confronta seu comportamento.

Em *O Texto Histórico como Artefato Literário*, Hayden White argumenta que

Os acontecimentos são *convertidos* em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante – em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou de uma peça.<sup>56</sup>

É na própria constituição do evento como uma sequência de acontecimentos compreensível que a história impõe ao evento um significado. Roland Barthes, em *O discurso da história*, ensaio de 1967, sugere que embora os historiadores não gostem de pensar que suas narrativas são traduções do fato em ficção, “... este é um dos efeitos das suas obras.”<sup>57</sup> E enquanto restringirmos a noção de ficção para aquilo que é falso, historiadores enfrentarão problemas quanto a autenticidade de suas narrativas. Ainda n’*O discurso*, Barthes questiona “se ainda é legítimo opor o discurso poético ao discurso romanesco, a narrativa de ficção à narrativa histórica.”<sup>58</sup> A pergunta que direciona o texto é como a ciência histórica, justificada por princípios racionais, “difere realmente, por algum traço específico, por uma pertinência indubitável, da narração imaginária, tal como se pode encontrar na epopéia, no romance, no drama.”<sup>59</sup>

Barthes aponta que “a história parece contar-se sozinha”, mas a ausência do historiador é a presença de um sujeito “objetivo”.<sup>60</sup> Toda história é inventada, elaborada a partir do esforço de moldar o real, o inacreditável. O real está aí para ser criado. Quando uma história é narrada, a vida é criada. A suposta objetividade do discurso histórico, amparada pela ausência do *eu*, não esconde a seleção consciente dos enunciados que o compõe.

O historiador encena, dramatiza o passado em uma história. Concedida uma suposta autoridade sobre o passado, o historiador não faz apenas com que vejamos o passado a partir de seus vestígios, mas cria também as condições que possibilitaram a materialização desses fragmentos. O escondido se torna evidente, algo que a fonte documental não diz é mostrado, a invenção do passado não é, necessariamente, sua falsificação. A suposta legitimidade do discurso histórico como a representação do real vem da autoridade do erudito, do especialista, da experiência com o documento, com o arquivo.

---

56 WHITE, 2014b, p. 100.

57 BARTHES, Roland. O discurso da história. In: BARTHES, Roland. O rumor da língua. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 108.

58 Ibid., p. 163.

59 Ibid., p. 164.

60 Ibid., p. 169.

Para Barthes,

No discurso histórico da nossa civilização, o processo de significação visa sempre a “preencher” o sentido da História: o historiador é aquele que reúne menos fatos do que significantes e os relata, quer dizer, organiza-os com a finalidade de estabelecer um sentido positivo e de preencher o vazio da série pura.<sup>61</sup>

Preencher o vazio é a tarefa do historiador. White nos diz que

O historiador partilha com seu público *noções gerais* das *formas* que as situações humanas significativas *devem* assumir em virtude de sua participação nos processos específicos da criação de sentido que o identificam como membro de uma dotação cultural e não de outra.<sup>62</sup>

Enquanto construções humanas, não há método específico para preencher o vazio que o tempo deixa. A história é uma modelagem de referentes que ao torná-los compreensíveis em uma narrativa, isto é, dando sentido e significado a sua materialidade, deformam a realidade. É interessante pensar que Barthes sugere organizar os fatos de modo a estabelecer um sentido positivo. O controle dos acontecimentos passados pelo discurso histórico tem como objetivo fazer com que o passado seja uma experiência, mas uma experiência que impulse o sujeito a um projeto, a uma ação. No eterno agora das histórias, importa menos o grau de verdade do relato, mas o que ele pode transmitir ao sujeito acerca daquilo que ele é, e o que ele pode vir a ser. Os eventos, documentos, fragmentos do passado não possuem valor. É apenas dentro da narrativa que ganham vida. Um evento só se torna histórico quando é lembrado. A ficção encanta seus referentes de sentido.

Apesar das definições usuais da palavra ficção indicarem fingimento, mentira ou fraude, é preciso refletir acerca de seu uso como criação imaginária, elaboração da imaginação. Falamos acima que Hayden White entende ficção como o que possivelmente aconteceu ou pode acontecer. Ficção não está necessariamente em oposição a verdade.

O escritor e ensaísta argentino Juan José Saer, em seu ensaio *El concepto de ficción*, publicado em 1989, argumenta que “não se escrevem ficções para eludir, por imaturidade ou irresponsabilidade, os rigores que o tratamento da ‘verdade’ exige, e sim justamente para pôr em evidência o caráter complexo da situação.”<sup>63</sup>

Se o discurso histórico alega que o que o distingue do discurso ficcional é sua concepção a partir de eventos reais, podemos indagar acerca da presença desses mesmos eventos na ficção literária, como exemplificamos no romance de Benedetti acima e veremos adiante a partir de Bernardo Kucinski e Julián Fuks.

---

61 Ibid., p. 176.

62 WHITE, 2014b, p. 102.

63 SAER, Juan José. *El concepto de ficción*. In: SAER, Juan José. **El concepto de ficción**. 4. ed. Buenos Aires: Seix Barral, 2014. p. 11.

Podemos considerar que o discurso histórico é uma deformação controlada da realidade, ou, como sugere o teórico alemão Wolfgang Iser, uma “deformação coerente”.<sup>64</sup>

É aquilo que salta aos olhos do historiador que é apresentado no texto histórico. Não são os documentos que falam, mas o historiador que nos diz o que o documento expressa. Os aspectos da realidade passada que o historiador ressalta ganham sentido na narrativa. Barthes sustenta em seu ensaio que, no discurso histórico,

[...] o referente é destacado do discurso, fica-lhe exterior, fundador, é considerado como regulador ... entra em relação direta com o significante e o discurso, encarregado apenas de *exprimir* o real, acredita fazer a economia do termo fundamental das estruturas imaginárias, que é o significado.<sup>65</sup>

Os documentos sugerem uma história. Eles não conseguem nos dizer *se* ou *como* um evento aconteceu. Um evento é construído. O historiador busca encontrar aspectos que apresentem a *possibilidade* desse evento ter acontecido. Como referentes do mundo real, os mesmos documentos e fontes que iluminam a construção de um mundo pelo historiador também servem para a construção de mundos pela ficção literária.

Barthes conclui seu ensaio *O discurso da história* sugerindo que

[...] na história “objetiva”, o “real” nunca é mais do que um significado não formulado, abrigado atrás da onipotência aparente do referente. Essa situação define o que se poderia chamar de *efeito do real*. A eliminação do significado para fora do discurso “objetivo”, deixando confrontar-se aparentemente o “real” com sua expressão, não deixa de produzir um novo sentido...<sup>66</sup>

O *efeito do real* é uma característica que o discurso histórico e o literário compartilham. Seu único traço persistente é “significar que o evento representado *realmente* se deu.”<sup>67</sup> Para preencher o passado de significado, o discurso histórico reiteradamente afirma que *aconteceu, foi, era*. O que não sugere a apresentação da realidade, mas uma representação. Convencionalmente, tomamos as narrativas históricas como a apresentação da verdade, uma certeza sobre o passado tão segura de si que ela própria se faz evidente.

Em 1968, um ano após a publicação de *O discurso da história*, Roland Barthes apresenta o texto *O Efeito de Real*, onde faz uma reflexão acerca do realismo e da realidade na literatura. Barthes comenta que o “real” é referência essencial no discurso histórico, visto que desse “é suposto relatar «o que realmente se passou»: que importa então a não-

---

64 ISER, Wolfgang. O fictício e o imaginário. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). **Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 72

65 BARTHES, 2004, p. 177.

66 BARTHES, 2004, p. 178.

67 Ibid., p. 178-179.



funcionalidade de um detalhe, uma vez que ele denota «o que já ocorreu»: o «real concreto» torna-se a justificação suficiente do dizer”.<sup>68</sup> O “real” satisfaz a si mesmo.

Armas embaixo da cama do meu pai, penso nessas armas, deixo que existam em minha consciência. De um repertório extenso de cenas falsas deduzo uma imagem de sua presença: uns poucos revólveres trancados numa caixa de madeira, um lençol cobrindo a caixa com medido desleixo, tudo sob a luz parca que traspassa uma única janela aberta, cortinas tremulando ao vento. Não entendo o fascínio que exercem quando assim as imagino, na casa do meu pai, sob sua cama de solteiro [...] Agora penso nessas armas e não entendo a euforia que sinto, a vaidade que me acomete, como se a biografia do meu pai em mim se investisse: sou o filho orgulhoso de um guerrilheiro de esquerda e isso em parte me justifica, isso redime minha própria inércia, isso me insere precariamente numa linhagem de inconformistas.<sup>69</sup>

O narrador de *A resistência*, Sebastián, nos relata uma história contada por seu pai. Essa, na verdade, é uma narrativa inventada por Sebastián a partir das discussões em família. A mãe diz: “Não, nós nunca tivemos armas embaixo da cama”.<sup>70</sup> O pai assente e inicia um monólogo sobre o horizonte utópico daqueles tempos e os colegas que participaram da resistência armada contra a ditadura argentina. A mãe o interrompe e questiona sua versão. Sebastián nos diz que: “Há sempre uma tensão na disputa por esses detalhes, como se cada módico fato não se resumisse a si mesmo, à sua pequenez evidente, subjugando-se a alguma versão maior sobre os acontecimentos.”<sup>71</sup>

Como medida para comprovar o relato, o pai diz que enviará documentos da Operação Condor em que seu nome aparecia.

Eu lhe peço que mande, mas não conto que quero inseri-lo no livro, que pretendo absurdamente atestar minha invenção com um documento. Envergonhado, talvez, com a própria vaidade, ele nunca me manda o arquivo; eu nunca volto a pedir, envergonhado também.<sup>72</sup>

O documento, o arquivo, é frequentemente usado como uma maneira de autenticar o relato. Mas não é o documento que diz o que *realmente* aconteceu, mas a história. E, ainda que o suposto documento confirmasse a perseguição sofrida por seu pai, quantas histórias poderiam ser contadas a partir dele? Se, por um lado, em *A resistência*, podemos pensar acerca da experiência particular da fuga e da repressão, por outro, o mesmo documento pode nos falar sobre as práticas de espionagem e ações criminosas que as ditaduras militares latino-americanas empreendiam. Não há mentira no relato, tampouco nas palavras do pai que tenta

68 BARTHES, Roland. O efeito de real. In: BARTHES, Roland et al. **Literatura e Semiologia**: Pesquisas semiológicas. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 41.

69 FUKS, Julián. **A resistência**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 38.

70 Ibid., p. 39.

71 Ibid.

72 Ibid., p. 40.

justificar as “armas embaixo da cama”, há uma sobreposição de imagens. Imagens vividas e imagens construídas a partir de outras experiências.

Para não se contaminar com o verossímil, o real caminhava ao lado da história na antiguidade. Na modernidade, por sua vez,

[...] o «detalhe concreto» é constituído da colusão direta de um referente e de um significante; o significado é expulso do signo, e com ele, bem entendido, a possibilidade de desenvolver uma *forma de significado*, isto é, na realidade, a própria estrutura narrativa [...] Isto é o que se poderia chamar de *ilusão referencial*.<sup>73</sup>

Roland Barthes sugere uma nova maneira de lidar com o verossímil na modernidade, caracterizado pela *possibilidade* do acontecimento de algo. Essa nova *forma de significado*, apresenta o mundo ficcional *como se fosse real*.

A verdade desta ilusão é a seguinte: suprimido da enunciação realista, a título de significação de denotação, o «real» volta para ela, a título de significado de conotação; pois no mesmo instante em que esses detalhes são supostos denotarem diretamente o real, eles não fazem mais do que os significarem sem dizê-lo [...] <sup>74</sup>

É apresentado ao leitor um mundo possível. A falta de significado torna-se o próprio significante do realismo, Barthes sugere que “produz-se um *efeito de real*, fundamento desse inverossímil inconfessado que forma a estética de todas as obras correntes da modernidade.”<sup>75</sup> O *efeito de real* mostra um mundo semelhante ao mundo real, estabelece uma ponte entre o leitor e o mundo fictício apresentado. Se voltarmos ao ensaio *O discurso na história*, Barthes argumenta que

O discurso histórico é essencialmente elaboração ideológica, ou, para ser mais preciso, *imaginário*, se é verdade que o imaginário é a linguagem pela qual o enunciante de um discurso (entidade puramente lingüística) “preenche” o sujeito da enunciação (entidade psicológica ou ideológica).<sup>76</sup>

Em *Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional*, apresentado em 1979, Wolfgang Iser considera que textos ficcionais não são isentos de realidade. Iser questiona a oposição entre ficção e realidade, indagando se os textos que se dizem não-ficcionais são, de fato, isentos de ficção. Iser sugere uma relação tripla entre ficção e realidade. Uma relação que sugere que elementos do *real*, que não visam esgotar sua descrição, a partir de seu componente *fictício*, que não tem o caráter de uma finalidade em si, prepara, enquanto fingimento, um *imaginário*.<sup>77</sup>

---

73 BARTHES, 1972, p. 43.

74 Ibid.

75 Ibid.

76 BARTHES, 2004, p. 176.

77 ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 955-987; ISER, 1999.

O mundo construído pelo texto ficcional não é completamente autorreferente. É evidente, no entanto, que essas ficções se relacionam com o mundo real, mas o conhecimento que nos é transmitido não é puramente conceitual. A verdade que as narrativas históricas e ficcionais nos trazem não é uma verdade que ultrapassa aquela do nosso mundo. A realidade no texto ficcional não é apenas aquela que pode ser identificada como social, mas também aquelas de ordem sentimental e emocional. Essas realidades não são ficções, nem se transformam em ficcionais por se apresentarem no texto ficcional. A repetição dessas realidades no texto ficcional é, segundo Iser, um ato de fingir que apresenta finalidades que não pertencem a realidade repetida. O ato de fingir manifesta no texto ficcional a realidade vivencial por meio da repetição. O fictício, assim, é a travessia entre os dois mundos que sempre inclui, o mundo que foi ultrapassado e sua repetição, o mundo-alvo. É também por meio desta repetição que o imaginário é configurado, isto é, por onde a realidade repetida se transforma em signo. Quando transformada em signo, a realidade é transgredida.

Em *K. - Relato de uma busca*, Bernardo Kucinski imagina a partir das atas da reunião que rescindiu o contrato de sua irmã, Ana Rosa, o que poderia ter sido pensado pelos membros da congregação. Aqui, cria-se a possibilidade de pensar justamente o que se passa na mente dos indivíduos, não apenas entre eles. O narrador, assim como no início do livro, nos alerta:

Este relato foi imaginado a partir da ata da reunião, transcrita nos trechos citados a seguir. Muitos anos depois, a reitoria anunciaria de público a injustiça da demissão da professora. Mas nunca admoestou nenhum dos envolvidos, nunca resgatou suas dívidas com a família. Os presentes a esta reunião da Congregação nunca se desculparam.<sup>78</sup>

“Não sabemos o que se passou pela sua cabeça durante a reunião”, nos diz o narrador sobre o professor Ernesto Giesbrecht, então diretor do Instituto e presidente da reunião, “podemos apenas imaginar.”<sup>79</sup> O real, a transcrição dos trechos da ata, interrompe o imaginado. O documento é colocado contra a parede, limitado a descrever o que foi dito na reunião, a fonte histórica é incapaz de dizer além do que o documento apresenta. O que interessa à história não é o acontecimento, mas seu significado.

Quando Iser argumenta sobre o fictício como uma travessia de fronteiras, entendo que o fictício é a ponte entre o mundo “real” e o mundo-alvo imaginado. O outro lado dessa ponte, no entanto, só é percebido quando refletimos acerca dos três atos discerníveis no texto ficcional: a seleção, a combinação e o autodesnudamento ou auto-evidenciação.

---

78 KUCINSKI, op. cit., p. 142

79 Ibid.

“A seleção”, argumenta Iser, “é uma transgressão de limites na medida em que os elementos acolhidos pelo texto agora se desvinculam da estruturação semântica ou sistemática dos sistemas de que foram tomados.”<sup>80</sup> A seleção retira os elementos de seus campos de referência – tomados como a própria realidade – e os converte em objetos de percepção. A seleção provoca a possibilidade de destacar um referente mal observado e inseri-lo em uma nova contextualização. Ao integrar os elementos escolhidos em uma nova articulação, esses elementos ganham um peso diferente daquele que tinham no campo de referência original. A seleção media a construção do novo mundo operando na supressão, complementação e valorização de elementos.

Essas operações possibilitam a apreensão da *intencionalidade* de um texto. Hayden White explora essa intencionalidade no texto histórico ao dizer que

*O modo como* uma determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica de enredo com o conjunto de acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular. Trata-se essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção. E chamá-la assim não deprecia de forma alguma o *status* das narrativas históricas como fornecedoras de um tipo de conhecimento.<sup>81</sup>

Ao conferir um sentido ao texto ficcional, a seleção direciona a interpretação de um texto.

Como ato de fingir, a seleção possibilita então apreender a *intencionalidade* de um texto. Pois ela faz com que determinados sistemas de sentido do mundo da vida se convertam em campos de referência do texto e estes, por sua vez, na interpretação do contexto ... a intencionalidade do texto não se manifesta na consciência do autor, mas sim na decomposição de campos de referência do texto.<sup>82</sup>

Iser considera que a intencionalidade não é algo apenas do imaginário, mas é a preparação do imaginário para o uso. A intencionalidade do texto se apresenta como uma “figura de transição” entre o real e o imaginário com o estatuto da atualidade. A atualidade é o processo pelo qual o imaginário opera no espaço do “real”, a transformação dos elementos do texto em uma auto-apresentação.

É na combinação que a seleção encontra sua correspondência intertextual. Os campos de referência que compõem o texto ficcional não estão, a princípio, relacionados uns com os outros. Como um produto do fingir, o relacionamento se revela como “fato da ficção”. Como falamos acima, é por meio da imposição de uma estrutura compreensível que o texto ficcional ganha sentido e significado. Essas características também expressam a intencionalidade da

---

80 ISER, 1999, p. 960-961.

81 WHITE, 2014b, p. 102.

82 ISER, 1999, p. 962-963.

seleção. O que se tira como fato do texto ficcional é a manipulação dos campos de referência que o compõem. Apesar de não estar no “campo do real”, as origens dos fatos do texto ficcional garantem uma aparência de real.

O mundo ficcional é configurado a partir dos campos de referência do mundo real, o processo de combinação estabiliza e reforça as relações constituídas a partir daquilo que é suprimido. Iser destaca três planos de rompimento de fronteiras que se distinguem pelo relacionamento no texto ficcional. O primeiro, conectado ao processo de seleção, articula os vários tipos de discurso no texto, sejam convenções, normas, valores, citações etc. O relacionamento é bem-sucedido quando a combinação se mostra convincente. A transgressão de valores anteriores permite que os elementos constituam seus próprios campos de referência intertextuais. Por fim, na combinação, uma forma particular do uso verbal se apresenta em favor de uma relacionalidade intensificada. É na combinação que significados lexicais aparecem e desaparecem, é nela que valores são alterados.

Os dois atos de fingir que comentamos até agora são componentes do processo de elaboração do texto ficcional. Enquanto a seleção retira elementos do mundo “real”, vivido, e os transpõe na realidade ficcional, a combinação é o processo de ordenamento desses elementos nesse novo mundo.

O terceiro ato de fingir, o autodesnudamento ou autoevidenciação da ficcionalidade literária, se revela como o “contrato” entre leitor e autor de que o mundo representado no texto deve ser tomado *como se* fosse aquilo que ele diz ser. A realidade representada no texto é a referência de algo que ela não é. O mundo representado no texto deve ser visto *como se* fosse um mundo. O mundo textual construído a partir do mundo empírico – real, vivido – se transforma em metáfora de algo a ser concebido.

Os fragmentos que compõem o texto ficcional, identificáveis na realidade, são repetidos no mundo ficcional sob o signo do fingimento. Este mundo, por sua vez, é posto entre parênteses, para que seja entendido como um mundo representado, e não o mundo dado. É pelo reconhecimento do fingir que o mundo elaborado no texto literário deve ser lido *como se* fosse real. O *como se*, argumenta Iser, “significa que o mundo representado não é propriamente mundo, mas que, por efeito de um determinado fim, deve ser representado como se o fosse.”<sup>83</sup> O *como se* permite a comparação entre algo existente com as consequências necessárias de um caso imaginário.

---

83 Ibid., p. 974.

O fictício, dessa maneira, é dependente do imaginário para realizar-se plenamente. É preciso imaginar para que possamos desvelar o mundo representado. “O fictício”, argumenta Iser, “compele o imaginário a assumir forma, ao mesmo tempo que serve como meio para a manifestação deste.”<sup>84</sup> O imaginário é modelado pelo fictício ao ser estimulado, ativado. É a partir dessa operação que o mundo empírico se transforma em representação, orientando o leitor a percepção e concepção de algo que não existe, mas que esse inexistente seja visto como se fosse a realidade.

A aproximação com o ficcional não faz com que a ficção literária, tampouco a história, se afastem do mundo real. Afinal, são os campos de referência do mundo real que originam uma nova realidade, uma realidade que não é a nossa, mas que deve ser pensada *como se fosse possível*. Uma realidade que permite pensar a complexidade da história e do ser humano. Um exercício de distanciamento para que possamos tomar com mais atenção aspectos delicados do mundo real.

Todavia, esse distanciamento deve ser adotado com cuidado. Em uma investigação como a nossa, que se debruça sobre crimes e ações, a condenação do mal pode dizer pouco em um estudo sobre regimes autoritários, mas uma explicação detalhada pode inferir a uma atenuação ou moderação da violência. A forma como a ficção literária apreende o passado nos possibilita a enxergar essa outra realidade para além dessa dicotomia bom/ruim. O perpetrador é um ser humano. É um ser preenchido pelo passado. É um sujeito atormentado por fantasmas. Entender o passado não é justificá-lo.

É uma questão que exige toda uma pesquisa o entendimento que construímos acerca de eventos sensíveis. Esses acontecimentos estão constantemente sendo construídos, modelados, narrados de diferentes formas. História, memória, testemunho, ficção literária são formas distintas de apreensão do passado, mas não antagônicas. É a reiterada *necessidade* de produzir uma narrativa sobre o passado que torna essa outra realidade um campo tão disputado.

A ficção literária e os estudos históricos apreendem o passado de formas diferentes. É apresentando mundos *possíveis* que esses discursos elaboram um conhecimento acerca do passado. Mas devemos atentar para o que foi dito anteriormente, o jogo do fictício não torna ausente o sujeito por trás da escrita de suas escolhas. Para o historiador Saul Friedländer, perguntar-nos acerca dos limites do entendimento histórico é essencial para transferir o debate dos campos epistemológico e político para o campo da ética. Quando discutimos acerca da

---

84 ISER, 2002, p. 71.

ética, estamos falando em fronteiras a serem respeitadas. Falamos acima acerca dos cuidados que o historiador deve ter ao estudar eventos traumáticos, um estudo demasiado científico pode causar mais danos a uma comunidade do que esclarecimento. A suposta neutralidade garantida pelo distanciamento entre o historiador e o evento estudado é uma ilusão. Na leitura de Márcio Seligmann-Silva, respeitar os limites que Friedländer sugere implica em respeitar a diferença entre o passado e sua atualização, distinguindo historiografia e passado, uma representação não é o texto “original”. “A ética da representação histórica”, argumenta Seligmann-Silva, “força a historiografia a repensar sua frágil independência com relação à política e, mais especificamente, à *política da memória*”. Eventos traumáticos produzem experiências que estão além do enquadramento descritivo e factual.<sup>85</sup>

Comentamos anteriormente que a pretensão ao conhecimento científico pelos estudos históricos é ilusória. Podemos pensar as propostas dos historiadores como narrativas fictícias que apresentam uma *possibilidade* do que foi o passado. A forma como os estudos históricos apreendem o passado pode não ser a mais ideal para mostrar determinadas experiências. A ficção literária, assim, monta o passado de forma a nos mostrar essas outras realidades. É nos apresentando outra realidade que a ficção literária nos convida a experienciar o desespero, a ausência, o medo, a dor daqueles que vivenciaram períodos autoritários. É também explorando os limites da imaginação que a ficção literária se esforça para imaginar cenas e construir imagens incompreensíveis. O inimaginável, nesse sentido, é desafiado. Ainda que não seja possível mostrar com totalidade o que *foi* o passado, essas obras literárias nos mostram uma *possibilidade* para pensar esses acontecimentos incompreensíveis.

O uso de fontes literárias pelo historiador deve ir além das dimensões exteriores ao texto – instituições literárias, história social e política dos autores, condições de publicação e leitura. O historiador pode explorar e interrogar os saberes construídos e transmitidos pelos romances. Um conhecimento acerca do passado não é necessariamente uma representação verídica dos fatos empíricos provenientes do mundo histórico. Aceitando o convite da ficção literária, nos sensibilizamos, experimentamos novas situações, outras realidades, nos envolvemos com essa experiência e quando saímos desse mundo ficcional, trazemos para a nossa realidade as lições que dali tiramos.<sup>86</sup>

---

85 SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 73-74.

86 ANHEIM, Étienne; Lilti, Antoine. Introduction. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, Paris, v. 65, n. 2, p. 253-260, 2010. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-Annales-2010-2-page-253.htm>. Acesso em: 25 fev. 2021.

É neste sentido que essa pesquisa analisa suas fontes, indagando as representações de perpetradores de violências durante a ditadura militar brasileira e identificando como são construídas suas motivações e justificações. Não é a nossa questão aqui apontar se essas personagens são boas ou más, mas justamente refletir sobre a natureza de suas ações. Investigar a forma como a ficção literária explora o porquê de agirem de uma determinada maneira e não de outra.

Antoine Compagnon, em conferência apresentada em 2006, quando da inauguração da nova cátedra de literatura do Collège de France, argumenta que a literatura serve como fonte de inspiração, contribuindo no desenvolvimento de nossa personalidade. Por meio da literatura, acessamos experiências sensíveis e um conhecimento moral que seria difícil, ou até mesmo impossível, de se adquirir por meio de tratados filosóficos.

A literatura deve, portanto, ser lida e estudada porque oferece um meio – alguns dirão até mesmo o único – de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muito diversos e que seus valores se distanciam dos nossos.<sup>87</sup>

Entendo a noção de ficção como um meio de organizar a relação entre a linguagem e a realidade. Reduzir a ficção à fantasia é ignorar a dificuldade da representação de determinadas experiências e eventos históricos. A ficção literária, assim como a história, vem se apresentando como uma importante forma de apreensão do passado. Mas o passado, como veremos no próximo capítulo, é apreendido de diferentes formas. Os discursos acerca do passado se complementam, geram novas propostas de interpretação, apresentam outras realidades. Esses discursos pensam o passado, refletem sobre ele sempre a partir do presente. Ou melhor, manipulam, montam o passado de modo a *mostrá-lo* de uma maneira – e não de outra.

Não pretendo partir da ideia de que a literatura produz qualquer tipo de conhecimento, mas não seria proveitoso descartar o saber que essas obras transmitem. Embora *K. - Relato de uma busca*, *A resistência* e *Cabo de guerra* não sejam histórias que apresentem o passado “como ele realmente foi”, são histórias que nos mostram uma possibilidade do que foi, ou do que poderia ter sido, o nosso mundo. É nesse jogo do possível, do *como se fosse real*, que o ficcional nos impulsiona a agir.

---

87 COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?**. Tradução Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 47.



### 3 PRODUÇÕES DO PASSADO: A HISTÓRIA ORDENADA

#### 3.1 Memórias em disputa: história e historiografia da ditadura militar brasileira

Como discutido no capítulo anterior, não podemos separar a experiência do narrador de suas histórias, sua relação com o meio social direciona e influencia a maneira como lê, escreve e relata os acontecimentos. Isso quer dizer que ausências e silêncios são características que o sujeito carrega consigo em sua trajetória de vida. O esquecimento também é produto de uma experiência. Esses traços, no entanto, não são novidades para os estudos históricos. Alemanha, Itália, França, países da antiga União Soviética, todos recorreram a esse procedimento. Quem sabe, apoiando-se na assertiva de Ernest Renan que, em conferência realizada em 1882, disse

O esquecimento, e mesmo o erro histórico, são um fator essencial na criação de uma nação, e é por isso que frequentemente o progresso dos estudos históricos representa um perigo para a ideia de nação. De fato, a investigação histórica traz de volta à luz os atos de violência que ocorreram à origem de todas as formações políticas, mesmo daquelas cujas consequências foram as mais benéficas. *A unidade se faz sempre por meios brutais...*<sup>88</sup>

A recusa em dismantelar o aparato autoritário da ditadura militar, a falta de investimento na criação de lugares de memória, espaços vitais para a exposição da brutalidade do regime, e a impunidade aos crimes praticados pelos militares durante o regime permitiu que o esquecimento se consolidasse na memória sobre o período. Com a manutenção do modelo de transição mediado pelo próprio poder autoritário, a ditadura militar se transformou em mais um “período conturbado” da história nacional. Um período que sem ter sido superado, teve sua página virada.

A historiografia acerca do golpe e da ditadura militar é um meio para compreender a construção da memória do regime. Como propostas do que poderia ter sido o passado, não há consenso sobre qual narrativa representaria de maneira mais verídica a história recente do país, indicando que a própria historiografia é um território da batalha de memórias. É do nosso interesse pensar os usos dessas memórias. Afinal, como toda pesquisa é impulsionada por

---

88 TITAN JUNIOR, Samuel. Que é uma nação?, de Ernest Renan. **Plural**, São Paulo, v. 4, n. 1, seção Traduções, 4 jun. 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75901>. Acesso em: 28 set. 2020. p. 161.

questões do presente, temos hoje no Brasil, mais de três décadas após o fim da ditadura militar, um governo militarizado.<sup>89</sup>

O envolvimento dos militares na política brasileira não é novidade. Em 15 de novembro de 1889, um grupo de militares instauraram por meio de um golpe de estado a República.<sup>90</sup> Mas se nas intervenções de 1930, 1945, 1950, 1951, 1954 e 1961, a política retornou aos civis, em 1964 os militares mantiveram-se no poder. Em meio a expansão das “ditaduras de segurança nacional”, o contexto da Guerra Fria sustentava as justificativas de intervenção. “Combate a subversão”, “defesa da pátria e da família”, pela “civilização ocidental e cristã”. As Forças Armadas idealizaram um fantasma e se autoproclamaram o instrumento ideal para combatê-lo. Uma das estratégias elaboradas para amparar suas ações foi a construção de um discurso legitimador. A começar pela conceitualização do golpe e da ditadura, a narrativa militar, que se mantém até os dias de hoje, como veremos, sustenta a ideia de que os eventos de março de 1964 foram “revolucionários”. Do ponto de vista simbólico, os ditadores utilizavam trajes civis, afastando o caráter militar do cargo de Presidente da República. E a aparência democrática era mantida por meio do funcionamento das instituições, como o Congresso Nacional, o andamento – controlado – do sistema eleitoral, e o reconhecimento jurídico do despotismo por meio de Atos Institucionais.<sup>91</sup>

O resultado dessas estratégias, aliado ao longo e controlado processo de transição, foi a construção de uma memória peculiar do período. O controle da transição pelo poder militar e seus apoiadores civis impediu o acesso aos arquivos das forças de segurança e repressão. Não se falaria, assim, das violações de direitos humanos e evitaria atos “revanchistas”. É importante considerar as trocas de experiência entre a transição brasileira e a transição argentina. Enquanto na Argentina, os militares que integravam as Juntas Militares foram processados e sentenciados, possibilitando a abertura de inquéritos contra agentes e órgãos de informação e repressão. No Brasil, não houve uma movimentação ampla para promover o

---

89 BRANDINO, G.; GALF, R. **Entenda a militarização do governo Bolsonaro e as ameaças que isso representa.** Folha de São Paulo, 28 fev. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/entenda-a-militarizacao-do-governo-bolsonaro-e-as-ameacas-que-isso-representa.shtml>. Acesso em: 20 abril 2021. SEABRA, C.; GARCIA, D. **Bolsonaro multiplica por 10 número de militares no comando de estatais.** Folha de São Paulo, 6 mar 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/bolsonaro-multiplica-por-10-numero-de-militares-no-comando-de-estatais.shtml?origin=folha>. Acesso em: 20 abril 2021.

90 Sobre o assunto, pode ser proveitoso consultar CASTRO, Celso. **A Proclamação da República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. CPDOC. **15 de novembro de 1889: A Proclamação da República.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ProclamacaoRepublica>. Acesso em: 20 abril 2021.

91 Sobre o assunto e as formas como o passado é manipulado no presente, pode ser interessante consultar BAUER, Caroline. Usos do passado da ditadura militar brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro. In: KLEN, Bruna S.; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro.** Vitória: Milfontes, 2020. p. 183–204.

juízo dos responsáveis pelas torturas, mortes e desaparecimentos cometidos durante a ditadura militar. Informados dos desdobramentos da questão no país vizinho, a elite política brasileira operou de modo a evitar a punição de militares com a instauração de um regime democrático.<sup>92</sup>

A transição brasileira optou por um modelo de não enfrentamento, de consenso, onde o autoritarismo orientou sua saída do poder. O protocolo da transição forçou uma unanimidade de vozes e condutas com o objetivo de racionalizar a política, construindo um discurso não conflituoso dos anos da repressão. A longa transição política contribuiu para o esquecimento do terror implementado pela ditadura. O consenso silenciou as experiências absurdas com as quais amigos e familiares de vítimas da repressão viveram no período. Militares e civis, nesse sentido, orquestraram um processo de normalização da sociedade e da política, um recurso que reduziu memórias doloridas a ações emotivas, onde a suposta razão política pacificadora impediu manifestações públicas da dor. O esquecimento e o silenciamento dessas memórias acabaram por contribuir com a construção de um espaço de negação do passado.<sup>93</sup>

O discurso literário compartilha com o histórico o desejo de entender o passado. Cada um à sua maneira arquiteta meios de acesso a essa realidade. É interessante perceber que com o tempo, a própria forma de acesso ao passado desses tipos de discurso muda. A historiografia acerca da ditadura militar não é a mesma desde o final dos anos 1980, tampouco as obras literárias compartilham o mesmo tema quando ambientadas no período ditatorial. É o presente da escrita que orienta a interpretação e o sentido que o passado tem. Isso não quer dizer que o que foi escrito anteriormente sobre o passado está errado ou é falso, mas que as perguntas que temos hoje sobre aquele período exigem respostas diferentes.

Uma consideração importante a se fazer é a de que revisões históricas são essenciais para a promoção do debate historiográfico. Afinal, uma nova interpretação, um novo sentido, dado a eventos passados é o que mantém o trabalho do historiador. É importante não perder de vista a intencionalidade nos exemplos que recorro para ilustrar esse capítulo. Como disse, a partir de Hayden White, escrever é sempre *escrever para*, a história não é um tipo de conhecimento engavetado esperando ser descoberto e possuído, mas um desejo. A investigação envolvendo narrativas literárias e históricas recentes sobre o golpe e a ditadura

---

92 BAUER, Caroline. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. 2 ed. Porto Alegre: Medianiz, 2014; BAUER, 2020.

93 BAUER, Caroline. **Como será o passado?**: História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017; TELES, op. cit.

militar tem como objetivo entender não só as referências escolhidas na construção desse passado, mas também para mostrar a influência que esses textos servem a outros discursos, ou melhor, quando deixam de selecionar referenciais para serem selecionados.

Em 1993, a tese de doutorado da cientista política Argelina Figueiredo, defendida na Universidade de Chicago entre 1986 e 1987, foi traduzida para o português. A primeira característica que ressaltou desse trabalho é a opção do tradutor de apresentar na capa da edição em português o título *Democracia ou reformas*. A tese original é intitulada *Political coalitions in Brazil*, em tradução livre: *Coalizões políticas no Brasil*. É importante considerar as implicações políticas desse título nos anos 1990, quando a defesa da democracia como uma instituição a ser valorizada em si mesma era crescente. A conjunção *ou*, como veremos, é importante no desenvolvimento da argumentação de Argelina Figueiredo.

Logo na apresentação, Figueiredo explica que a pesquisa atentará para a investigação de “possibilidades de sucesso e soluções político-institucionais que, dada as condições vigentes, pudessem combinar democracia com reformas sociais”.<sup>94</sup> A autora argumenta que “No princípio dos anos 60, no Brasil, democracia e reformas eram percebidas como objetivos políticos conflitantes”.<sup>95</sup> Figueiredo sugere que tanto esquerda quanto direita “subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas”.<sup>96</sup> A análise de Argelina Figueiredo considera que as escolhas políticas feitas por João Goulart e pelas esquerdas na época arruinaram as possibilidades de reformas dentro do sistema político vigente. A suposta *radicalização* das esquerdas criou um ambiente desfavorável para o desenvolvimento de reformas. Para Figueiredo,

[...] o regime autoritário instalado em 1964, no Brasil, não foi o resultado de uma todo poderosa conspiração direitista contra o regime anterior. Tampouco foi a consequência inevitável de fatores estruturais políticos e/ ou econômicos, alguns dos quais já atuavam quando, em 1961, um golpe militar foi abortado.<sup>97</sup>

Argelina Figueiredo defende a hipótese de que as escolhas de “atores relevantes”, como João Goulart, minaram as possibilidades de reformas dentro do regime democrático. Figueiredo aponta o tom radical das esquerdas no fracasso de suas propostas reformistas. Não questiona, contudo, os limites da democracia liberal do período, mas faz parecer que é preciso contentar-se com essas limitações para evitar que as elites instaurem um governo autoritário.

---

94 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 22.

95 Ibid., p. 187.

96 Ibid., p. 202.

97 Ibid., p. 22.

O historiador Demian Melo, por sua vez, em artigo que comenta acerca do *meio século de controvérsias* acerca do golpe de 1964, argumenta que Figueiredo “desloca o foco de sua explicação da direita civil e militar, do IPES, da Embaixada dos EUA etc. para co-responsabilizar aqueles que em 1964 foram apeados do poder”.<sup>98</sup>

O historiador Jorge Ferreira apresenta argumentações sobre o golpe e a ditadura que seguem a mesma perspectiva de Argelina Figueiredo. No artigo *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*, o autor argumenta que a “estratégia ofensiva” adotada pela esquerda impulsionou o golpe civil-militar de 1964. “Em 1964”, sugere Ferreira, “... quem defendia a ordem legal eram os conservadores, com argumentos de que a Constituição era intocável. Ou seja, de uma posição defensiva e legalista em 1961, as esquerdas adotaram a estratégia ofensiva e de rompimento institucional”.<sup>99</sup> Ferreira também sustenta que a população, nesse cenário, “apenas assistia aos conflitos, silenciosa”.<sup>100</sup> E, em seguida, comentando a hipótese de Argelina Figueiredo, concorda com a autora quando diz que “a questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda”.<sup>101</sup>

Assim como a análise de Argelina Figueiredo, a interpretação de Jorge Ferreira indica que toda ação da direita é uma resposta a uma narrativa da própria direita que se ampara no radicalismo das esquerdas. É importante ressaltar aqui alguns acontecimentos que indicam a suposta radicalização das esquerdas. Um primeiro momento foi a decisão de João Goulart de lutar pela volta do sistema presidencialista no país. Quando da renúncia de Jânio Quadros, o acordo que permitiu a posse do vice-presidente eleito foi a mudança para o sistema parlamentarista. Essa transição visava limitar os poderes de Goulart. Se for permitido abrir um parêntese para uma prática incomum ao historiador, podemos considerar a *especulação* de Argelina Figueiredo correta. Caso os poderes de Goulart não fossem limitados, grupos de direita, civis e militares, o golpe que instauraria a ditadura teria sido efetivado em 1961, e não em 1964.

Em seguida, o fracasso do Plano Trienal, comandado pelo então Ministro do Planejamento Celso Furtado, é visto como resultado da não colaboração das classes trabalhadoras. Por fim, as Reformas de Base, construída a partir da proposta de San Tiago

---

98 MELO, Demian. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias. In: MELO, Demian (Org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 161.

99 FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 381.

100 Ibid., p. 400

101 Ibid.

Dantas de construir uma frente ampla reformista, teria fracassado por conta da “estratégia do confronto” adotada pelas esquerdas. Curioso pensar que o radicalismo das esquerdas foi um fracasso, visto que nenhuma das propostas econômicas alcançou êxito político. As reformas, sem o apoio e autorização do parlamento, não progrediram.

Argelina Figueiredo questiona as possibilidades não aproveitadas por “atores estratégicos” para implementar reformas dentro dos marcos institucionais, mas não considera a existência de uma crise no sistema político do período, uma conjuntura incapaz de construir soluções para questões conflitantes entre os atores políticos. O argumento de “possibilidades não aproveitadas” não tem suficiente precisão para explicar a situação sociopolítica do período. A expressão dá a entender que essas eram oportunidades prontas para serem implementadas e que foram ignoradas.

Uma outra tese que tem apresentado grande popularidade é a do historiador Daniel Aarão Reis. Se Jorge Ferreira afirmou que a população durante o período que antecedeu o golpe “assistia aos conflitos, silenciosa”, Reis sugere que “a sociedade viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura”.<sup>102</sup> E, acertadamente, afirma que

... embora tenha desaparecido gradualmente, em ordem e paz, a ditadura militar foi e tem sido objeto de escárnio, desprezo ou indiferença, atitudes que tendem a estabelecer uma ruptura drástica entre o passado e o presente, quando não induzem ao silêncio e ao esquecimento de um processo, contudo, tão recente e tão importante de nossa história.<sup>103</sup>

Podemos questionar o *em ordem e paz*, mas o restante da citação condiz com a relação da sociedade brasileira com o passado do período militar. No entanto, Reis elabora sua argumentação de modo a entender que tanto os golpistas quanto os que sofreram o golpe são culpados.

Após a posse de Goulart, Reis afirma que *agitações populares* se espalharam, alcançando trabalhadores urbanos e rurais. Essas agitações configurariam uma redefinição do projeto nacional-estatista, que incorporaria uma ampla participação popular. Tendo em vista que as narrativas históricas são construídas a partir de escolhas, chamar manifestações populares de *agitações* é uma escolha que tem forte peso político. Reis continua afirmando que para as esquerdas, distantes de uma tradição conciliatória, “os obstáculos deveriam agora ser removidos, e não evitados, e os alvos abatidos, e não contornados. E assim tomou corpo o

---

102 REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 9

103 Ibid.

programa das *reformas de base*”.<sup>104</sup> A irresponsabilidade da esquerda foi que diante da impossibilidade de levar suas reformas adiante, “desiludiam-se com a Lei e passavam, crescentemente, a defender o recurso à força, sintetizado na agressiva palavra de ordem: *reforma agrária na lei ou na marra*”.<sup>105</sup> O radicalismo de Goulart parece ter sido a inaceitável postura de construir uma aliança com trabalhadores para promover um projeto reformista.

Reis ironiza, no entanto, as justificativas militares para o golpe, onde

... formara-se, para derrubar o governo de Jango, uma ampla e diferenciada frente, com denominadores comuns muito genéricos: salvar o país da *subversão* e do *comunismo*, da *corrupção* e do *populismo*. E restabelecer a democracia. Funcionando como cimento, unindo a todos, o Medo de que um processo radical de distribuição de renda e de poder pudesse sair dos controles e levar o país à desordem e ao caos.<sup>106</sup>

Para sustentar essa interpretação, Reis tece algumas considerações acerca da relação da população com a luta armada. Reis sugere que a população estaria disposta a reivindicar e denunciar, mas não ao ponto de colocar a própria pele em risco.

A rigor, para a grande maioria da população, aquela *guerra*, como chamavam os revolucionários e a polícia política, era algo que não conseguiam compreender, quanto mais participar de forma direta. Ao contrário do que os revolucionários imaginavam, muito poucos compartilhavam de suas convicções e certezas.<sup>107</sup>

Sem o apoio da sociedade, a resistência à ditadura militar não conseguiria alcançar seus objetivos. O que não sugere o desconhecimento da população das ações da resistência e contra os militantes. Reis argumenta que embora a sociedade tenha aprendido a viver serenamente com a tortura – mas apenas aquela empregada contra os chamados marginais –, as práticas violentas não tinham a simpatia da população. No entanto,

Desde que esse jogo sujo se passasse fora das vistas e longe dos ouvidos, nas celas imundas de fedor e de sangue, porém fechadas e bem garantidas por isopor à prova de som, sempre seria possível sustentar que os *excessos* eram ignorados e a sociedade, inocente.

É curioso notar que Reis sustenta e enfatiza o uso de uma narrativa suspeita acerca da ditadura militar. Quando o autor sugere que desde que escondida seria possível sustentar que as práticas eram ignoradas ou desconhecidas, percebemos que há, na própria construção da história do regime militar, uma projeção da inocência da sociedade frente aos “excessos”.

Sobre os anos 1970, onde o conflito entre guerrilheiros e a ditadura foi mais acirrado, Reis argumenta que esses anos “considerados e aperreados como *anos de chumbo*, tendem a ficar pesados como o metal da metáfora”, e essa denominação seria suficiente para carregá-lo

104 Ibid., p. 23, grifos do autor.

105 Ibid., p. 26, grifos do autor.

106 Ibid., p. 33-34, grifos do autor.

107 Ibid., p. 53-54, grifos do autor. Nota também referente a próxima citação.

para o esquecimento. Reis sugere que os anos 70 precisam ser revisitados, “pois também anos de ouro, descortinando horizontes e abrindo fronteiras, geográficas e econômicas, movendo as pessoas em todas as direções...”. O trecho segue romantizando o período. Há uma tendência da história da ditadura militar brasileira de enfatizar a repressão contra militantes de esquerda, ação que, quando comparada com as ditaduras vizinhas, não foi tão grande, mas isso não deveria abrandar a violência praticada durante o período. Para Reis,

Naquelas areias movediças havia os que afundavam, mas também os que emergiam, surgidos de todos os lados, desenraizados, em busca de referências, querendo aderir. Anos preches de fantasias esfuziantes, transmitidas pelas TVs em cores, alucinados anos 70, com tigres e tigresas de toda sorte dançando ao som de frenéticos *dancing days*.<sup>108</sup>

Daniel Aarão Reis parece incorporar a memória da ditadura militar construída nos anos 1990. É correto afirmar que os anos 1970, de fato, permitiu oportunidades para as classes médias, as expansões nos setores privado e estatal eram de interesse do regime. No entanto, Demian Melo aponta que Reis perde de vista o modelo de exploração que diminuía os níveis de renda da classe trabalhadora. Melo aponta que enquanto a economia crescia, o país era campeão em acidentes de trabalho e o salário-mínimo chegou a 54,48% do que valia em 1960. Os *anos de ouro*, assim, certamente não foram para muitos.<sup>109</sup>

### 3.2 Usos do passado: a história como projeto

A apresentação dessa historiografia é importante para pensarmos como os diferentes tipos de discurso influenciam uns aos outros. Em 2009, o jornal Folha de São Paulo publicou um editorial que ficou famoso pela expressão *ditabranda*.<sup>110</sup> O imaginário acerca dos anos da ditadura militar sustenta a perspectiva de que durante o período existiu um conflito entre dois lados, e que ambos cometeram excessos. O jornal sustenta que as *ditabrandas* “partiam de uma ruptura institucional e depois instituía formas controladas de disputa política e acesso à Justiça”. O jornal ignora, no entanto, que essas *formas controladas* incluíam perseguições, prisões ilegais, sequestros, assassinatos, torturas, e outros crimes praticados pela ditadura.

Em 2012, Daniel Aarão Reis publicou um artigo no jornal O Globo, *A ditadura civil-militar*, onde defendeu que “chamar o regime político existente entre 1964 e 1979 de “ditadura militar” é um “exercício de memória, que se mantém graças a diferentes interesses,

108 REIS, 2000, p. 61, grifos do autor.

109 MELO, 2014, p. 172-173.

110 FOLHA DE SÃO PAULO. **Limites a Chávez** [editorial]. São Paulo, 17 fev 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>. Acesso em: 22 fev 2022.



a hábitos adquiridos e à preguiça intelectual”. Reis aponta que essa memória não contribui para a compreensão da história recente do país, da ditadura em particular, sendo “inútil esconder a participação de amplos segmentos da população no golpe que instaurou a ditadura, em 1964”. Reis ainda evoca novamente a interpretação de que “os chamados anos de chumbo ... foram também, e ao mesmo tempo, anos de ouro para não poucos”.<sup>111</sup>

Em carta enviada ao mesmo jornal como comentário ao artigo de Reis, intitulada *A “ditadura civil-militar” e a reinvenção da roda historiográfica*, o historiador Renato Lemos critica a simplificação da construção do conhecimento histórico pelo autor. Lemos questiona a defesa de Reis da expressão ditadura militar como exercício de memória “e não, também e principalmente, de um conhecimento construído de acordo com premissas teórico-ideológicas sistemáticas”.<sup>112</sup> Lemos considera trivial a interpretação do apoio civil a ditadura militar, mas se a denominação *militar* a ditadura beneficia setores civis que apoiaram a ditadura e, posteriormente, distanciaram-se dela, o termo *civil-militar* justifica o argumento golpista de que os militares responderam a uma demanda da população.<sup>113</sup>

Lemos afirma que “Civis ... houve, desigualmente, entre vencedores e derrotados, entre torturadores e torturados, entre beneficiados e prejudicados pelo golpe e pela ditadura”. Alerta ainda para o falso paradoxo entre os “anos de chumbo” e os “anos de ouro”, período em que a ditadura foi mais violenta contra movimentos de resistência, mas também em que houve maior crescimento econômico – o chamado “milagre econômico”. Lemos argumenta que Reis não aponta uma conexão entre os dois aspectos desses anos, pois

[...] foram de ouro para “não poucos” porque “de chumbo” para muitos ... Há farta evidência de que o “Milagre brasileiro” – a fábrica de “ouro” desses anos – custou à esmagadora maioria da classe trabalhadora brasileira o “chumbo” do arrocho salarial, dos serviços públicos degradados e outras mazelas que se ausentaram da memória do professor”.

Em 2013, um ano após o artigo de Reis e a carta de Lemos, o jornal O Globo publicou editorial reconhecendo como um erro o apoio ao golpe de 1964. Como toda justificativa vem junto a construção de um contexto, o jornal aponta que “de fato, à época, concordou com a

111 REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 maio 2012. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/a-ditadura-civil-militar-438355.html>. Acesso em: 1 maio 2021.

112 LEMOS, Renato. A “ditadura civil-militar” e a reinvenção da roda historiográfica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [https://lemp.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/A\\_ditadura\\_civil-militar\\_e\\_a\\_reinvencao\\_da\\_roda\\_historiografica.pdf](https://lemp.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/A_ditadura_civil-militar_e_a_reinvencao_da_roda_historiografica.pdf). Acesso em: 8 out. 2021. As próximas citações são da mesma carta sem paginação.

113 Uma análise detida das Ordens do dia alusivas ao 31 de março de 1964, publicadas anualmente pelo Ministério da Defesa, perceberá que a justificativa do “clamor popular” é repetidamente usada como argumento para o golpe militar. As Ordens do Dia dos anos de 2019, 2020 e 2021 podem ser consultadas em <https://www.gov.br>. Acesso em: 17 maio 2021.

intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais ... Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais”. A aprovação da atitude golpista, no entanto, tinha como justificativa o “temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio dos sindicatos ... e de alguns segmentos das Forças Armadas”. Novamente, aparece aqui como motivo para uma “contra-revolução”, a possibilidade de um golpe pelas esquerdas. Na leitura do jornal, o Brasil aprofundava uma divisão ideológica estimulada pela Guerra Fria e pela “radicalização de João Goulart, iniciada tão logo conseguiu, em janeiro de 1963, por meio de plebiscito, revogar o parlamentarismo, *a saída negociada* para que ele vice, *pudesse assumir* na renúncia do presidente Jânio Quadros.”<sup>114</sup> O próprio jornal caracteriza como radical a luta dentro do sistema político para a volta do presidencialismo. Goulart não impôs o sistema presidencial, mas o conquistou, como o próprio editorial afirma, via plebiscito. E ainda nos lembra que a imposição do parlamentarismo foi a medida negociada para que o vice-presidente eleito pudesse assumir.

É importante perceber como a onda de revisão historiográfica atinge uma ampla audiência por meio de outros canais, o que acaba por difundir uma memória específica sobre o período. O jornal sinaliza que tanto as esquerdas quanto as direitas não eram afeitas ao sistema democrático, reiterando a tese de Argelina Figueiredo de que nenhum dos lados aceitavam as incertezas inerentes às regras democráticas.

O editorial é demasiado longo e uma análise completa dele ultrapassaria o objetivo deste trabalho, mas uma última citação é importante para pensarmos acerca dos usos dos estudos históricos. Para o jornal,

Contextos históricos são necessários na análise do posicionamento de pessoas e instituições, mais ainda em rupturas institucionais. A História não é apenas uma descrição de fatos, que se sucedem uns aos outros. Ela é o mais poderoso instrumento de que o homem dispõe para seguir com segurança rumo ao futuro: aprende-se com os erros cometidos e se enriquece ao reconhecê-los.<sup>115</sup>

A escolha de uma interpretação histórica é uma escolha política, é uma forma de exercer poder e influência. A caracterização da História como um instrumento que guia o homem *com segurança* ao futuro, a partir do aprendizado com os erros cometidos é uma ideia equivocada dos estudos históricos. O entendimento do mundo passado é construído pelo

---

114 O GLOBO. Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro [editorial]. **O Globo**, 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 22 abr. 2021.

115 Ibid.

próprio sujeito. Podemos dizer que a tarefa do historiador é construir conhecimento sobre o passado, mas tal ofício não é exclusivo.

O historiador Carlos Fico argumenta que apesar do golpe de Estado de 1964 ter inaugurado um regime militar que se prolongaria por 21 anos, o golpe não pressupunha a ditadura que se seguiu. Em março de 1964, quando da deposição de Goulart, não se sabia aonde aquela empreitada levaria o país. As narrativas históricas são complexas, mas Fico afirma que “o bom entendimento histórico não é confortável, apaziguador: ele não equaciona o passado, nem nos dá respostas definitivas, mas nos faz pensar”.<sup>116</sup>

As narrativas históricas sobre o período, naturalmente, ora concordam, ora divergem entre si, o que esse debate proporciona é justamente a percepção de que o passado não está dado, documentado em uma gaveta pronto para ser exposto aos curiosos. Essas narrativas interpretam os fragmentos que resistiram ao tempo. Ainda sobre o golpe e a ditadura, Carlos Fico argumenta que

[...] não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. Nesse sentido, é correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis.<sup>117</sup>

Não esqueçamos de que governadores, parlamentares, lideranças civis e governos estrangeiros arquitetaram o golpe junto aos militares. Contudo, a ditadura que sucedeu ao golpe logo afastou muitos civis que o apoiaram por conta do risco que representavam ao regime estabelecido.

Existem excelentes trabalhos sobre a história e a historiografia do golpe e da ditadura militar. Seria exaustivo tentar dar conta de tudo aqui. Mas o que podemos perceber nessas disputas historiográficas é que, inevitavelmente, a questão memorialística é intrínseca ao estudo de regimes autoritários, ainda mais na América Latina.

A pesquisadora francesa Anne Pérotin-Dumon aponta que a memória tem um valor moral e político. É um meio de garantir integridade aos acontecimentos, denunciar o mal e resistir à mentira. Na América Latina, Pérotin-Dumon argumenta que:

Os imperativos da verdade e da memória formam parte da cultura política contemporânea da América Latina, especialmente onde existiu um notável movimento pela defesa dos direitos humanos. E nesse contexto, “verdade” e “memória” formam a partir de agora um par e são assimilados uma a outra.<sup>118</sup>

116 FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 8.

117 *Ibid.*, p. 9.

118 PÉROTIN-DUMON, Anne. Verdad y memoria. “Escribir la historia de nuestro tiempo”. IN: \_\_\_\_\_. (Dir.). **Historizar el pasado vivo em América Latina**. Santiago de Chile: Universidad Alberto Hurtado, 2007. p. 8-10. *apud* NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9–44, 2015. p. 11. <https://doi.org/10.5433/1984->

É preciso considerar aqui que não há hierarquia entre história e memória. É preciso tomar essas representações acerca do passado como o que elas são e ponderar em cima do que nos é apresentado. A associação entre verdade e memória na região caracteriza uma cultura política que acessa o passado a partir dessa forma particular. A memória aparece por trás da noção de verdade para assegurar a resistência das recordações às tentativas oficiais de negar o que aconteceu, de apagar o passado.

Por mais que haja boa vontade em apresentar o passado de maneira fiel, muitas vezes ao narrar não nos damos conta de que construímos histórias a partir de imagens que já temos em mente acerca do período a ser apresentado. É o empenho em questionar o impossível, contestar o não visto, buscar a verdade em espaços ainda não descobertos que conquistamos a oportunidade de *tentar* compreender o impensável. Por mais confuso, vago e incompreensível que esse empreendimento possa parecer, é essa tentativa que amplia nossas possibilidades de ler o passado. É assim que devemos evitar confiar a verdade unicamente ao campo do objetivo. Não podemos ignorar a ação subjetiva que impulsiona a produção de relatos verdadeiros.

A produção de sentido a experiência humana é elaborada a partir do entendimento do passado. Mas o sentido imaginado para essa experiência é construído pelos sujeitos no presente. Não é à toa que as memórias do passado autoritário estão sempre reaparecendo. Como sugeriu Pérotin-Dumon acima, a memória tem valor moral e político. As batalhas da memória surgem frente a necessidade de confrontar os “relatos oficiais”, que buscaram e buscaram silenciar e esquecer a repressão e suas vítimas. Aqui, tem sido preciso recorrer a memória para defender não só a ordem democrática como também a luta pelos direitos humanos. Não foi exclusividade brasileira a tutela militar da transição de regimes autoritários para um regime democrático. Nesse sentido, as memórias da repressão na América Latina caminham lado a lado a construção da consciência histórica das sociedades latino-americanas.<sup>119</sup>

---

3356.2015v8n15espp9. Acesso em: 11 ago. 2020. No original: Ante todo, la memoria tiene aquí un valor moral y político; es fidelidad a la verdad de los hechos, denuncia del mal cometido y resistencia a la mentira. Los imperativos de verdad y memoria forman parte de la cultura política contemporánea de América Latina, en particular donde hubo un notable movimiento por defender los derechos humanos. Y en ese contexto, “verdad” y “memoria” forman en lo sucesivo un par y se asimilan una a otra.

119 A construção de narrativas após o fim de regimes autoritários é elaborada com o objetivo de resolver situações psicológicas – individuais e coletivas – e políticas que variam. Podemos tomar como exemplo a Europa pós-Segunda Guerra Mundial onde as narrativas nacionais tendem a optar pelo silêncio, pela recusa do lembrar, pela negação da realidade. Sobre o assunto, ver GROppo, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha

Os debates acerca da memória de períodos autoritários e repressivos são construídos com intuito de garantir um projeto de sociedade democrática. A construção da democracia caminha a partir dessa memória acerca do passado. O pressuposto é de que compreendendo o passado, poderíamos elaborar uma democracia que garantisse direitos humanos a todos os cidadãos. No entanto, as memórias que resgatamos estão condicionadas ao período em que vivemos. Rememorar é ativar uma experiência passada no presente em função de expectativas futuras, mas essas expectativas também atuam naquilo que se deseja esquecer. As memórias construídas acerca de um determinado período histórico não são estáticas. Se por um lado existem períodos calmos, onde a memória e a identidade trabalham sozinhas, mantendo a coerência e a unidade. Por outro, em períodos de crise, surge a necessidade de reinterpretar a memória e questionar a própria identidade. São nesses períodos de crise que podemos voltar a refletir acerca do passado, onde reinterpretações e revisionismos questionam e redefinem a identidade de um grupo.<sup>120</sup>

Assim como os editoriais dos jornais Folha de São Paulo e O Globo exploram uma interpretação acerca do passado, instituições oficiais também expressam suas perspectivas. As narrativas comemorativas sobre o passado desempenham uma função política. A historiadora Caroline Bauer argumenta que a partir de 2019 a legitimação de um discurso negacionista tem sido incentivada pelo governo federal.<sup>121</sup> “O negacionismo”, argumenta Bauer,

[...] ao realizar a apologia à ditadura, reforça marcadores de exclusão da sociedade brasileira: a máxima “bom mesmo era no tempo da ditadura” traz consigo, determinadas visões de sociedade, em que se valorizam a autoridade, a hierarquia, além de práticas de controle e repressão, e que os papéis sociais para mulheres, para a população negra e para os mais pobres são pré-estabelecidos e imutáveis.<sup>122</sup>

De maneira curiosa, o interesse em fragmentar a identidade nacional nos faz pensar que o projeto da direita brasileira não é, evidentemente, o de “um país de todos”, mas justamente uma seleção daqueles que podem fazer parte dessa nação. Para aqueles que detém o poder hoje, “ser brasileiro” é fazer parte de um espaço identitário indivisível e imutável, espaço que se encontra supostamente fraturado pelas minorias.

Desde meados de 2018 percebemos um crescente número de falas questionáveis feitas por figuras públicas em defesa da ditadura militar. Postura que não é exclusiva do Presidente

Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

120 Sobre o assunto, pode ser interessante consultar JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2012.

121 Ver DW. Bolsonaro determina comemoração do golpe de 1964 [online]. **Deutsche Welle**, 26 mar 2019. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3Ff9b>. Acesso em: 25 maio 2021.

122 BAUER, 2020, p. 189.

da República que, como vimos na introdução dessa pesquisa, homenageou um torturador na Câmara dos Deputados em 2016 e, desde então, vem reiteradamente demonstrando admiração aos crimes praticados durante a ditadura. Além do presidente, o vice-presidente Hamilton Mourão, general da reserva do Exército, em entrevista ao portal de notícias alemão *Deutsche Welle*,<sup>123</sup> quando indagado se compartilha da admiração do presidente pela ditadura militar brasileira, evita afirmações claras, dizendo que os militares fizeram coisas boas pelo Brasil, mas que outras não fizeram tão bem. “E isso é história, e a história só pode ser julgada com o passar do tempo. Ainda estamos a cerca de 50 anos desse período. Precisamos de mais 50 anos para que esse período seja bem avaliado”. Quando lembrado da dedicação do voto do presidente ao torturador, Carlos Alberto Brilhante Ustra, afirma que o governo não concorda com a tortura, tampouco simpatiza com sua prática. Ainda assim, Mourão considera a ditadura militar como um período no qual “muitas dessas pessoas”, que enfrentaram a guerrilha urbana nas décadas de 1960 e 1970, “foram injustamente acusadas de serem torturadoras”. Sobre Ustra, o vice-presidente diz que “era um homem de honra e um homem que respeitava os direitos humanos de seus subordinados”. Para Mourão, a pluralidade de narrativas que os sobreviventes da repressão narram geram incertezas quanto aos eventos passados, por isso defende que “temos que esperar que todos esses atores desapareçam para que a história faça sua parte”. As palavras escolhidas pelo vice-presidente dizem suficiente sobre o que o governo federal pensa sobre a ditadura militar e seus agentes, o esquecimento e o silêncio dos crimes perpetrados pelo Estado são uma política imposta e controlada pelos militares desde a Lei de Anistia. A História não pode esperar 100 anos, ou que os atores “desapareçam”, para narrar e explicar a ditadura militar, muitos já desapareceram, e sabemos que esses já não podem narrar a experiência que sofreram.

Entre os documentos produzidos pelo governo que comemoram o golpe de 1964 estão as Ordens do Dia alusivas ao 31 de março de 1964, onde narrativas caprichosas do golpe e da ditadura são elaboradas pelo Ministério da Defesa. Em 2019, a Ordem do Dia recorreu a história como instrumento de aprendizado. “Enxergar o Brasil daquela época em perspectiva histórica *nos oferece a oportunidade de constatar a verdade* e, principalmente, de exercitar o maior ativo humano – a capacidade de aprender”.<sup>124</sup> A verdade na história, sabemos, é um tema espinhoso. Como discutimos no capítulo anterior, a construção de narrativas históricas

---

123 SEBASTIAN, Tim. “Governo Bolsonaro lidou muito bem com a pandemia”, diz Mourão. *Deutsche Welle*, 7 out. 2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3ja0b>. Acesso em: 13 out 2020.

124 BRASIL. Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964-2021>. Acesso em: 1 fev 2022. Todos os grifos são de minha autoria.

se dá por meio de escolhas, da seleção de aspectos do passado e da combinação dos enunciados para dar unidade, coesão e harmonia a narrativa. É preciso construir um passado que faça sentido. Fazer sentido, no entanto, não é uma categoria natural da história, é sempre imposto pela narrativa.

A nota publicada em 2019 indica ainda que havia uma “escalada ao autoritarismo” que preocupava as famílias no país. “O 31 de março de 1964”, diz a nota,

[...] estava inserido no contexto da Guerra Fria, que se refletia pelo mundo e penetrava no País. As famílias no Brasil estavam alarmadas e colocaram-se em marcha. Diante de um cenário de graves convulsões, foi interrompida a escalada em direção ao totalitarismo. As Forças Armadas, *atendendo ao clamor* da ampla maioria da população e da imprensa brasileira, assumiram o papel de estabilização daquele processo.

Fazendo o mesmo exercício de contextualização, a Ordem do Dia cria uma imagem das Forças Armadas como poder estabilizador. Inclusive foi esse poder estabilizador que configurou, em 1979, um “pacto de pacificação”. A nota nos faz entender que a Lei da Anistia e a transição para o regime democrático foram conquistas militares.

As notas dos anos de 2020 e 2021 seguem o mesmo tom fantástico onde as Forças Armadas salvaram a nação.<sup>125</sup> Em 2020, a Ordem do Dia aponta para

Ingredientes utópicos embalavam sonhos com promessas de igualdade fáceis e liberdades mágicas, engodos que atraíam até os bem-intencionados. As instituições moveram-se para sustentar a democracia, diante das pressões de grupos que lutavam pelo poder ... A sociedade brasileira, os empresários e a imprensa entenderam as ameaças daquele momento, se aliaram e reagiram. *As Forças Armadas assumiram a responsabilidade de conter aquela escalada*, com todos os desgastes previsíveis.

É interessante notar que as Ordens do Dia sempre indicam que *a sociedade, empresários e a imprensa* participaram da luta contra as *ameaças daquele momento*. O golpe e a ditadura deixam de ser exclusivamente militares e incorporam o elemento civil. Em 2021, novamente,

Os brasileiros perceberam a emergência e se movimentaram nas ruas, com amplo apoio da imprensa, de lideranças políticas, das igrejas, do segmento empresarial, de diversos setores da sociedade organizada e das Forças Armadas, interrompendo a escalada conflitiva, resultando no chamado movimento de 31 de março de 1964.

O caráter civil-militar do golpe e da ditadura é adotado pelo discurso do Estado. A historiografia, como vimos, contribuiu para a popularização dessa perspectiva.

A anistia, nos anos de 2020 e 2021, também é considerada um “pacto de pacificação”. Curiosamente, a Ordem do Dia de 2021 julga que esse “pacto” foi estabelecido a partir das

---

125 As Ordens do Dia dos anos de 2020 e 2021, assim como a de 2019, podem ser encontradas no seguinte link: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/search?SearchableText=Ordem%20do%20Dia%20Alusiva%20ao%2031%20de%20Mar%C3%A7o%20de%201964>. Acesso em: 1 fev 2022. Todos os grifos são de minha autoria.

“convergências próprias da democracia”. A ditadura some. Assim como Ankersmit argumentou, a veracidade da representação é construída dentro da própria representação. O passado da ditadura militar é um passado que não existiu. Bauer argumenta que “a ditadura é narrada como uma utopia”.<sup>126</sup> É preciso arquitetar um novo passado que sustente o atual projeto político.<sup>127</sup>

É importante tecer alguns comentários acerca da natureza das anistias e da Lei da Anistia de 1979 para darmos seguimento a nossa investigação. A tutela militar no período da transição permitiu uma abertura para a democracia sem que houvesse um processo judicial em cima dos crimes perpetrados pelo Estado brasileiro. Embora seja próprio das anistias a reconstrução da ordem social, que pretende garantir a convivência entre dois grupos importantes de uma nação, a filósofa Jeanne Marie Gagnebin considera que a anistia “não pode impedir nem mudar o lembrar, ela não pode ser um obstáculo à busca da “verdade do passado”.<sup>128</sup> As políticas de anistia possuem como característica um efeito de sobrevivência imediata. A anistia configura, segundo Gagnebin, “uma trégua, uma calmaria provisória, motivada pelo desejo de continuar a vida, mas não é nenhuma solução, nenhuma reconciliação, menos ainda um perdão”.<sup>129</sup>

A anistia, desta maneira, configura também uma maneira de fabricar a memória de uma sociedade. Cria-se um ambiente que tem a pretensão de superar o acontecido sem enfrentá-lo. Gagnebin apoia-se em Paul Ricoeur para sustentar que a anistia é uma “tentativa pseudojurídica de apagar os fatos”. Partimos do pressuposto de que a anistia é um recurso político que estabelece um ambiente artificial, uma atmosfera que possibilita a retomada de condições mínimas de existência numa nação. Possibilitar, de alguma maneira, a participação no cotidiano nacional das vítimas dos crimes praticados pelo Estado. A abertura dessa possibilidade não exime o governo democrático de construir mecanismos de justiça para aqueles violentados pelas ações criminosas de regimes autoritários. A promoção de um regime democrático pressupõe o julgamento dos crimes praticados pelo governo anterior. Equiparar a violência dos militantes com a do Estado é inconcebível diante não só da disparidade de poder entre os dois lados, o uso do Estado para torturar e matar opositores, mas também pelo fato de

---

126 BAUER, 2020, p. 190.

127 O historiador e antropólogo Michel Gherman discute em vídeo a invenção do passado pela extrema direita e a ascensão do “bolsonarismo” no Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E9BcAMRMdOc>. Acesso em: 25 maio 2021.

128 GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. Edição Kindle. pos. 3876-3877.

129 Ibid., pos. 3882-3886.



que os crimes cometidos não são passíveis de anistia, visto que são crimes contra a humanidade. A violência do totalitarismo, nos lembra o filósofo Vladimir Safatle, é “muito mais brutal do que a eliminação física [...] é a violência da imposição do desaparecimento do nome”.<sup>130</sup>

Podemos pensar, nesse sentido, que a própria Lei da Anistia começa a imaginar o passado ditatorial brasileiro. Ao sequer considerar as sessões de tortura, os sequestros, os desaparecimentos, os “teatrinhos” – quando cenas de crimes são adulteradas –, a anistia brasileira privatiza a violência perpetrada pelo Estado. Circunscrevendo os efeitos da ditadura as vítimas da repressão, isolando-as da sociedade em geral, a política de memória do passado ditatorial reconhece os desaparecidos, torturados e mortos pela ditadura, mas não os responsáveis por esses crimes. O silêncio acerca dos “excessos” do passado produz a naturalização da violência no país. A tortura, seja a do passado, seja a do presente, é silenciada no Brasil. Ou ainda, é naturalizada. Sabemos que ela ocorre nas delegacias, nos becos e vielas de comunidades, mas não é questionada. As políticas de que promovem o silêncio e o esquecimento coíbem a produção de significados para os acontecimentos passados. Se o trauma, o real não simbolizado, costuma produzir efeitos de repetição, o esquecimento, ou as tentativas de esquecimento, intensificam a violência do passado. A memória traumática consiste do retorno da experiência passada no presente e no futuro, ignorando qualquer distanciamento temporal. Nela, o passado continua vivo, continua sendo experimentado pelo sujeito ou pela comunidade. A impossibilidade de organização da realidade reflete nas condições do sujeito de construir uma identidade.

É difícil pensar em termos quantitativos se a Lei da Anistia foi eficaz. Se tomarmos que o trabalho do historiador frente a essa questão seria o de compreender a construção da própria anistia, refletindo acerca do silêncio e do esquecimento que esse tipo de ação proporciona, como podemos pensar nos recursos dispostos pelo “método” histórico para construir uma narrativa desse aspecto do passado, como apresentar aquilo que não deve ser visto, aquilo que, a princípio, não *foi* visto? Como fazer uso desse “instrumento”, como coloca o editorial do jornal O Globo, para construirmos uma narrativa que ilumine o futuro?

É em busca de uma resposta a esse tipo de pergunta que essa dissertação recorre a ficção literária. Investimos no discurso literário como um tipo de discurso semelhante ao histórico na construção de mundos passados. E é justamente a partir da construção de outros

---

130 SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. Edição Kindle. Pos. 5129-5132.

mundos que podemos tecer comparações, que nos é possível construir novas indagações, que nos é permitido *ver* com outros olhos.

A literatura, diferentemente do que a ciência histórica pretende, recusa a noção de que existe um passado possível de ser conhecido “como ele realmente foi”, é um tipo de discurso que desafia esse nosso desejo por um saber absoluto. É por meio da literatura que percebemos a presença do passado, ou melhor, é um instrumento que nos permite sentir as mudanças de significado do passado em relação ao presente. O uso da fonte literária pelo historiador não deve se limitar a encontrar uma evidência de ou para algo. Como discutido no final do primeiro capítulo, a partir de Antoine Lilti e Étienne Anheim, um conhecimento acerca do passado não é, necessariamente, uma representação verídica dos fatos empíricos provenientes do mundo histórico.

Pensando os discursos histórico e literário como narrativas que compartilham o desejo de compreender o passado, ampliamos nossas possibilidades de interpretações acerca do passado. Quando optamos por construir e dar voz a personagens infames, como são os perpetradores de violência, em narrativas fictícias, nos permitimos indagar acerca da consciência desses agentes. Não é o caso de criar justificativas para suas ações e julgá-los, mas inquirir em cima dos seus feitos. A ficção literária, nesse sentido, nos dá a oportunidade de pensar também como esses agentes históricos são percebidos – e assombram – o presente.

O historiador francês Ivan Jablonka, pensando nas novas formas que o romance contemporâneo apresenta, considera que o esclarecimento da realidade no romance não está vinculado a verossimilhança ou a documentação, ou ao reflexo que projeta da realidade, mas sim na qualidade de sua abordagem. Jablonka sugere que é necessário partir da forma de abordagem, antes da mimesis ou da representação, para pensar a literatura do real. Para Jablonka, uma literatura do real é fundada na vontade de compreender aquilo que os homens fazem, menos pela sua factualidade e mais pela sua relação com o mundo. Para o historiador francês, uma das características do romance contemporâneo é o desejo maior em

[...] compreender do que de narrar ou inventar; uma forma de escrita alimentada pelo espírito das ciências sociais, atormentada pela vontade de decifrar o mundo; uma literatura que procura compreender o que está acontecendo, o que se passa, o que se passou, o que os desaparecidos e o mundo antigo se tornaram; um novo espaço que permite inscrever o verdadeiro em formas renovadas.<sup>131</sup>

---

131 JABLONKA, Ivan. O terceiro continente. *Artcultura*, Uberlândia, v. 19, n. 35, seq. Dossiê História & Literatura, 20 dez. 2017. DOI 10.14393/ArtC-V19n35-2017-2-01. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/41248>. Acesso em: 25 nov. 2020. p. 17.

“A ficção”, argumenta Jablonka, “não seria mais constitutivamente literária. A procura pelo verdadeiro se transformaria, assim, em um dos critérios da literalidade.”<sup>132</sup> O verdadeiro se impõe até quando há escassez de materiais que assegurem a presença de experiências e eventos passados. É importante enfatizar as palavras de Jablonka: *a procura pelo verdadeiro*. Não é a Verdade que a história, por vezes, pretende encontrar e descrever, mas o próprio caminho percorrido em busca dessa verdade.

Isto não é uma história. Isto é história. Isto é história e, no entanto, quase tudo o que tenho ao meu dispor é a memória, noções fugazes de dias tão remotos, impressões anteriores à consciência e à linguagem, resquícios indigentes que eu insisto em malversar em palavras [...] sei bem que nenhum livro jamais poderá contemplar ser humano nenhum, jamais constituirá em papel e tinta sua existência feita de sangue e de carne.<sup>133</sup>

Em *A resistência*, a necessidade de dar sentido ao passado a partir dos vestígios que encontra revela que, por vezes, é preciso fabular para escrever sobre a realidade. A ficção não tem como objetivo falsificar o real, mentir em vez de dizer a verdade, mas explorar a dificuldade de apresentar uma situação complexa.

Mas o que digo aqui é algo mais grave, não é um formalismo literário: falei do temor de perder meu irmão e sinto que o perco a cada frase. Por um instante me confundo, esqueço que também as coisas precedem as palavras, que tratar de acessá-las implicará sempre novas falácias, e, como antes pelo texto, parto por este apartamento à procura de rastros do meu irmão, atrás de algo que me restitua sua realidade.

A fragilidade do mundo que se desfaz tanto no passado como também no futuro. Não há alicerces para sustentar o real. Em determinado momento, o narrador Sebastián diz:

Sei que escrevo meu fracasso. Não sei bem o que escrevo. Vacilo entre um apego incompreensível à realidade — ou aos esparsos despojos de mundo que costumamos chamar de realidade — e uma inexorável disposição fabular, um truque alternativo, a vontade de forjar sentidos que a vida se recusa a dar.<sup>134</sup>

É importante ressaltar que uma das características da ficção contemporânea não é mais a do artista apresentando o mundo a homens e mulheres, mas sujeitos históricos escrevendo para outros. A ficção literária não serve mais como fundação para o mundo, ela agora apresenta uma realidade incerta, dispersa, que precisa ser interpretada para ser compreendida.

A obra literária e seu leitor encontram-se na mesma dimensão. Como uma simulação, o mundo construído na ficção convida o leitor a experimentar uma nova realidade. Escritor e leitor, assim, encontram-se no mesmo espaço-tempo no ato da leitura. Em 1973, quando

---

132 Ibid., p. 16.

133 FUKS, op. cit., p. 23-24. A nota referência essa e a próxima citação.

134 Ibid., p. 95.

reunia os manuscritos do segundo volume de sua Teoria do Romance, produzido entre 1937 e 1939, o teórico da literatura russo Mikhail Bakhtin escreve em suas *Observações finais* que

Evidentemente, esses homens reais – autores e ouvintes-leitores – podem (e costumam) encontrar-se em diferentes tempos e espaços, às vezes separados por séculos e pela distância espacial, mas mesmo assim se encontram num mundo histórico real uno e inacabado, que está separado do mundo *representado* no texto por uma nítida fronteira principal. Por isso podemos chamar esse mundo de mundo criador do texto: ora, todos os seus elementos – a realidade refletida no texto, os autores que o criam, os interpretadores do texto (se eles existem) e, por último, os ouvintes-leitores que o recriam e nessa recriação o renovam – participam igualmente da criação do mundo representado.<sup>135</sup>

Essa nova realidade tem como um de seus desafios testemunhar acerca de um evento ou uma experiência onde não existe uma Verdade. A natureza sublime da ficção literária contemporânea resgata aquilo que está para além das “provas”, da razão, das regras da verdade, do conhecimento. A teórica estadunidense Amy Elias sugere que o enfoque das narrativas históricas são os eventos irrepresentáveis e não a minuciosa investigação e reconstrução empírica do passado, “a história se torna mais sobre testemunhar acerca do não apresentável do que re-apresentar o passado ... *a própria representação* é o que deforma a história e é o que deve ser resistido”.<sup>136</sup>

Abordaremos a ficção contemporânea e discutiremos a figuração do perpetrador de violências considerando não o que é real ou ficcional nessas obras, o que é verdadeiro ou falso, mas sim onde produzem o presente, a realidade cotidiana. Essa realidade, sugere a escritora e ensaísta argentina Josefina Ludmer, é

[...] uma realidade produzida e construída pelos meios, pelas tecnologias e pelas ciências. É uma realidade que não quer ser representada, porque já é pura representação; uma urdidura de palavras e imagens de diferentes velocidades, graus e densidades, interiores-exteriores a um sujeito, que inclui o acontecimento, mas também o virtual, o potencial, o mágico e o fantasmático [...] Absorve e funde toda a mimese do passado, a fim de constituir a ficção ou as ficções do presente. Uma ficção que é “a realidade”.<sup>137</sup>

Não se trata, portanto, do que é referencial, verossímil. A realidade é vivida com medo, sofrimento, esperança, desejo, instabilidade. A escrita histórica estabeleceu que o passado deve ser ordenado, coerente e coeso – características que, evidentemente, não são do mundo físico. Hoje, podemos questionar se precisamos encontrar um julgamento racional para todos

135 BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance II**: As formas do tempo e do cronotopo. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2018. p. 230.

136 ELIAS, Amy J. **Sublime Desire**: History and Post-1960 fiction. Baltimore e Londres: John Hopkins University Press, 2001. p. 29. Tradução nossa. No original: “history becomes more about testifying to the unrepresentable than about re-presenting the past [...] *representation itself* is what deforms history and is what must be resisted”

137 LUDMER, op. cit., p. 129.

os acontecimentos do passado. A ficção literária tem encontrado um caminho mais moderno do que os estudos históricos para enfrentar os desafios do presente. A tarefa de narrar uma experiência incompreensível, absurda, caótica, por vezes com personagens repugnantes, sem a intenção de esgotar, mas refletir sobre o passado.

Como veremos, a história de *Cabo de guerra* é, na verdade, a rememoração dos anos de chumbo por um “cachorro” mais de quarenta anos depois dos acontecimentos. A memória é uma viagem inesperada de ida e volta ao passado. A memória também é a produção de uma ordenação possível para o passado. Podemos trabalhar com a hipótese de que parte da ficção literária que é produzida no século XXI trata de expressar a fronteira entre o vivido e o imaginado. Entre o real e o ficcional.

É a ação de desafiar o passado que possibilita a construção de uma consciência histórica. A linguagem tem o papel de mediadora entre o passado e o presente. O conhecimento sobre o passado e a construção de um discurso acerca da ditadura militar, por vezes, confronta-se com a memória daqueles que viveram durante o período. Como dito anteriormente, não é o proveitoso considerar história, memória e literatura como discursos antagônicos, mas é oportuno pensar como esses diferentes discursos possibilitam a formação de um conhecimento sobre o passado. É dessa maneira também que podemos pensar a ficção literária como uma prática de produção de conhecimento distinta da historiografia, mas que também permite pensar a realidade. Não é exclusividade dos estudos históricos pensar e fabricar a realidade passada. À medida que a história nos diz o que foi que aconteceu, ela proporciona ao sujeito uma reflexão acerca do que poderia ter sido.

Anos após o fim da ditadura, a experiência que temos do regime militar é diferente daquela de outros tempos, escrever sobre a ditadura militar é um exercício influenciado pelo presente. Se não podemos modificar o passado, é por meio do ato de narrar que podemos reinterpretá-lo. É recorrendo ao fictício que podemos experimentá-lo. É a partir dessa experiência que podemos responder a questões no presente. Pensar a violência no Brasil hoje exige que o passado seja enfrentado. O que podemos ver nas narrativas histórica e literária da contemporaneidade é a maneira como esse passado é construído, o que nos causa repulsa hoje que não causava no passado? Ou, o que *ainda* não nos causa angústia, o que *ainda* não é dor de cabeça na sociedade brasileira? Investigo a consciência dos perpetradores de violência para compreender a persistência do trauma da ditadura militar em nosso país. Lembrado à nossa maneira, o passado da ditadura militar ainda precisa ser escrito. Escrito não de maneira a encaixá-lo em padrões orientados pelas questões contemporâneas, mas de modo a esclarecer

aquilo que ele *realmente* foi, o que produziu e ainda produz na sociedade brasileira.

#### 4 A VOZ DO FANTASMA: O PERPETRADOR NA FICÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Percebemos ao longo dos últimos dois capítulos que a história é um encadeamento particular de eventos e acontecimentos, não uma ligação qualquer entre elementos. As histórias organizam o passado de modo a mostrar ao leitor uma possibilidade de mundo. O compromisso do historiador é com a interpretação dos fragmentos que sobreviveram ao tempo, com esses rastros que mostram uma realidade que tenta ser o próprio passado. Os historiadores elaboram o mundo passado e é preciso ver esse mundo *como se* fosse o passado para que aquela representação faça sentido. Se não aceitamos o passado histórico como uma possibilidade do que foi, a realidade passada não se consolida. A ilusão da representação histórica *como se* fosse o passado é uma necessidade para que seja possível imaginar respostas e soluções para problemas contemporâneos. Isso não quer dizer que haja um método para a configuração da história. Entendo que os historiadores recorrem a uma metodologia para acessar o passado, mas essa não é a única forma de conhecê-lo.

O passado, como já percebemos, não é objeto exclusivo dos historiadores. Apesar da importância e da relevância do tratamento profissional do passado pelos historiadores, hoje em dia, percebemos que as várias maneiras de acessar o passado acabam desafiando a autoridade do historiador. A questão não é tanto sobre a confiabilidade do conhecimento produzido pelos historiadores, mas de sua praticidade no enfrentamento de problemas contemporâneos. O desejo pela história não morreu, mas a criação do passado para impulsionar o entendimento sobre o presente e especular acerca do futuro também é feito por outros discursos.<sup>138</sup>

A análise acerca das obras *K. - Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, *A resistência*, de Julián Fuks, e *Cabo de guerra*, de Ivone Bendetti, não tem a pretensão de dizer que a obra literária tem como prioridade ensinar ou transmitir qualquer tipo de conhecimento. Ou ainda, que o discurso literário é mais ou menos apropriado do que o histórico para acessar o passado. Todavia, seria pouco proveitoso estudá-las sem considerar o potencial conhecimento ali partilhado. Precisamos, então, considerar que o tipo de conhecimento

---

138 Sobre os desafios do historiador e da história na contemporaneidade, pode ser proveitoso consultar MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seu público: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 74. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n74-06>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/LHTGChGvyDBCdzDk33k4WgM/?lang=pt#>. Acesso em: 18 jan. 2022.

produzido pela fonte literária não é apenas aquele do tipo conceitual. O passado que a literatura brasileira contemporânea nos entrega não deve ser recebido como o passado histórico – que nos diz o que realmente aconteceu – mas como a experiência de outro tempo, de outra vida. Apesar de nos apresentarem imagens do que foi o passado, a literatura não se preocupa com a construção de um passado histórico, tampouco podemos dizer que a finalidade das histórias de Kucinski, Fuks e Benedetti é a construção de um passado prático.

No entanto, concordo com Hayden White quando ele diz que o passado prático é mais receptível ao texto literário do que o histórico. Para White, um tratamento literário do passado tem como referência o passado real, assim como o discurso histórico, mas seu enfoque está naqueles aspectos do passado que o passado histórico não consegue lidar.<sup>139</sup> A partir da obra *Austerlitz*, do escritor alemão W. G. Sebald, White sugere que “os recursos literários dispostos por Sebald servem para produzir uma lente literária pela qual se pode justificar um julgamento (ético ou moral) sobre um mundo real de fatos históricos.”<sup>140</sup> Partindo dessa proposta para a investigação que segue, entendo que o discurso literário é capaz de incentivar o desenvolvimento de um conhecimento que não é o mesmo daquele produzido pela ciência histórica.

Como foi discutido no primeiro capítulo, o passado prático é uma noção de passado que resgata uma experiência passada e nos orienta a agir no presente e, potencialmente, no futuro. Isso não quer dizer que o passado tenha todas as repostas para a solução de problemas do presente, mas recorrer a esse conhecimento pode ser um caminho para compreender e encontrar respostas para questões contemporâneas. Partindo do discurso literário como instrumento de crítica a história, concordamos com o historiador estadunidense Ethan Kleinberg quando sugere que em vez de buscar uma utilidade para a literatura, ou evidências para o que entendemos ser o real, deveríamos pensar como se dá a nossa relação com o passado. Kleinberg se apoia na figura do fantasma para pensar o discurso literário como uma configuração que deseja nos mostrar como o passado assombra a história. Para Kleinberg, ao fazermos história, uma ontologia latente do passado é ativada parcialmente, deixando seus resquícios escondidos ou dormentes. “É um passado ausente”, afirma Kleinberg, “mas que

---

139 WHITE, 2014a, p. xiv.

140 Ibid., p. 5. No original: “[...] the literary devices disposed by Sebald in *Austerlitz* serve to produce a literary lens by which to justify a judgment (ethical or moral in kind) on a real world of historical fact”.



nos assombra e pode retornar de maneiras que perturbam nossas narrativas históricas convencionais e a compreensão do que o passado e a história são.”<sup>141</sup>

#### 4.1 Fantasmas do passado: entre a lembrança e a presença

Enquanto a ciência histórica nos entrega um passado estável, que *foi* e não é mais, o que nos leva a imaginar um presente também estável, o discurso literário pode nos ajudar a enxergar a plasticidade da noção de tempo na modernidade.<sup>142</sup> O passado não é uma entidade fixa, imutável e apreendida a força. Essa é uma ficção que nos isenta das consequências de nossas ações. Podemos pensar aqui nos documentos analisados no capítulo anterior, os editoriais e as Ordens do dia nos dizem que o passado da ditadura militar é um outro tempo e que nada tem em relação com o presente. É como se dissessem: “Aquelas foram ações necessárias para aqueles tempos e que não repercutem nos dias de hoje.”

Se não podemos “ir e voltar” no tempo, é por meio da linguagem que essa experiência se torna possível. A historiadora polonesa Ewa Domanska, em artigo que reflete sobre a materialidade do passado, comenta sobre o caso dos corpos ausentes da ditadura argentina, os desaparecidos. O *estranhamento* causado pelo desaparecido é a ambivalência de sua situação, nem vivo nem morto. Assim, o corpo desaparecido é um paradigma do passado em si, que é ao mesmo tempo simultâneo e não simultâneo ao presente. Em vez de “passado não presente”, que indicaria a não-evidência da presença do passado, Domanska opta pelo uso do termo “passado não-ausente”. Ewa Domanska sugere que

O passado não ausente é o espaço ambivalente e liminar do “estranho”; é um passado que assombra como um fantasma e, portanto, não pode ser tão facilmente controlado ou sujeito a uma interpretação finita. É ocupado por “artefatos fantasmagóricos” ou lugares que enfraquecem nosso senso de familiar e ameaçam nosso senso de segurança.<sup>143</sup>

É nesse espaço conceitual que Domanska interpreta que os corpos dos desaparecidos no período da ditadura argentina possuem um *poder de ausência*. Domanska usa o termo *poder* para indicar deliberadamente a mágica e o mistério do passado que não é ausente.

---

141 RAMOS, André da Silva. Ethan Kleinberg: Teoria da História como Fantologia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 25, p. 193-211, dez. 2017. p. 199.

142 Sobre os limites da ciência histórica, pode ser interessante consultar o terceiro capítulo de *Haunting History*. KLEINBERG, Ethan. **The Haunting History**: for a deconstructive approach to the past. Stanford: Stanford University Press, 2017. s. p.

143 DOMANSKA, Ewa. The Material Presence of the Past. **History and Theory**, [S.l.], n. 45, out. 2006, p. 346. No original: The non-absent past is the ambivalent and liminal space of “the uncanny”; it is a past that haunts like a phantom and therefore cannot be so easily controlled or subject to a finite interpretation. It is occupied by “ghostly artifacts” or places that undermine our sense of the familiar and threaten our sense of safety.

A obra *A resistência*, de Julián Fuks, pode nos ajudar a pensar esse poder de ausência e a presença de fantasmas do passado no presente. Assim como Fuks, o narrador de *A resistência*, Sebastián, é brasileiro, filho de exilados argentinos. Fugindo da perseguição a militantes de esquerda e opositores, ou a qualquer um que considerassem “subversivos”, pai e mãe fogem da Argentina com um filho adotivo rumo ao Brasil. Sebastián, portanto, não viveu a ditadura militar argentina, não sofreu diretamente com os traumas do desaparecimento e da tortura. Ele herda uma memória, ou possui, para usarmos o conceito de Marianne Hirsch, uma pós-memória. Hirsch argumenta que a pós-memória descreve a relação entre as gerações que testemunharam traumas culturais e coletivos com os que vieram posteriormente. A lembrança do trauma pelos que não o viveram é construída por meio de histórias, imagens, objetos e pelo comportamento daqueles que os quais conviveram.<sup>144</sup>

A história que Sebastián tenta contar, e ênfase no ato de *tentar* por conta dos desafios que a tarefa exige, é a história desse irmão adotivo. O desaparecimento forçado de militantes na Argentina se estendeu aos filhos e filhas dessas pessoas. Crianças foram sequestradas e adotadas por famílias apoiadoras do regime autoritário. O filme *A História Oficial*, de 1985, escrito e dirigido por Luis Puenzo, conta a história de uma família que adotou uma dessas crianças durante a ditadura. No filme, Alícia, professora de história, impossibilitada de ter filhos, cria Gaby, uma menina que seu marido Roberto trouxera para casa. Quando uma amiga de Alícia retorna do exílio e questiona as origens de Gaby, Alícia passa a desconfiar que a menina seja filha de desaparecidos políticos.

A história do irmão adotivo de Sebastián possui diversas lacunas. A incerteza de suas origens irrompe em uma inquietação no presente. “O parto eu não posso inventar, do parto nada se sabe.”<sup>145</sup> É no desconhecer que o desejo pelo passado é impulsionado. O desafio de preencher o vazio que resiste a representação faz com que a imaginação se imponha como meio de entender a realidade. “O quarto branco ou opressivo pavilhão, o som de botas contra o piso ou as mãos douradas em inspeção, basta, chega, são todas ficções descartáveis, são meras deturpações.”<sup>146</sup>

O fantasma do perpetrador não é necessariamente a materialização do próprio agente da violência. Podemos considerá-lo como uma presença não ausente, para usarmos o termo de Ewa Domanska. O fantasma do perpetrador pode não ser percebido por anos, mas sua presença pode se manifestar subitamente em objetos ou discursos. O fantasma preenche

---

144 HIRSCH, Marianne. The Generation of Postmemory. *Poetics Today*, [S.l.], n. 29, v. 1, 2008, p. 106.

145 FUKS, op. cit., p. 59.

146 Ibid.

significantes e estimula o resgate involuntário de memórias sensíveis, ou ainda, ativa a necessidade de dar sentido a própria presença. *O som de botas contra o piso*, como imaginado na narrativa, certamente não vem dos médicos que acompanhariam o nascimento do bebê. A necessidade de criar uma história para seu irmão argentino é ocupada pelas imagens da ditadura, da violência. E isso segue ao longo da narrativa, mesmo que o perpetrador não apareça como pessoa no texto.

Dentre as poucas coisas que meu pai salvou sem muito pensar, uma resistiu às décadas e às casas sucessivas, única reminiscência daquele espaço dessacrado: a estatueta de Buda que dia a dia segurava seus livros com os braços levantados, em bravo ofício que já não poderia praticar.<sup>147</sup>

O passado está sempre em contato com o presente. O resgate do passado pode trazer felicidade ou tristeza, harmonia ou inquietação, sentido ou caos. O trecho anterior é parte de uma cena em que Sebastián imagina seu pai se deparando com a destruição causada pelos militares em seu consultório. A estatueta de Buda, quebrada, era agora “simples pedra inválida”. A presença da estatueta é peculiar, pois vejo sua presença na narrativa como a necessidade de trazer um objeto “do passado” para orientar os acontecimentos posteriores, ou ainda, como comprovação de que o evento aconteceu. A estatueta é portadora do passado, agita o tempo, o preenche de significado. É esse objeto também que ativa a memória e a lembrança de um passado que não está ausente.

Essa ativação impulsiona a produção de imagens que *tentam* dar sentido ao passado. “Foi numa manhã de outubro que meu pai encontrou o terror, ou o rastro do terror, instaurado em seu consultório.”<sup>148</sup> A consciência do perpetrador não surge a partir de sua voz ou de sua presença física, o que não significa que o texto a ignore, seus vestígios nos permitem imaginá-la: “Aquele consultório não fora apenas invadido e vasculhado, mas destruído com rigor militar, ou minuciosamente torturado para que denunciasse seu comparsa.”<sup>149</sup> A violência aos objetos mostram que a ação do perpetrador não tinha como objetivo apenas extrair informações, mas também purificar o ambiente.<sup>150</sup>

Os fantasmas que perturbam a ordem, a mente, o corpo, ora se fazem visíveis, ora invisíveis. Quando invisíveis, é preciso materializá-los. É curioso que Sebastián tenha recorrido a experiência do pai para *mostrar* o terror. A pressão da prova, que exige do

---

147 Ibid., p. 53-54.

148 Ibid., p. 53.

149 Ibid.

150 Não seria exagerado ampliar a concepção de fantasma para analisar aqueles fantasmas que assombram os militares e os estimulam a agir de forma violenta contra outras pessoas. Fantasmas são imagens construídas acerca do outro que nos fazem *ver* o outro a partir daquilo que ele não é, mas do que achamos que ele seja.

historiador um esforço para apresentar a origem de suas afirmações, é desconsiderada no discurso literário. Isso, no entanto, não o impede de construir uma imagem verídica daquele momento. Podemos considerar que a realidade histórica é elaborada a partir de imagens distintas, conversas em família, filmes, fotografias, toda uma variedade de objetos que no decorrer do tempo contribuíram para a construção de imagens do passado. A realidade que se manifesta no discurso literário e no histórico é singular, mas sua produção se apoia nos fragmentos e vestígios que sobreviveram ao tempo.

A indiferença é o que me domina, alguma paralisia em meu peito: já não me importa se este é o prédio, se esta é a verdade que desejo, se aqui meus pais foram perseguidos e meu irmão passou seus primeiros dias, os primeiros meses dessa vida que remotamente persigo.<sup>151</sup>

Acredito que já tenha ficado claro que ficção e verdade não estão em oposição. O ficcional e a realidade se aproximam para que seja possível representar o real. Ou, como vimos a partir do escritor argentino Juan José Saer, evidenciar a complexidade que tal operação exige. Por vezes, resgatar um documento para *provar* um acontecimento é um mecanismo de defesa para dizer que, apesar de tudo, esse é um relato verdadeiro. O registro da barbárie geralmente está no corpo, ou em sua ausência, e não no papel, no documento. Quando não é possível constituir a realidade a partir do objeto – do corpo –, ela é construída a partir da perda do objeto, do que foi vivido pelo sujeito, de suas experiências.

Todavia, a construção desse passado não é simples. “Há histórias que não se inventam à mesa, entre goles e garfadas”<sup>152</sup>, a elaboração de histórias é um desafio tanto para o historiador quanto para o escritor. “Há casos que não habitam a superfície da memória e que, no entanto, não se deixam esquecer, não se deixam recalcar.”<sup>153</sup> A história se faz nesse espaço incerto entre o esquecimento e o silêncio, onde a própria ausência é presença.

Em outro trecho de *A resistência*, esse espaço é preenchido pela figura de Marta Brea, desaparecida durante a ditadura argentina. Ou melhor, a ausência é preenchida quando a mãe de Sebastián recebe uma carta falando sobre a morte de Marta Brea, “vítima do terrorismo de Estado da ditadura civil-militar, jovem psicóloga cujos restos agora identificados ratificavam seu assassinato em 1º de junho de 1977”.<sup>154</sup> A carta chegara com trinta e quatro anos de atraso. Marta Brea não foi apenas colega de trabalho da mãe de Sebastián, havia uma forte amizade entre as duas. O que se impõe, é uma história que tenta ser a realidade mesma. Sebastián não

---

151 FUKS, op. cit., p. 56.

152 Ibid., p. 75.

153 Ibid.

154 Ibid., p. 78.

era nascido quando Marte Brea fora raptada, sua mãe não tem uma memória clara daquilo que aconteceu.

Correndo até a entrada do hospital, minha mãe ainda pôde testemunhar a brusquidão com que empurravam e a enfiavam num carro sem placa, a partida súbita e singular daquele carro se repetindo tantas vezes ante seus olhos. Pode ser finito nosso acervo mental de imagens: a cada desaparecimento, a cada sequestro noticiado, minha mãe vê, ou pensa ver, diz ver esse mesmo carro em seu arranque drástico, seu sumiço na primeira esquina, o rastro dos pneus no asfalto.<sup>155</sup>

Seu desaparecimento é o início de uma prolongada dor. Uma dor marcada não só pela ausência da amiga, mas também pelo silêncio que se impunha a essa ausência. A notícia que confirma a morte de Marta Brea permitiu a mãe de Sebastián “vasculhar em seu íntimo as ruínas calcificadas do episódio, pôde enfim tocá-las, movê-las, construir com o silêncio das ruínas, e com seus traços deformados, o discurso que proferiu em sua homenagem.”<sup>156</sup>

É interessante pensar que ao passo em que aceitamos que não existe tal coisa como *o passado*, mas sim *passados*, ainda procuramos nas histórias um aprendizado. Um passado que nos ajude a construir e dar continuidade a um projeto de futuro. Espero não ser um absurdo a essa altura afirmar que representações deformam o objeto representado. Há, no entanto, uma questão problemática nessa afirmação. Se tomarmos o método histórico ao pé da letra, isto é, que toda afirmação exige uma fonte, um documento que sustente o enunciado, qualquer estudo acerca dos perpetradores de violência seria insuficiente. O que os depoimentos dos agentes do Estado brasileiro que trabalharam em órgãos de repressão nos dizem é pouco quando os confrontamos com os depoimentos daqueles que sofreram nesses espaços. Enquanto os primeiros conseguem dizer que nada aconteceu, as vítimas enfrentam a dificuldade de dizer *o que aconteceu*. É o testemunho do irrepresentável que as histórias perseguem. Os fatos empíricos que tiramos do mundo real não bastam para compreender o passado. Lucia Murat, cineasta brasileira e ex-integrante da luta armada contra a ditadura militar, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, afirma que

A tortura era uma prática da ditadura e nós sabíamos disso pelos relatos dos que tinham sido presos, mas nenhuma descrição seria comparável ao que eu ia enfrentar. Não porque tenha sido mais torturada que os outros, mas porque acho que o horror é indescritível.<sup>157</sup>

Em *K. - Relato de uma busca*, Bernardo Kucinski alerta o leitor logo nas primeiras páginas: “Caro leitor: Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu.”<sup>158</sup> Kucinski

---

155 Ibid., p. 76.

156 Ibid., p. 78.

157 BRASIL. Comissão Nacional da Verdade, v. 1. Brasília: CNV, 2014. p. 328. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

158 KUCINSKI, op. cit., p. 11.

nos convida a experimentar um outro tempo, uma outra vida, sua obra não se restringe a dizer *sobre* a ditadura militar brasileira. Nos interessa aqui ressaltar a forma como Kucinski explora a linguagem para ressaltar aspectos invisíveis ou aparentemente insignificantes. Não se trata tanto de dizer *isso aconteceu*, mas de refletir acerca do acontecido. Devemos ir além daquilo que é possível encontrar em outras fontes documentais, não é apenas o conhecimento histórico apresentado pelo texto literário que nos interessa, mas também aquele tipo de conhecimento que não é conceitual ou descritivo.

O interessante no aviso de Kucinski nas primeiras páginas é o fato de que um relato, sabemos, pode ou não ser inventado. *K.* é a história de um pai em busca da filha desaparecida durante a ditadura militar no Brasil. Ana Rosa Kucinski, irmã do autor, professora do Departamento de Química da Universidade de São Paulo, desaparecera em 1974. O relato escrito por Kucinski é amparado pela própria vida do autor, o que pode dar um indício de veracidade em suas palavras. É como se a placa que Kucinski coloca no início do texto nos fizesse refletir sobre a fronteira entre o ficcional e o histórico. O quanto de verdade há nesse texto? O *quase tudo* pode nos impulsionar ao terreno da ficção, mas o quanto de verdade há nas histórias que contamos diariamente? Todo relato, por mais simples que seja, há um toque especial, algo como: foi mais ou menos dessa maneira que aconteceu. Kucinski nos convida a olhar pela janela uma experiência, uma possibilidade de verdade que podemos, ou não, tomar *como se fosse real*.

A verdade do mundo de *K.* não é a verdade do nosso mundo, mas uma verdade que ultrapassa o mundo real. Entramos em uma simulação quando interagimos com textos ficcionais. Uma simulação que parte do mundo real para voltar a ele com mais profundidade. É nesse caminho de ida e volta ao mundo real que podemos ver, apreciar, sentir aspectos do próprio mundo que nos eram desconhecidos. O real se manifesta em nosso corpo no contato com o texto ficcional, as emoções e sentimentos que surgem, a percepção daquilo que não chegaria a nós de outra maneira.

Em *K – Relato de uma busca*, vozes e consciências surgem em diferentes momentos. A análise dessa obra se torna interessante quando, conscientes da posição de Bernardo Kucinski, investigamos a presença do fantasma ao longo da história de busca de um pai, K, pela filha desaparecida. Assim como Fuks, em Kucinski, o perpetrador não é necessariamente a presença de uma pessoa, podemos perceber isso na transmissão de rádio em que o governo falou pela primeira vez sobre os desaparecidos. Nesse momento, K sentou-se junto ao rádio e percebeu a suspensão do tempo.

K. cola-se ao rádio, outros esperam junto à tevê, um grupo aglomera-se defronte ao noticiário luminoso do Estadão; mães, irmãs, mulheres prenhes de espera. Aguardam o momento com a emoção antecipada de amantes de estrelas armados de lunetas à espera do eclipse único do século. Armam-se, neste caso, de esperança [...] Ao se aproximar o instante da revelação, é como se o sol subitamente parasse no ar; o ar ficou parado no ar; o mundo parece ter parado. Quebrou-se o tabu. O governo falará sobre os desaparecidos; por isso ressurgiu a esperança [...]<sup>159</sup>

Esse trecho poderia ser traduzido de muitas formas. Se o nosso olhar para o discurso literário não for para contrapô-lo ao histórico, podemos enxergar verdades históricas junto a emoções que não encontramos em todos os enunciados históricos. O que nos interessa agora é a maneira como o perpetrador surge na cena.

E assim é. Meio-dia começa a transmissão. Nomes são ditos aos poucos em ordem alfabética. Em K. a esperança se esvai. O nome da filha, que por essa ordem deveria estar entre os primeiros, não chega. Outros que acompanham atentos o comunicado são tomados pela perplexidade. Este está foragido, este outro nunca foi preso, este também está foragido. Fulano já foi libertado depois de cumprir pena. De repente é pronunciado o nome de um respeitado professor de economia que nunca desapareceu [...] seguido da afirmação maldosa de que está desaparecido. E depois mais outro, objeto do mesmo escárnio. Em vez de vinte e duas explicações, vinte e sete mentiras. Eis que, ao final, aparece uma referência à filha de K. Dela, diz o comunicado, assim como do marido e dois outros, *não há nenhum registro nos órgãos do governo.*<sup>160</sup>

Essa transmissão foi pronunciada pelo então ministro da Justiça Armando Falcão em fevereiro de 1975.<sup>161</sup> Os mecanismos perversos mobilizados pela ditadura militar são evidentes. A desfaçatez do Estado ditatorial em mentir sobre os desaparecidos por entender que não tem obrigação de justificar suas ações e práticas, incentiva o Estado a mentir, falsificar a história. Não devemos esquecer que a prática de tortura, desaparecimento e assassinato de militantes e guerrilheiros durante a ditadura era crime dentro do próprio sistema ditatorial. O Estado não tinha autorização para matar. O silêncio acerca do paradeiro dos desaparecidos é uma maneira de já elaborar uma história que não tenha esses eventos em seu encadeamento. Aqui, voltamos ao início desse capítulo, não é preciso mentir sobre o passado, mas simplesmente desconsiderar certos eventos. Fica evidente, nesse trecho, que a violência da ditadura militar também é psicológica. Até mesmo quando o conflito contra guerrilheiros está vencido, a repressão não deixa de atuar. O método dos militares é o mesmo nas obras de Kucinski e Fuks, e veremos que é semelhante em *Cabo de guerra*, de Ivone

---

159 Ibid., p. 63.

160 Ibid., p. 64.

161 Sobre Armando Falcão e sua atuação no ministério da Justiça, pode ser proveitoso consultar GUIDO, Maria Cristina. Armando Ribeiro Falcão. In: ABREU, Alzira de et al. (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/armando-ribeiro-falcao>. Acesso em: 12 maio 2021.

Benedetti, o objetivo não é eliminar apenas militantes, guerrilheiros ou opositores, mas todos aqueles que, para os militares, eram uma ameaça para o projeto autoritário.

A historiadora Caroline Silveira Bauer argumenta que a natureza da violência política e do terrorismo do Estado imporia por si limites a representação desses eventos, visto que o tempo é adversário do conhecimento. Além do apagamento de provas, o Estado apaga as impressões do passado, ele constrói mecanismos de registro e esquecimento. Bauer considera o testemunho um compromisso, “uma luta contra essa política de eliminação da história e das subjetividades.”<sup>162</sup> Concordo com Bauer e não penso que a ficção de um passado estável, como vimos a partir de Ethan Kleinberg, seja de todo ruim. Penso que o passado estável que a ficção constrói é um meio que temos de ressaltar aspectos do passado que perturbam o presente. É tornando-o estável que podemos acompanhar seus estágios de desenvolvimento. Essa pesquisa restringe sua análise a representação daqueles agentes do Estado que praticaram crimes contra outras pessoas durante a ditadura militar na literatura, o passado estático que nos é entregue permite que compreendamos a forma como esses agentes agiam em seu tempo, como imaginamos suas motivações e suas justificativas hoje. O meu ponto é: o perpetrador da ditadura militar não é o mesmo dos dias de hoje, mas enquanto não entendermos a violência do passado, aquela que nos assombra, não compreenderemos a do presente.

Uma vez que são as experiências mais sensíveis as que desafiam a imaginação, é interessante perceber como os perpetradores são figurados na literatura brasileira contemporânea. Um novo olhar acerca de um período histórico é liberado a partir de relatos como o de Kucinski e Fuks. É no compartilhamento dessas experiências pessoais que tanto as pessoas que viveram a ditadura como também aquelas que nasceram após o período podem julgar as práticas do passado. O perpetrador de violência – o agente da ditadura militar – é um homem, uma mulher, uma pessoa ordinária, o seu rastro, no entanto, não é do tipo que pode ser encontrado no documento, que pode ser submetido a “pressão da prova”. A maneira como eles dizem *isso aconteceu* nos faz questionar, desejar entender o que motivou suas escolhas. A obra de Kucinski é interessante nesse sentido por mostrar as várias facetas do perpetrador. No trecho seguinte, Kucinski imagina a consciência de um agente de baixo escalão com certo grau de envolvimento na repressão:

... o pior foi ontem, quando eu falei em sacrificar a cadela, levei o maior esporro, me chamou de covarde; quase falei pra ele: *e quem mata esses estudantes coitados, que têm pai e mãe, que já estão presos, e ainda esquarteja, some com os pedaços,*

---

162 BAUER, 2017, p. 68.



*não deixa nada, é o quê?* [...] Carne nova – ele fala –, arranca o que quer, manda liquidar e vai embora.<sup>163</sup>

Enquanto questiona a atitude de seu superior, parece não perceber que é integrante da mesma atrocidade. A violência é o recurso do perpetrador para expurgar seus fantasmas. E aqui, Kucinski explora essa condição enquanto humaniza o agente. Se a tortura contra os estudantes é uma covardia, atitude compartilhada pelo agente e seu superior, o sacrifício da cadela é um ato desumano, uma vez que o animal nada fizera contra eles. Podemos ler a cadela ainda como uma imagem do que sobrou dos militantes e, para o perpetrador, é preciso eliminar todos os rastros. De qualquer forma, ele já sabe o que fazer: “dou mais dois dias, se ela não morrer sozinha, boto veneno na água, boto o veneno que demos àquele ex-deputado federal.”<sup>164</sup> O desvio, nesse caso, é que enquanto a cadela estiver viva, haverá um rastro, uma pegada visível do desaparecimento dos membros da resistência à ditadura militar. Por um lado, podemos considerar esse caso como o do funcionário que segue ordens e, por vezes, as desafia. Por outro, há aqui algo mais, talvez o funcionário também estivesse querendo saber de si quando pensa em indagar o superior quanto a suas práticas. Uma incerteza frente aquela que é sua função: sumir com pessoas.

Em outros personagens, essa incerteza some. *K – Relato de uma busca* não esquece daqueles agentes obcecados pelas suas funções. Atraídos pela violência e perversidade, perpetradores se ocupam para inviabilizar e obstruir a busca de K pelo paradeiro da filha. Os contatos de K com figuras públicas incomodam a repressão. Mas para alguns agentes isso não é problema. “Me deram carta branca, que era para acabar com os comunistas, não deram? Acabei com eles, não acabei? Então que não encham o saco.”<sup>165</sup> Para esses agentes, é preciso agir contra todos os elementos que possam perturbar a ordem. Assim, um plano para desestabilizar “o velho” é posto em prática. “Você vai pegar esse telefone que está aí e eu vou te dar um número, vai atender um filho da puta dum velho e você vai dizer a ele o teu nome, pode dizer o teu mesmo, diz que você acaba de ser solto do Dops e que viu a filha dele aqui.”<sup>166</sup> A ideia é fazer com que as perguntas de K sobre a filha não sejam respondidas, mas que ele vá até a pessoa do telefonema, que supostamente o esperaria em uma rodoviária. O plano é dado como um sucesso, K vai ao encontro não porque acreditou na mensagem, mas porque tinha que ir, porque não quer aceitar o desaparecimento da filha. O agente se vangloria

---

163 KUCINSKI, op. cit., p. 62, grifo nosso.

164 Ibid.

165 Ibid., p. 65.

166 Ibid., p. 66.

junto a outro funcionário, que não tem voz na cena: “Sabe de uma coisa, Mineirinho, foi uma puta ideia essa que tive.”<sup>167</sup>

Apesar do aparente sucesso do plano, K não desiste e o agente, indignado com a persistência de K em encontrar a filha, elabora um novo plano. O agente, que agora se identifica como Fleury, liga para o consulado brasileiro em Lisboa e pede para que seja enviado para o endereço de K. folhetos da Revolução dos Cravos, nada mais, apenas os folhetos, e orienta o funcionário do consulado: “O remetente você vai escrever à mão, como se fosse de uma moça.”<sup>168</sup> O agente demonstra irritação com as investidas de K. e de outros familiares em busca de seus parentes desaparecidos. Para ele, “se não tivessem mandado parar tudo eu matava um desses velhos só pros outros pararem de encher o saco.”<sup>169</sup>

O esforço dos familiares de desaparecidos e sua organização desestrutura a máquina repressora, o movimento ganha novas proporções e aliados importantes. A continuidade do “serviço” da repressão é abalada também com o discurso da abertura “lenta, gradual e segura” promovida pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979) e continuada pelo último presidente militar João Figueiredo (1979-1985). O inimigo, agora, para o agente “são as famílias desses terroristas.”<sup>170</sup> Mas sabendo que não é mais possível usar a violência física contra essas pessoas, julga ser adequado “usar mais a cabeça, a psicologia, Mineirinho. Temos que desmontar esses familiares pela psicologia.”<sup>171</sup>

O agente que se identifica como Fleury e seu comparsa Mineirinho continuam seus planos sórdidos contra K e os familiares de desaparecidos. Mensagens indicando o corpo da filha no Instituto Médico Legal, telefonemas internacionais com falsas informações. A situação política, no entanto, mudou com o tempo. O governo americano, como indica o agente, já não está de acordo com a repressão, um contato da CIA, a agência de inteligência estadunidense, dera ordens para achar a filha de K e o marido. A mudança da política contra os chamados subversivos exigiu a destruição de arquivos, rastros. A ordem para a entrega dos desaparecidos é descabida. Para o agente, “mesmo que eles estivessem vivos, como é que ia entregar depois de tudo o que aconteceu?”<sup>172</sup>

O fantasma, sabemos, é e não é visível. É e não é material. O torturador, por vezes, não se sente satisfeito com a aniquilação física do outro. É preciso ir além. O escritor inglês

---

167 Ibid., p. 67.

168 Ibid., p. 68.

169 Ibid.

170 Ibid., p. 69.

171 Ibid.

172 Ibid., p. 72.

Martin Amiss, em *A zona de interesse*, romance que tem como cenário principal o campo de extermínio de Auschwitz, expressa esse sentimento na maneira como o personagem Paul Doll, comandante do campo de concentração, reage quando “provocado” pela fraqueza humana. Doll considera que “Certo” e “errado”, “bem” e “mal” – esses conceitos já tiveram sua época; agora estão extintos. Dentro da nova ordem, alguns atos têm resultados positivos, e outros têm resultados negativos. Apenas isso.”<sup>173</sup>

O perpetrador que se enxerga como um burocrata não perde de vista o absurdo de sua posição e de sua ação, mas procura de alguma maneira justificá-la. O projeto por trás da barbárie a sustenta. “*Isso é o que deve ser feito*”, podemos imaginar o perpetrador pensando. No livro *A casa da vovó*, o jornalista Marcelo Godoy reúne entrevistas com agentes da ditadura militar. É comum a normalidade com que os oficiais relatam o cotidiano.

Era um serviço que precisava ser feito, se não virava uma baderna. Já estava virando, tinha que ter uma repressão. Qual governo que não vai reagir numa situação daquela? O negócio estava tomando um rumo esquisito: bombas, atentados, muitos assaltos e mortes [...]. Chegou um ponto que não dava mais [...]<sup>174</sup>

Quem atirou a primeira pedra importa pouco. É interessante notar a forma como o perpetrador constrói a imagem do outro. *Bombas, atentados, assaltos, mortes*. Não era esse também o procedimento da repressão? O coronel Carlos Alberto Ustra, que comandou o DOI-Codi, entre 1970 e 1974, argumenta que

A maioria trabalhava por um ideal: acabar com o terrorismo e impedir que o comunismo tomasse conta do Brasil. Éramos idealistas. Tínhamos muita disciplina, mas uma disciplina diferente, uma disciplina consciente onde o respeito, a camaradagem, a amizade eram [sic] imprescindíveis.<sup>175</sup>

Outro agente, Dirceu Antonio, o Toninho, diz

Não me arrependo nem um pingão do que fiz. Se tivesse outra vez alguém querendo impor uma *ideologia estranha* ao país, pode contar comigo, que eu estarei pronto para voltar. Nós, o pessoal do exército, tínhamos uma visão mais ideológica. A gente ia para lá ser guerreiro. Olha, lá existia princípio humano. No entanto, você estava numa guerra, num combate, e não vai tratar a pão de ló o inimigo. É ainda muito importante você não perder de vista o contexto histórico [...] Quem vê hoje essa história de atrocidades tem de saber o que o outro lado fez também, os justicamentos, os assaltos a banco e os sequestros. Foram os terroristas que ensinaram tudo isso à criminalidade comum.<sup>176</sup>

173 AMISS, Martin. **A zona de interesse**. Tradução Donaldson Garschagen. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 92.

174 GODOY, Marcelo. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos dos agentes do regime**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2014. p. 186.

175 Ibid., p. 155.

176 Ibid., p. 154-155.

Não pretendo me debruçar sobre o tema, mas é interessante nos questionarmos que passado assombra os perpetradores. A última frase da citação acima supõe que a violência urbana do período posterior a ditadura militar é resquício das ações da esquerda durante o regime. Não entram no encadeamento dessa história desigualdade econômica nas cidades e no interior do país. Talvez por que esses aspectos não sirvam para sustentar a história que eles desejam inventar para os membros da resistência.

Bernardo Kucinski não esquece em sua obra daquelas outras vozes que caminham à margem da repressão, perpetradores que aparecem ora na primeira, ora na terceira pessoa. Não é do meu interesse avaliar o grau de envolvimento desses personagens com os crimes praticados durante a ditadura, mas considerar que a presença desses outros atores indica que essas práticas não eram conhecidas apenas nos porões do regime. As sessões de tortura, os desaparecimentos e as mortes provocadas pelos militares não eram ações isoladas, mas uma política de Estado organizada e com métodos bem aprimorados.

Um dos casos curiosos que aparece em Kucinski é a presença de um “cachorro”, ex-integrante da luta armada contra a ditadura militar que colabora com a repressão. Há semelhanças na maneira como esse personagem é construído na obra de Kucinski e em *Cabo de guerra*, de Ivone Benedetti. Ambos, por exemplo, argumentam que seu ingresso na luta armada fora mero acaso. O “cachorro” de *K.* é nomeado agente Souza. Enquanto redige um relatório para a repressão, em que procura detalhar a marcação de um ponto e a reunião com integrantes da luta armada, agente Souza reflete:

E pensar que me meti nesse atoleiro por causa de mulher, aquele mulherio todo nas assembleias, e a sacana da Laura que me aparece de repente com o cara todo machucado, assalto a banco, aquela era a hora de bater a porta na cara deles. Expropriação, ela falou, *e eu com isso*, por acaso me perguntaram?<sup>177</sup>

Pode ser interessante pensar na forma como é construído o vínculo entre os “cachorros” e a luta armada. Obra do destino, não se sentem “parte” da resistência contra a ditadura militar. Estão ali por um erro, como se estivessem “no lugar errado, na hora errada”.

Para dar vida a um evento histórico, as pesquisas históricas buscam eventos anteriores a uma data para encontrar possíveis *causas* para determinado acontecimento. Para o historiador Enzo Traverso, enquanto a história é construída para tentar responder a questões despertadas pela memória, distanciando-se do passado e tornando-o histórico. A memória, por

---

177 KUCINSKI, op. cit., p. 88, grifo nosso.

outro lado, é a experiência vivida, essencialmente subjetiva, marcada pelas impressões que os fatos assistidos deixaram em nossos corpos.<sup>178</sup>

Traverso argumenta que quando prestado por uma testemunha que não seja um mentiroso consciente, “o relato do passado [...] será sempre a sua verdade, ou seja, a imagem do passado em um si deposto.”<sup>179</sup> Quando a testemunha narra, ela procura convencer o outro de que sua história é verdadeira. A memória, no entanto, não é estática, é uma confecção, “sempre filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente, pela reflexão que se segue ao acontecimento, por experiências que se sobrepõem à primeira e modificam a recordação.”<sup>180</sup> A testemunha não se vê na necessidade de apresentar provas, sua memória não se preocupa em ser comparada ou contextualizada. A memória – individual ou coletiva – é uma visão do passado onde os acontecimentos são configurados pelo presente.

Considerando que o acontecido é construído no presente, a história e a memória não são tão diferentes. Mas, para se constituir como um campo do saber, a história deve se distanciar da memória. O que não deixa de ser curioso. Como discutido no capítulo anterior, dada forma como os crimes cometidos pela ditadura militar foram julgados no período de transição, não é exagero considerar que a tortura perpetrada no passado é, como sugere Ethan Kleinberg, uma assombração para o presente. A construção de um personagem como o cachorro tanto em *K. - Relato de uma busca* e *Cabo de guerra*, como veremos a seguir, nos faz refletir acerca daqueles crimes praticados pela ditadura militar que não são assumidos pela sociedade brasileira – e aqui falo não apenas da colaboração do “cachorro”, mas também dos agentes do Estado que torturaram e assassinaram pessoas – como, por vezes, são justificados, aceitos e perdoados. A criação de uma régua moral não é trabalho dos discursos em questão, mas não podemos simplesmente descartá-la quando procuramos julgar e justificar ações de pessoas – reais ou não. O próprio tom com que investigo os perpetradores – além da seleção de citações e referências – indica o que penso sobre esses personagens.

#### 4.2 “Justificar, só depois, nunca antes”: memórias de um “cachorro”

Nesta manhã de 2009 caio na real: essa história já tem quarenta anos. É passado. Ou deveria ser. Porque o passado não vivido não passa, fica atormentando, querendo ser chamado de presente, ocupando armários, cadeiras, sempre aí, sempre aqui. Então, tentando apagar essa presença deslocada, a gente revive tudo lembrando, mas quem

---

178 TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. 2. ed. Tradução de Tiago Avó. Lisboa: Edições Unipop, 2012. p. 22

179 Ibid., p. 23.

180 Ibid.

revive não é a gente, e sim o passado, de modo que a gente passa o tempo realimentando o tempo, e isso não acaba nunca.<sup>181</sup>

*Cabo de guerra* é um romance peculiar no rol de ficções ambientadas no período ditatorial. Acompanho as palavras da pesquisadora Eurídice Figueiredo quando sugere que há um risco na escolha da primeira pessoa como voz narrativa por Ivone Benedetti. Como toda confissão supõe uma cena de tribunal, a narrativa desse homem infame construído por Benedetti é um encadeamento de confissão e defesa, mas a ausência da voz de acusação pode cativar a simpatia do leitor. Para Figueiredo, “as lacunas em relação à sua participação nas mortes, as lamúrias que permeiam o romance, o enfado do personagem diante da vida, as suas frustrações, o seu sofrimento, tudo isso pode criar alguma empatia.”<sup>182</sup>

A história-confissão narrada em *Cabo de guerra* é uma experiência interessante para imaginar a mente do perpetrador na busca por respostas acerca dos acontecimentos passados. Como comentamos acima, a confissão do “cachorro” de *Cabo de guerra* é a forma como ele relembra os acontecimentos dos anos de chumbo. Narrativas em primeira pessoa já não são confiáveis, mas a maneira como esse homem infame enreda sua história é um caminho para tentar entender a violência executada por agentes militares durante a ditadura.

Toda a experiência passada desse narrador não-nomeado é justificada como mero acaso, circunstâncias que fugiam do seu controle e que dominavam seu destino. Inocente talvez não seja o retrato ideal para designá-lo, mas a imprecisão quanto ao seu comprometimento com um dos lados daquele cabo de guerra é constantemente reiterada. “Naquela época minha vida já era dupla [...] Eu não pertencia de verdade a nenhum daqueles mundos e me entediava nos dois com a mesma paixão.”<sup>183</sup> O imprevisto marca o seu ingresso na resistência armada e, podemos dizer também que, o inesperado o leva a colaboração. O “cachorro” se distingue como um sujeito que entrou em uma guerra que não lhe pertencia, “entrei nela sem fazer nada e nada fiz para sair. *Foi tudo por via de empurrões*. Quero dizer que quem faz guerras sempre se guia por algum tipo de trilho ou bitola. Eu não tinha nenhum.”<sup>184</sup> O “cachorro” insiste nessa imagem de sujeito sem vontades e convicções, metido em uma operação que não lhe diz respeito. Pode ser tentador imaginar o “cachorro” como o próprio cabo desse jogo, onde militares puxam de um lado e militantes de outro, ambos exigindo sua participação. Enquanto agia sem muitas limitações com relação a resistência a

---

181 BENEDETTI, op. cit., p. 31.

182 FIGUEIREDO, Eurídice, op. cit., p. 112.

183 BENEDETTI, op. cit., p. 119.

184 Ibid., p. 159, grifo nosso.

ditadura militar, uma vez que nada sabiam dele, o “cachorro” entende que suas ações para com os militares eram restritas, só havia um modo de agir com a repressão. E defende-se: “Na prática, *embora a decisão não tivesse sido minha*, o meu compromisso era com estes ... Era como me sentia, nem falso nem verdadeiro, invenção movida pelo controle remoto de seus inventores.”<sup>185</sup> Controlado pela repressão, argumenta que não pesa os prós e contras do que fazia ou deixava de fazer, sabia, no entanto, “explicar e escusar. Justificar, só depois, nunca antes.”<sup>186</sup> Não podemos deixar de considerar as condições em que o “cachorro” se encontra, a opção pela colaboração veio depois de sua prisão e de ter sido torturado pelos militares que procuravam informações sobre um dos membros da resistência que havia buscado abrigo na pensão em que morava do “cachorro”.

Ainda que possamos duvidar da história do “cachorro”, de que tudo aconteceu por conta de uma paixão estudantil e que “naquele período turbulento [...] poderia ter sido atraído por qualquer turma, de esquerda ou não”, sua história é uma tentativa de construir um conhecimento, ou talvez um entendimento, acerca daqueles acontecimentos passados.<sup>187</sup> Esse processo não difere muito daquele perseguido pelo historiador em suas histórias. A construção de um tipo de conhecimento é obtida por meio de experiências pessoais, é indagando sobre o ocorrido e como ocorreu que o sujeito elabora um conhecimento sobre eventos passados.

O presente do narrador é angustiante. Preso a uma cama, impossibilitado de sair, vive em um quarto aos cuidados da irmã, Mariquinha. Pode ser proveitoso iniciar nossa análise a partir do final do romance para compreender a situação em que o “cachorro” se encontra. Em meados dos anos 1980, o “cachorro” vai à passeata do movimento Diretas Já, não há muita clareza no que motivou sua ida. “Em parte por curiosidade. Também porque estou de folga. Mas principalmente porque estou feliz. Digo feliz, não alegre. Junto ao balaústre, o que tenho é um sentimento de comunhão.”<sup>188</sup>

Enquanto caminha, o “cachorro” encontra Tomás, seu antigo controlador. Tomás é definido pelo “cachorro” como alguém cujo assunto preferido “era e sempre foi um só: a destruição do inimigo.”<sup>189</sup> O “cachorro” lembra de Tomás como um aguerrido agente da ditadura militar, capaz de abalar o que restava de suas boas intenções com a esquerda. Percebemos aqui que o “cachorro” nos faz entender que é Tomás quem o incentivou a

---

185 Ibid., p. 159-160, grifo nosso.

186 Ibid., p. 160.

187 Ibid. p. 159.

188 Ibid., p. 300.

189 Ibid., p. 230.

participar da repressão. “Esse era o passo que faltava dar, *e ele me empurrava.*”<sup>190</sup> Não é exagero imaginar que o “cachorro” enxerga Tomás como um intelectual da ditadura militar, alguém “convicto de que lidava com uma ideologia perigosa que precisava ser combatida, e que isso exigia firmeza de convicções, conhecimento intelectual do inimigo.”<sup>191</sup> É curiosa a forma como Tomás é lembrado pelo “cachorro”, uma pessoa que impulsionou sua participação na repressão, insistindo no discurso contra o inimigo comum. Na história de *Cabo de guerra*, Tomás planejou, com a ajuda do “cachorro”, a destruição de algumas organizações de esquerda que existiam em Santos. Para o “cachorro” a figura de Tomás fazia jus a sua posição, era quem o controlava. “Talvez, inconscientemente”, argumenta o “cachorro”, “sentisse necessidade de alguém mais forte para me pôr na linha. Uma autoridade.”<sup>192</sup>

Tomás desconfiou da presença do “cachorro” naquela manifestação, mas logo se desinteressa e o convida para almoçar em um bar próximo de onde estavam. Além do “cachorro” e Tomás, um antigo membro da luta armada, Rodolfo, está presente no bar. Rodolfo foi uma liderança da resistência à ditadura militar em Santos e foi quem convidou o “cachorro” a participar do movimento, onde começou distribuindo panfletos e entregando documentos a outros militantes. Com o tempo, o “cachorro” começa a atuar mais diretamente na resistência, abrigando militantes em seu apartamento e participando de reuniões, até que os militares o capturam e o levam.

Não há contato entre os dois e Rodolfo no bar. Mas a continuação da história indica que Rodolfo também percebeu a presença do antigo companheiro e o persegue até confrontá-lo no portão da casa do “cachorro”. O “cachorro” sobe as escadas em direção a porta tentando fugir de Rodolfo, mas Rodolfo o alcança e questiona sobre o paradeiro dos outros membros da luta armada. Ciente de todos os acontecimentos, o “cachorro” pede perdão. Rodolfo, que mantinha sua mão presa ao pescoço do “cachorro”, chora. Tomás surge e dá voz de prisão a Rodolfo por agressão. Rodolfo xinga Tomás, que responde atirando e então vai até Rodolfo e realiza um segundo disparo. Quando o segundo disparo é realizado, o “cachorro” se desequilibra e escorrega da escada.

Perco o chão no primeiro degrau e escorrego até o último. Caído de costas, ainda enxergo o céu noturno. Infinito com molduras: paredes imensas, amarelas, rodeando, rodeando. Então o céu negro vai ficando azul, depois azul-claro, depois branco e as imagens começam a desfilar [...] <sup>193</sup>

---

190 Ibid., p. 188, grifo nosso.

191 Ibid., p. 187-188.

192 Ibid., p. 232.

193 Ibid., p. 300.



Nesse momento, o “cachorro” começa a rememorar acontecimentos da infância, paixões, a colaboração com os militares, a traição ao movimento de resistência, e onde tudo começou, a viagem a Santos para uma festa que nunca aconteceu. O “cachorro” parte dessa experiência para se confessar e procurar justificativas para sua colaboração. Não podemos esquecer que as memórias são sempre construídas a partir de um presente e são influenciadas por experiências vividas pelo sujeito.

Em uma de suas primeiras participações como membro da resistência, o “cachorro” fica encarregado de buscar uma pasta e entregá-la a um militante em uma igreja. Ele aceita, deixando para pensar se desistiria ou não mais tarde. Enquanto espera pelo destinatário na igreja, ele pensa em deixar a pasta em uma lata de lixo e fugir. Não vamos aqui narrar toda a história do romance, mas apenas ressaltar a forma como o “cachorro” sugere o acaso da situação que viveu. A indecisão e o temor acompanham suas ações junto a resistência a ditadura militar. Quando sua moradia passa a servir de aparelho para militantes, o medo é constante. O “cachorro” “não andava sem olhar para trás, não carregava agenda, não sabia o nome de ninguém. Mas temia ser agarrado a qualquer momento. *Fazia tudo sem foco, fazendo. E, fazendo para não duvidar, duvidava.*”<sup>194</sup> Sem certeza se realmente queria fazer aquilo, duvidava, e dúvida, ele comenta, “dúvida é perdição infernal. Dúvida é culpa. Dúvida lícita, só a dúvida de si mesmo, da própria fé, nunca da causa.”<sup>195</sup> Aqui, curiosamente, o “cachorro” coloca a dúvida não em sua pessoa, mas na causa pela qual luta sem vontade. O que não deixa de ser estranho, visto que é ele próprio quem faz suas escolhas, ainda que procure um “jeito de sempre retornar à ação malograda exatamente do ponto onde ela deveria ter sido evitada para não se repetir.”<sup>196</sup> Acredito que essa seja uma posição comum de se estar quando percebemos que a situação na qual nos colocamos é indesejada, mas seria demasiado simples nos apoiarmos em uma dualidade estar/não estar na situação do “cachorro”. Ainda que ele tenha feito escolhas, as condições em que essas escolhas foram feitas desafiam um raciocínio binário.

Quando a resistência é desmantelada, o “cachorro” se afasta do trabalho com os militares, mas os vínculos construídos durante o período se mantêm. Mas no final da década de 1970, quando se inicia o processo de abertura “lenta, gradual e segura”, uma nova proposta

---

194 Ibid., p. 125, grifo nosso.

195 Ibid.

196 Ibid.

surge a partir de Tomás, seu antigo controlador, que o encontra sem trabalho, com aluguel atrasado e entregue a bebida.

O novo ofício se resumia a escrever relatórios e entregar intimações. Os relatórios eram entregues na sede do DOI-Codi em São Paulo, na rua Tutoia. O “cachorro” comenta sobre uma experiência que ficou gravada em sua memória, “não tanto pelo desfecho quanto pela revelação de meus próprios sentimentos insuspeitados”.<sup>197</sup> Uma pessoa é torturada por dois agentes quando o “cachorro” chega com Tomás ao local. Essa pessoa ainda não falou nada e Tomás logo assume a frente daquele momento. A atitude de Tomás se assemelha a de um burocrata, onde a tortura é apenas mais uma tarefa diária a ser cumprida e, nesse caso, deve ser feita com eficiência e rapidez, uma vez que “o general já disse que a tortura precisa parar”.<sup>198</sup> Tomás é retratado como alguém frio e que não se altera durante a sessão, a pessoa sendo torturada não revela nenhuma informação e xinga Tomás. O “cachorro” segue narrando a tortura:

Ficamos lá. O rapaz é amarrado à cadeira do dragão, agora totalmente nu, enquanto um dos dois homens produz corrente elétrica sem parar, girando furiosamente uma manivela, e o outro joga água no preso. O da manivela grita coisas ... enquanto o rapaz berra em contorções de dor e espasmos, e à água do chão se misturam mijo e a merda que aquele corpo sem dono expele de si, porque suas fibras vão perdendo uma partícula de alma a cada estremecimento.<sup>199</sup>

E, ao fim, reflete: “Naquela hora é de acreditar que todos ali esperassem o limite do sofrimento que faria o homem falar. Não era bem assim. Na realidade, ninguém ali parecia querer encontrar um limite para o que fazia ou pensava.”<sup>200</sup> Entre a traição e a desonra, o impedimento moral de entregar homens e mulheres a morte, a imagem de um sujeito que é levado para lá e para cá como se não tivesse vontade própria é construída em suas lembranças como uma maneira de dizer: não havia alternativa.

Retomando o último trecho da sessão de tortura, entendo que o perpetrador coloca em prática uma série de referências culturais, de combate, de concepção do outro, no corpo torturado. Não penso que seria proveitoso reduzir a ação do perpetrador a pura maldade. O perpetrador tortura porque sente medo. O torturador, não vendo dignidade no corpo do outro, aplica uma violência contra aquilo que o perturba, o fantasma que o assombra. O ritual da violência tem como objetivo evidenciar a exclusão do outro da comunidade. Para a ditadura militar, não basta que o militante deixe de ser comunista, ou se arrependa de ter se tornado um

---

197 Ibid., p. 238.

198 Ibid.

199 Ibid., p. 240.

200 Ibid.

“terrorista”. Para o perpetrador, é preciso deixar claro que o outro nunca será *um de nós*. O perpetrador se submete a violência para cometer uma violência contra a humanidade do outro. Ele condena a tortura, mas não enxerga condições que permitam a existência do outro. Aquilo que diz ao perpetrador que sua ação é “necessária” é o conjunto de imagens que sustentam sua concepção do outro como inimigo.

O destripado é o despejado de si mesmo. E o despejo é a suprema humilhação, é a invasão da toca, seguida pelo enxotamento. Tem com a tortura certo parentesco, pois o torturador quer enxotar o indivíduo de seu corpo, quer que ele vomite a alma, se renda, se esvazie. O corpo torturado perde o estofo. Às vezes, o torturador só se sente saciado quando tem as vísceras reais nas mãos.<sup>201</sup>

O romance *Setenta*, de Henrique Schneider, apresenta de maneira caricata e grotesca os métodos praticados pelos militares. A cena se passa em uma espécie de aula sobre tortura onde “doutor Pablo” ensinará técnicas aperfeiçoadas para obter a confissão do prisioneiro. Aqui vale ressaltar a importância da informação para os militares, o que não tira o absurdo da prática, mas a violência sempre vem, como percebemos, com um motivo, um argumento que a sustenta. “Doutor Pablo” tem “a minúcia e a perícia que às vezes nos faltam”, e para “colaborar” com a demonstração, o perpetrador chama o “nosso hóspede” Raul, “que foi convidado e gentilmente se dispôs a ser pendurado no pau de arara”.<sup>202</sup> Raul grita e se desespera, mas os espectadores não se incomodam. Enquanto Raul agoniza pendurado, “doutor Pablo” faz uma análise técnica da situação: “Vejam que em pouco tempo a cabeça dele começa a avermelhar, por causa do sangue. Isso atrapalha ainda mais as ideias e a resistência do bandido e acaba fazendo com que ele fale. É quase melhor que o soro da verdade.”<sup>203</sup> O jornalista Henri Alleg, preso durante a guerra argelina pela independência, narra em seu livro *A tortura* sobre os métodos de tortura utilizados pelas tropas francesas. Alleg comenta que, quando os torturadores não conseguiram nenhuma informação dele, recorreram “meios científicos” para fazê-lo falar. Esse método era justamente a aplicação de um soro.<sup>204</sup> As imagens da tortura em *Setenta* continuam, com o uso de descargas elétricas, “o espancamento puro e simples”, baldes com água para simular afogamentos e o gotejamento, uma técnica que, segundo o perpetrador “leva mais tempo e não é tão divertido, mas é um suplício ... vai minando a resistência.”<sup>205</sup> A motivação do torturador é experimentar os limites do humano, fazer do corpo humano um objeto qualquer.

---

201 Ibid., p. 158.

202 SCHNEIDER, Henrique. **Setenta**. Porto Alegre: Não Editora, 2019. p. 62. Edição Kindle.

203 Ibid., p. 63.

204 Ver ALLEG, Henri. **A tortura**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020. p. 45-54.

205 SCHNEIDER, op. cit. p. 66.

Assim como falamos acerca da memória nas obras de Kucinski e Fuks, *Cabo de guerra* não se opõe à verdade, tampouco à realidade, a invenção da memória do “cachorro” encontra em sua própria configuração uma verdade sobre o mundo real. É pensando nessas considerações acerca do nosso mundo que vejo *Cabo de guerra* como um romance que nos diz muito sobre o que somos hoje. Assim como o narrador, a sociedade brasileira paralisou frente a violência praticada pelos militares durante a ditadura e esse estado ainda não foi superado, visto que a mesma violência praticada hoje em dia não é confrontada

Se aquilo que está sendo narrado é ou não verdadeiro é importante para discursos que fazem referência ao mundo real. Entendo, no entanto, assim como Hayden White, que essa é uma questão secundária nesses discursos.<sup>206</sup> Uma representação é sempre única. As histórias são únicas, nenhuma é mais verdadeira do que a outra. Com isso, se nos atermos muito a questão: Isso é verdade? Esperamos uma resposta definitiva: “Sim, isso é verdade” ou “Não, isso não é verdade”. E se uma representação não é verdadeira, qual seria? Estaríamos esperando uma história oficial sobre um período ou um evento? O que torna a análise de *A resistência*, *K* e *Cabo de guerra* interessante para a contemporaneidade é perceber a perspectiva singular que essas histórias nos fazem experimentar. A verdade em uma representação está na própria representação e não nas coisas do mundo real.

O passado histórico, portanto, não é o ponto de partida para a construção dos mundos de Julián Fuks, Bernardo Kucinski e Ivone Benedetti. Penso até ser arriscado dizer que a elaboração de um passado histórico seja o objetivo de qualquer narrativa literária. Podemos, novamente, nos apoiar em White para pensar a narrativa literária, ou a metaficção da história, como uma configuração dos fatos de modo a apresentar as informações de forma mais palatável. “Leia e aproveite, mas quando terminar, jogue fora a escada ficcional que você subiu e contemple os fatos pelo que eles dizem a você acerca de uma “forma de vida” agora morta e passada.”<sup>207</sup>

É no olhar atencioso à narrativa literária que tiramos lições morais das histórias. Lições que, como argumenta White, “a história, querendo ou não, nos lê ... pela simples virtude de moldar seus relatos sobre o passado na forma de narrativas.”<sup>208</sup> Assim como o passado histórico não é próprio da narrativa literária, o passado prático também não é um

---

206 WHITE, 2014a, p. 29.

207 Ibid., p. 19. No original: So read and enjoy but once you are done, kick away the fictional ladder on which you have climbed and contemplate the facts in themselves for what they tell you about a “form of life” now dead and past.

208 Ibid., p. 20. No original: “... history reads us moral lessons, whether we would have it or not, simply by virtue of the casting of its accounts of the past in the form of stories”.

conhecimento pronto para ser adquirido por meio da literatura. Todavia, não podemos desconsiderar o aprendizado que temos com a leitura de um texto. Aprendemos sobre pessoas, sobre experiências, sobre emoções, o nosso corpo, de alguma maneira, reage aquela experiência. O passado prático é construído enquanto experiência no mundo. Podemos, ou não, fazer uso dessa experiência na forma como agimos e projetamos nossas ações no mundo, mas isso não quer dizer que toda experiência tem um contraponto prático.

Tenho que a literatura brasileira contemporânea recente ao retomar o período da ditadura militar tenta trazer uma nova perspectiva sobre o evento. Evidente que essa é uma tentativa de superar questões que ainda não foram enfrentadas no período pós-ditadura militar. A política de memória no Brasil circunscreve os efeitos da ditadura militar as vítimas da repressão, mas, isoladas da sociedade, as memórias dessas vítimas têm pouco impacto no imaginário do período militar. Apesar do empenho da Comissão Nacional da Verdade em ampliar o entendimento acerca dos anos de chumbo, o reconhecimento de desaparecidos, torturados e assassinados durante a ditadura militar não resultou em punição ou julgamento dos responsáveis pelos crimes. Em nosso país, a tortura – seja a do passado, seja a do presente – é silenciada. O silêncio acerca dos “excessos” do passado, sempre com a justificativa de que “o passado já passou”, resulta na naturalização da violência no país. Em conversa com o controlador Tomás durante o almoço no bar em que controlador, cachorro e ex-militante dividem o mesmo espaço, o “cachorro” comenta sobre a nova realidade política: “Sabe aquele seu pretenso cabo de guerra? Então, agora vem uma lei de anistia que vai mandar as duas pontas largar o cabo e dar as mãos.” Agora, ele continua: “Você vai ter de engolir esse cara aí. E esse cara vai precisar te engolir. Olha só no que nos metemos.”<sup>209</sup>

Entendo que o esquecimento e o silêncio que esconde os crimes perpetrados pelo Estado ditatorial são políticas que coíbem a construção de significados para os acontecimentos passados. Quem nunca escutou que a ditadura só torturava os “terroristas” e assaltantes de banco? Ou ainda hoje, quando o Estado promove chacinas e algumas pessoas urgem encontrar uma justificativa para tal ação. Diferentemente de nossa vizinha Argentina, a violência da ditadura brasileira é um trauma para as vítimas dessa violência, não para a nação. Isso não nos impede, e a literatura brasileira contemporânea tem pensado sobre isso, de imaginar de que maneira esse passado mal resolvido continua presente, se repetindo. O passado continua vivo e é experimentado não só pelos sujeitos que sobreviveram a

---

209 Ibid., p. 296.

experiências sensíveis, mas também pela comunidade que fechou os olhos para esses acontecimentos.

Os militares saíram do poder em 1985, mas o tempo, sabemos, não é o mesmo para todo mundo. O tempo dos relógios e dos calendários nos dão a falsa impressão de que o que aconteceu não se repetirá, mas os eventos e as experiências não são vividos da mesma maneira por todas as pessoas. Acredito que seja um desafio para a ciência histórica lidar com essas múltiplas camadas temporais que atravessam os discursos acerca do passado. Discursos que elaboram um passado imaginário para sustentar políticas ora absurdas. É com cuidado que os historiadores devem lidar com o tempo.

Para a historiadora Caroline Bauer “... [se] não existe reconhecimento do terrorismo de Estado, e, por consequência, ausência de legitimidade de determinadas memórias por parte da sociedade, não existem possibilidades de elaborar o trauma para superá-lo.”<sup>210</sup> Os historiadores que se dedicam ao estudo da ditadura militar precisam estar cientes de seu papel social e político na construção desse passado. Escrever a história é escrever um passado que contribua para trabalhar o luto e combater argumentos justificatórios e dessensibilizadores que tentam explicar os porquês de períodos e experiências traumáticas. E, ainda que se possa argumentar que experiências são intransmissíveis, devemos nos lembrar que a palavra e a linguagem são instrumentos para dar sentido e existência aos acontecimentos. Se, como diz Antoine Compagnon<sup>211</sup>, em sua palestra *Literatura para quê?*, a literatura ultrapassa os limites da linguagem ordinária, ela contribui para dar sentido a experiências individuais, as tornam coletivas, inteligíveis para outras pessoas. O que o texto literário pode fazer para nos ajudar a entender a história é romper com o sentido e a harmonia que o passado histórico dá aos acontecimentos.

---

210 BAUER, op. cit., p. 223.

211 COMPAGNON, op. cit., p. 37.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim de uma história é sempre o fim de um mundo. Um mundo construído e elaborado para possibilitar a existência de um passado, um presente ou um futuro. Um mundo que materializa a existência de uma experiência *no tempo*. Como disse na introdução dessa pesquisa a partir das palavras de Regina Dalcastagnè e Roberto Vecchi, a literatura é uma forma mais incisiva do que a historiografia de representar os tempos árdus e dolorosos da ditadura, acredito que ao final dessa pesquisa posso dizer que concordo com os pesquisadores.

No ensaio *Michelet*, Roland Barthes diz que um sentimento que movia o historiador francês Jules Michelet era a náusea.<sup>212</sup> Escrever e narrar a história é emocionalmente desgastante. Assim como tomamos as histórias *como se* fossem reais, vivemos as experiências do passado *como se* estivéssemos lá. Os crimes da ditadura militar não estão apenas no passado, enquanto lia essas outras experiências me colocava no lugar daquelas pessoas, ora vítimas ora perpetradores. Me interessou esse jogo de me perguntar: “E se eu estivesse lá?”. Tomar os males da história como se eles se relacionassem diretamente comigo. Uma experiência que me perturbou *ainda que* eu não estivesse lá.

Optei por estudar a relação entre história e literatura de modo a aproximá-las ou, como argumenta Sandra Jatahy Pesavento, considerando essa uma relação que “se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real.”<sup>213</sup> Uma maneira de representar o mundo, é a partir da invenção do passado que os discursos histórico e literário nos permitem construir um entendimento acerca do real. Uma compreensão que sempre será incompleta, incapaz de nos dar soluções infalíveis, sempre um entendimento que, quando bem aproveitado, apenas nos impulsiona a elaboração de novos questionamentos.

Espero ter mostrado que a partir das obras *K. - Relato de uma busca*, *A resistência e Cabo de guerra* é possível avaliar e tecer considerações acerca do passado. Não seria proveitoso comparar ou estabelecer uma hierarquia entre o discurso histórico e o literário. Todavia, não posso deixar de considerar as situações e experiências imaginadas pelo discurso literário que potencializam a imaginação e revelam aspectos e características do passado que, de outra maneira, não seriam possíveis. O escritor e crítico literário alemão Hans Robert Jauss,

---

212 BARTHES, Roland. *Michelet*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 17.

213 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. Edição Kindle. Pos. 975.

em *Os usos da ficção na história*, ensaio de 1975, argumenta que ainda quando a ficção dá as costas à história para criar um outro mundo, ela exprime uma verdade do mundo histórico.<sup>214</sup> Foi do interesse dessa pesquisa analisar a possibilidade da ficção de construir a experiência de figuras infames e apresentá-las sem deixar de descrever detalhes e enfatizar a sua importância. Perpetradores de violência durante a ditadura militar foram homens e mulheres de carne e osso. Existiram, participaram de sessões de tortura, de desaparecimentos, de assassinatos, de ocultação de corpos, forjaram crimes. E saíram impunes.

Avaliar os efeitos de uma lei como a Lei da Anistia de 1979 não é tarefa simples. Como vimos, apesar da festiva recepção da lei por civis e antigos militantes de esquerda, seus impactos podem ser divididos entre aqueles restritos – que atingiram os familiares e mortos e desaparecidos – e aqueles mais públicos – como a perpetuação da impunidade de agentes do Estado que praticaram crimes. Quarenta anos depois, o que podemos falar sobre essa lei? O tempo que interessa ao historiador da literatura não é o da narrativa, mas o da escrita. Os anos de publicação desses romances são próximos, e essa foi uma escolha consciente, queria entender como Kucinski, Benedetti e Fuks imaginavam a ditadura militar e o perpetrador de violência em suas obras. A literatura nos dá o privilégio de ler o imaginário de uma época, ela nos dá indícios de entender como um determinado presente pensa o *como* e o *por que* as pessoas agiam de uma forma particular no passado – ou no próprio presente.

Ao longo dessa pesquisa percebi que a história só tem a ganhar ampliando seus referenciais teóricos e ousando explorar outras formas de acesso ao passado. Isso contribui não apenas com a construção dos fatos históricos como também de memórias para novas gerações. O que se passou durante a ditadura militar não pode ser vivido novamente, mas o que se lembra desse período pode ser transformado ao passar dos anos. É nesse sentido que a literatura também garante que seja compilado e conservado em uma espécie de arquivo aquilo que se lembra acerca de um período ao longo da história. Estender o horizonte dos estudos históricos também possibilita a inovação na busca por respostas para os problemas contemporâneos. Não se trata apenas de saber *o que aconteceu*, mas de construir pontes que nos ajudem a entender que o *acontecido* ainda reverbera no presente. Não quero dizer com isso que a solução para os problemas do presente estão no passado, ou que o passado nos ensina lições para o presente, mas sim entender que o que entendemos por *nosso tempo* é um tecido com múltiplas camadas entrelaçadas. Quando falamos do passado estamos

---

214 JAUSS, Hans Robert; AZEVEDO GUEDES. A. C. Os usos da ficção na história. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 236-261, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/68605>. Acesso em: 16 set. 2021. p. 239 e 244.



conscientemente ou não falando do presente e do futuro, negar isso é limitar os usos da história como instrumento de orientação e sentido para a vida humana.

Pude perceber que *K. - Relato de uma busca, A resistência e Cabo de guerra* representam o perpetrador como um sujeito consciente de suas ações. Ora um pouco indeciso quanto ao que fazer, mas sem dúvidas acerca de suas ações. Não acho que seja proveitoso nos debruçarmos acerca de quais eventos são reais e quais não são nessas histórias. Nenhuma história, como vimos, “nasce” do zero, o mundo real serve de referência para os mundos fictícios. E isso basta para que possamos acreditar que os passados que são criados por Kucinski, Fuks e Benedetti sejam possíveis. Imaginar o passado possível é reconhecer as limitações que os campos de referência do presente nos impõem para representar o passado real. O possível é sempre impulsionado pelas necessidades inscritas no presente, é o processo de construir o passado que nos ajuda a entendê-lo, nem sempre o produto final. É explorando outras perspectivas, outros olhares, outros métodos que ampliamos o nosso entendimento acerca de uma matéria.

Aprendemos alguma coisa com essas obras de ficção porque são narrativas que conseguem criar experiências que *sentimos* verdadeiras. A escritora e crítica literária argentina Beatriz Sarlo em *Relato, história e memória*, conferência realizada em 2003, argumenta que não é possível separar a narração do corpo e da voz. Narração e experiência se completam, não há um sem a outra. A linguagem, continua a autora, libera a experiência de sua mudez, torna a experiência transmissível.

A narração inscreve a experiência em uma temporalidade que não é a de sua ocorrência (ameaçada desde o início pelo passado e o irrepitível), mas de sua memória. Portanto, a narração também funda uma temporalidade, que em cada repetição e em cada variante volta a se atualizar.<sup>215</sup>

Diferentemente das fotografias, as imagens sobre o passado que temos em nossa memória mostram uma realidade dentro de uma sequência que constituem uma história. Essas imagens não são únicas, tampouco *mostram* com precisão aquilo que foi o passado. Há nelas, no entanto, autenticidade. Essas imagens representam o real com veracidade. Acredito que enquanto buscarmos por meio da ciência histórica o que “realmente foi o passado”, não conseguiremos superá-lo, entendê-lo. Estaremos fadados a criar representações que não

---

215 SARLO, Beatriz. Relato, memória, história. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 24, n. 2, p. 17-32. DOI: 10.5216/rth.v24i2.71193. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/71193>. Acesso em: 12 jan. 2022. p. 19. Tradução nossa. No original: La narración inscribe a la experiencia en una temporalidad que no es la de su acontecer (amenazado desde su mismo comienzo por el pasado y lo irrepitible), sino la de su memoración. Por lo tanto, la narración también funda una temporalidad, que en cada repetición y en cada variante vuelve a actualizarse.

estabelecem laços com o presente e, conseqüentemente, não nos servem como instrumento para entender o nosso tempo. O discurso literário arquiteta um outro procedimento de busca pela verdade. Uma verdade que não é final, mas suficiente para nos indicar um caminho – mas não *o caminho*, como alguns desejam. Um procedimento que não deixa de reduzir os eventos e agentes históricos a uma substância única, mas faz com que esses acontecimentos não tenham como ponto de partida a repulsa ou a condenação a esses objetos, mas sim construí-los de modo que não sejam suas motivações ou atos que nos atraiam, mas a qualidade desses corpos de nos emocionar. É *sentindo*, em nossos corpos, que o real do texto fictício se materializa. Se “realmente aconteceu” ou não, tem pouco espaço nessa etapa de construção do conhecimento. Enquanto narrativas, a credibilidade dos discursos literário e histórico vem da forma como o leitor é convencido de que os acontecimentos narrados ou ocorreram daquele jeito ou *quase*. Quando o mundo fictício e o mundo real se entrelaçam e já não sabemos se o que lemos é ou não real.

*K. - Relato de uma busca, A resistência e Cabo de guerra* nos mostram que é possível acessar o passado de outras maneiras. Essas são obras que ampliam o nosso entendimento acerca das formas como o passado ainda assombra o presente. Alegar que o passado “já passou” e, portanto, não deveríamos mais nos debruçar sobre seus problemas é negar que, ora com mais ora com menos intensidade, os fantasmas do passado chegam até nós. O historiador francês Ivan Jablonka, em *A história é uma literatura contemporânea* sugere que “o raciocínio histórico consiste em tentar compreender e, portanto, em particular, encontrar os meios de fazê-lo.”<sup>216</sup> Entendo que Jablonka reconhece que não existe um método específico para construir do conhecimento histórico. Análises, provas, comparações são instrumentos que utilizamos para tentar compreender o passado, mas nem sempre esse caminho logrará sucesso. A insuficiência do discurso histórico para destacar determinados aspectos do passado faz com que outras práticas se ofereçam para tentar preencher essas lacunas. As condições que permitem que esses vazios sejam preenchidos, por vezes, só são possíveis a partir da experiência, por que os próprios sujeitos estão inseridos em dimensões mais complexas do que aquelas que os estudos históricos procuram explicar a partir do entendimento da sociedade. Um tipo de relato histórico em que a condição de produção é o particular, a experiência individual.

---

216 JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea**: manifesto pelas ciências sociais. Tradução Verónica Galíndez. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021. p. 171.

E essa experiência pessoal, uma vez compartilhada, permite a elaboração de um conhecimento acerca do passado outrora improvável, inconcebível porque não vivida. Como lidar com a perda da filha? Com a *possibilidade* de um irmão raptado? Ou ainda, imaginar o que se passa na mente de uma pessoa que entrega outras à morte? O exercício de inventar uma história, uma vida, para que assim seja possível construir uma explicação para maneira de uma pessoa agir. Ao longo dessa pesquisa e das leituras realizadas nos últimos anos, percebo que a literatura atua ao lado da ciência como um agente de construção da verdade.

Josefina Ludmer sugere que usar a literatura como uma lente, uma máquina, para ver algo da fábrica de realidade implica realizar uma leitura para além de autores ou obras. A imaginação pública é essa fábrica da realidade, um movimento especulativo em que um mundo diferente do conhecido é inventado. Ludmer argumenta que “a imaginação pública produz realidade, mas não tem índice de realidade, ela mesma não faz diferença entre realidade e ficção. Seu regime é a realidadeficção”.<sup>217</sup> A realidade produzida pelo movimento especulativo tem como objetivo entrar na fábrica de realidade por meio da literatura.

A especulação, nessa perspectiva, é a procura por palavras e formas, modos de significar e regimes de sentido, que nos permite tentar entender a fábrica da realidade. É encontrando o avesso do mundo que podemos enxergar o mundo. Foi a partir dessa perspectiva que compreendi a construção dos perpetradores de violência. A literatura brasileira contemporânea inventa um passado para que seja possível enfrentar os fantasmas do presente em suas origens, quando ele ainda é matéria do real e não abstração. Enquanto questiona que futuro espera o país, a literatura brasileira também reflete sobre seu dever no esforço de restituir a verdade, a justiça e a memória em nosso tempo.

A pesquisadora Rejane Pivetta de Oliveira sugere que a presença da ditadura militar na literatura brasileira contemporânea se faz em um horizonte de mal-estar da democracia, em que há um ressurgimento de tendências autoritárias. É do interesse da ficção explicitar o que desse passado é rememorado. Percebemos que a violência ditatorial é enfatizada em Kucinski, Fuks e Benedetti, mas as histórias narradas não esquecem da perpetuação dessas experiências anos após o fim da ditadura. O passado, ainda que queiram isolá-lo temporalmente, assombra o presente, e não apenas indivíduos.<sup>218</sup>

---

217 LUDMER, Josefina. **Aqui América latina**: uma especulação. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 9.

218 OLIVEIRA, Rejane Pivetta de. Experiência ditatorial e ficção democrática em *Volto semana que vem*, de Maria Pilla. In: OLIVEIRA, Rejane Pivetta de; THOMAZ, Paulo C. (org.). **Literatura e ditadura**. Porto Alegre: Zouk, 2020. p. 144.

Há uma necessidade de forjar novos sentidos para o passado, elaborar uma história que resista à ameaça que enfrentamos. É preciso construir a memória da ditadura militar para aqueles que não a viveram. Ao criar uma experiência do período militar, a literatura contemporânea responde a força autoritária que tem conquistado cada vez mais espaço dentro da democracia. Não vejo esse movimento como uma tentativa de escrever uma nova história, desenvolvendo uma narrativa conveniente para um determinado grupo político, mas uma iniciativa com o propósito de construir um significado para o presente dos acontecimentos históricos que a maioria dos brasileiros não viveu.

Quando em 2010 a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) protocolou uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) perante o Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a validade do artigo 1º da Lei de Anistia de 1979 em relação aos servidores do Estado que praticaram crimes durante a ditadura militar, as justificativas dos ministros expõem a dificuldade que temos ao enfrentar o passado. Carlos Artur Gallo sugere que a tese da anistia recíproca predominou nos votos pela improcedência da ação. A interpretação favorável a não punição dos agentes da repressão, considerando a anistia como um “preço da transição” ou uma “condição” a reconciliação nacional, tornam desconhecidas as práticas de terrorismo de Estado do período e, de certa forma, deslegitimam as memórias das vítimas do período. Se, por um lado, os julgadores da arguição buscaram evitar qualquer tipo de transtorno que poderia ser causado por parte dos militares, os ministros também fizeram a escolha pela frustração das vítimas da repressão ao fazer uma defesa limitada ao direito à memória e à verdade.<sup>219</sup>

Seria injusto não considerar os avanços obtidos no que diz respeito a uma agenda nacional para os direitos humanos em nosso país. No entanto, a impunidade dessas violações no passado, e sua continuidade no presente, indica que o tema não foi adequadamente solucionado. A psicanalista Maria Rita Kehl argumenta que quando não assumimos a responsabilidade pelas condições que permitiram o regime militar e a violência do período é “aceita” e acrescentada a lista de abusos históricos “perdoados” pela sociedade brasileira, a violência é banalizada e a impunidade se torna uma característica do regime democrático instaurado. O silêncio e o esquecimento da tortura naturalizam a violência em nosso país. Kehl afirma que esse é um grave sintoma social no Brasil. “A impunidade”, argumenta a psicanalista, “não produz apenas a repetição da barbárie: tende a provocar uma sinistra

---

219 GALLO, op. cit.

escalada de práticas abusivas por parte dos poderes públicos, que deveriam proteger os cidadãos e garantir a paz.”<sup>220</sup>

A tentativa de reparar os crimes da ditadura financeiramente reduz o direito à justiça pelos interesses econômicos particulares e pontuais. Enquanto evitava enfrentar a verdade e responsabilizar os criminosos do período, a memória da ditadura militar ficava restrita às vítimas da repressão, à academia, aos militares e aos familiares de desaparecidos. Não é minha intenção aqui diminuir a importância da reparação, visto que essa ainda é um pedido de perdão, um reconhecimento pelo Estado de seus crimes, mas mantém a invisibilidade do delito, a força da lei controla o que é e o que não é transmitido acerca da ditadura militar. No Brasil, argumenta o historiador Marcos Napolitano, a reparação veio com alguma verdade, mas sem nenhuma justiça. A anistia de 1979 sacrificou a dignidade humana ao garantir a impunidade dos criminosos que feriram os direitos humanos, a renúncia à justiça se manifesta diariamente na democracia instaurada no país. Napolitano continua e sugere que “o momento da verdade se fez *apesar* do Estado”, como, por exemplo, no levantamento dos casos de tortura realizado pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, que resultou no livro *Brasil: nunca mais*, publicado em 1985.<sup>221</sup> Ainda que os governos democráticos eleitos após 1989 assumissem a responsabilidade pelos crimes praticados pelo Estado, não tiveram força para investigar os atos de violência.

O interesse pelo passado ainda é grande, mas percebo que nos últimos anos outras formas para acessá-lo tem se disseminado. Se um dos desafios da ciência histórica é dar significado aos acontecimentos, outro é convencer o público daquela interpretação. A consciência histórica é a construção de uma representação do passado, muitas vezes um processo que se inicia na memória acerca do passado que as pessoas possuem. O que diferencia uma da outra é o caráter mais complexo e elaborado da primeira, no qual a perspectiva temporal é percebida e fundamenta o raciocínio histórico. O passado está bem localizado e se relaciona com o presente ora com mais ora com menos intensidade. Esquecemos das coisas, a memória não dá conta de lembrar de tudo, é preciso iluminar o passado para lembrarmos dos acontecimentos. Percebo um movimento da literatura brasileira contemporânea em representar os perpetradores de violência de modo a relembrar suas práticas no período, de não permitir o esquecimento desses eventos. Não no sentido de

---

220 KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. Edição Kindle. Pos. 2616-2620.

221 NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. IN: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. (org.). **História e memória das ditaduras do século XX, v. 1**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 97.

construir um julgamento por meio da literatura, mas permitir ao leitor que estabeleça sua própria régua moral para classificar os eventos passados. O estudo aqui realizado acerca dos perpetradores de violência na ficção brasileira contemporânea quis mostrar como esse discurso acessa o passado e o representa. Se convence ou não, cabe ao leitor. Aqui, me limitei a analisar a construção desses personagens infames em um tempo em que os fantasmas esquecidos no porão encontraram uma brecha e voltaram a nos assombrar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEG, Henri. **A tortura**. Tradução Samuel Titan Jr. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020.
- AMISS, Martin. **A zona de interesse**. Tradução Donaldson Garschagen. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ANHEIM, Étienne; LILTI, Antoine. Introduction. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, Paris, vol. 65, n. 2, p. 253-260, 2010. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-Annales-2010-2-page-253.htm>. Acesso em: 1 jun. 2019.
- ANKERSMIT, Frank. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Tradução Jonathan Menezes et al. Londrina: Eduel, 2012.
- ANTELME, Robert. **A espécie humana**. Tradução Maria de Fátima Oliva do Couto. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- ARENDRT, Hannah. **Eichmman em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ASSIS, Arthur Alfaix. Objectivity and the First Law of History Writing. **Journal of the Philosophy of History**, Boston v. 13, n. 1, pp. 1-23, 5 mar 2019. Disponível em: [https://brill.com/view/journals/jph/13/1/article-p107\\_7.xml?language=en](https://brill.com/view/journals/jph/13/1/article-p107_7.xml?language=en). Acesso em: 25 mar. 2021.
- AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. Apresentação. *In*: \_\_\_\_\_. (org.) **A história (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019. pp. 7-18. Disponível em: [https://editoramilfontes.com.br/acervo/A%20Historia%20\(in\)disciplinada.pdf](https://editoramilfontes.com.br/acervo/A%20Historia%20(in)disciplinada.pdf). Acesso em: 10 set 2021.
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo**. Tradução Paulo Bezerra. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.
- BARTHES, Roland. **Michelet**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- BARTHES, Roland. O discurso da história. *In*: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 163-180.
- BARTHES, Roland. O efeito de real. *In*: Vários autores. **Literatura e semiologia: Pesquisas semiológicas**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 35-44.
- BAUER, Caroline. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. 2ª. Porto Alegre: Medianiz, 2014.
- BAUER, Caroline. **Como será o passado?: História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade**. 1. ed. Jundiá, SP: Paco, 2017.

BAUER, Caroline. Usos do passado da ditadura militar brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro. *In*: KLEN, Bruna S.; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdei Lopes de (org.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Milfontes, 2020. pp. 183–204.

BENEDETTI, Ivone. **Cabo de guerra**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

BEVERNAGE, Berber. O passado é mau/ O mal é passado: sobre política retrospectiva, filosofia da história, e maniqueísmo temporal. *In*: BEVERNAGE, Berber. **Caminhos para a Teoria da História: filosofias das historicidades e a questão da justiça histórica**. Tradução Walderez Ramalho. Vitória: Editora Milfontes, 2020. Edição Kindle.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade, v. 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CAMARGO, Flávio Pereira; RODRIGUES, Célia Aparecida Ribeiro; FARIAS, Ronaldo Soares. Um grão de valentia: violência e trauma em Cabo de guerra, de Ivone Benedetti. **Miscelânea**, Assis, v. 28, p. 127-145, jul.-dez. 2020. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/1652>. Acesso em: 9 dez. 2021.

CHARBEL, Felipe. As novas fisionomias do romance histórico. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 13, n. 32, p. 19–46, 12 abr. 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1530>. Acesso em: 5 nov 2020.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?**. Tradução Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro**. Brasília: Editora UNB, 1996.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Tradução Vanessa Brito e João Pedro Capacho. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2020.

DOMANSKA, Ewa. The Material Presence of the Past. **History and Theory**, [S.l.], n. 45, out. 2006, p. 346. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2303.2006.00369.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-2303.2006.00369.x>. Acesso em: 1 mar 2022.

ELIAS, Amy J. Historiographic metafiction. *In*: MCHALE, Brian; PLATT, Len (ed.). **The Cambridge History of Postmodern Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, pp. 293-307.

ELIAS, Amy J. Metahistorical Romance, the Historical Sublime, and Dialogic History. **Rethinking History: The Journal of Theory and Practice**, New York, US: Taylor & Francis, v. 9, n. 2-3, p. 159-172, 2005.



ELIAS, Amy J. **Sublime desire**: history and post-1960s fiction. Baltimore: John Hopkins University Press, 2001.

FELMAN, Shoshana. **O inconsciente jurídico**: julgamentos e traumas no século XX. 1. ed. Tradução Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: EDIPRO, 2014.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO; Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 343–404.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2015.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. **Varia História**, v. 28, n. 47, p. 43-59, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021. p. 49.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política**: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FOLHA DE SÃO PAULO. Limites a Chávez [editorial]. **Folha de São Paulo**, 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>. Acesso em: 19 maio 2021.

GALLO, Carlos Artur. **Um acerto de contas com o passado**: crimes da ditadura, “Leis de Impunidade” e decisões das Supremas Cortes no Brasil e na Argentina. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. Edição Kindle.

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó**: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos dos agentes do regime. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2014.

GOUVERITCH, Philip; MORRIS, Errol. **Procedimento operacional padrão**: uma história de guerra. Tradução Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HIRSCH, Marianne. The Generation of Postmemory. **Poetics Today**, [S.l.], n. 29, v. 1, 2008. p. 103-128. DOI: <https://doi.org/10.1215/03335372-2007-019>. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/poetics-today/article/29/1/103/20954/The-Generation-of-Postmemory>. Acesso em: 1 mar 2022.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

ISER, Wolfgang. O fictício e o imaginário. *In*: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). **Teoria da ficção**: indagações à obra de Wolfgang Iser. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. pp. 65–77.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. *In*: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2, pp. 955–987.

JAUSS, Hans Robert; AZEVEDO GUEDES. A. C. Os usos da ficção na história. **Revista Teoria da História**, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 236-261, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/68605>. Acesso em: 16 set. 2021.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. Edição Kindle.

KLEINBERG, Ethan. **Haunting History**: for a deconstructive approach to the past. Stanford: Stanford University Press, 2017.

KLEINBERG, Ethan. Reflections on Theory of History Polyphonic. **Geschichtstheorie am Werk**[online], 2021. Disponível em: <https://gtw.hypotheses.org/757>. Acesso em: 4 jan 2022.

KUCINSKI, Bernardo. **K. - Relato de uma busca**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LACAPRA, Dominick. **Writing history, Writing Trauma**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2014.

LACAPRA, Dominick. History and the novel. *In*: LACAPRA, Dominick. **History and Criticism**. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

LACAPRA, Dominick. **History in transit**: experience, identity, critical theory. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

LADDAGA, Reinaldo. **Estética de laboratório**: estratégias das artes do presente. Tradução Magda Lopes. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEMOES, Renato. A “ditadura civil-militar” e a reinvenção da roda historiográfica. Carta enviada ao jornal **O Globo**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [https://www.academia.edu/12130646/A\\_ditadura\\_civil\\_militar\\_e\\_a\\_reinvencao\\_da\\_roda\\_hist\\_oriografica](https://www.academia.edu/12130646/A_ditadura_civil_militar_e_a_reinvencao_da_roda_hist_oriografica). Acesso em: 13 maio 2021.

LÍSIAS, Ricardo. Dez fragmentos sobre a literatura contemporânea no Brasil e na Argentina ou de como os patetas sempre adoram o discurso do poder. *In*: TELES, E.; SAFATLE, V. (org.) **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. Edição Kindle.

LUDMER, Josefina. **Aqui América latina**: uma especulação. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MALERBA, Jurandir (org.). **História e narrativa**: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Vozes, 2016.

MCGOTHLIN, Erin. **The Mind of the Holocaust Perpetrator in Fiction and Nonfiction**. Detroit: Wayne State University Press, 2021.

MELO, Demian. A miséria da historiografia. **Revista Outubro**, ed. 14, p. 111-130. fev. 2006. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/a-miseria-da-historiografia/>. Acesso em: 13 maio 2021.

MELO, Demian. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias. In: MELO, Demian. (org.) **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 157–188.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. Edição Kindle.

NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. (org.). **História e memória das ditaduras do século XX**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 97.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15esp, p. 9-44, nov. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2015v8n15esp9>. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>. Acesso em: 28 fev. 2022.

O GLOBO. Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro [editorial]. **O Globo**, 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 22 abr. 2021.

OLIVEIRA, Rejane Pivetta de. Experiência ditatorial e ficção democrática em *Volto semana que vem*, de Maria Pilla. In: OLIVEIRA, Rejane Pivetta de; THOMAZ, Paulo C. (org.). **Literatura e ditadura**. Porto Alegre: Zouk, 2020. p. 143-155.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. Edição Kindle.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Estudos históricos (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p. 721-740, dez 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942017000300011>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21862017000300721&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862017000300721&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 set 2019.

RANCIÈRE, Jacques. O inesquecível. In: RANCIÈRE, Jacques. **Figuras da história**. Tradução Fernando Santos. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 11-51.

- RAMOS, André da Silva. Ethan Kleinberg: Teoria da História como Fantologia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 10, n. 25, pp. 193-211, 26 mar. 2018. DOI: 10.15848/hh.v0i25.1345. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1345>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/a-ditadura-civil-militar-438355.html>. Acesso em: 1 maio 2021.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SAER, Juan José. El concepto de ficción. In: SAER, Juan José. **El concepto de ficción**. 4. ed. Buenos Aires: Seix Barral, 2014. p. 9–16.
- SANDERS, Mark. **Ambiguities of Witnessing: law and literature in the time of a truth commission**. Stanford: Stanford University Press, 2007.
- SARLO, B. Relato, história e memória. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 24, n. 2, p. 17–32, 2021. DOI: 10.5216/rth.v24i2.71193. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/71193>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- SCOTT, Joan W. The Evidence of Experience. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 17, n. 4, p. 773–797, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1343743?seq=1>. 24 fev. 2021.
- SCHNEIDER, Henrique. **Setenta**. Porto Alegre: Não Editora, 2019. Edição Kindle.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (org.). **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. pp. 59-88.
- SONTAG, Susan. Sobre o estilo. In: SONTAG, Susan. **Contra a interpretação: e outros ensaios**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 30-57.
- TELES, Edson. **Democracia e Estado de Exceção: Transição e Memória Política no Brasil e na África do Sul**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2015.
- TITAN JUNIOR, Samuel. Que é uma nação?, de Ernest Renan. **Plural**, São Paulo, v. 4, n. 1, seção Traduções, 4 jun. 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75901>. Acesso em: 28 set. 2020. p. 161.
- TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. 2. ed. Tradução Tiago Avó. Lisboa: Edições Unipop, 2012.
- VECCHI, R.; DALCASTAGNÈ, R. Apresentação. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, [S. l.]**, n. 43, p. 11–12, 2014. DOI: 10.1590/S2316-40182014000100001. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9941>. Acesso em: 22 dez. 2021.

WHITE, Hayden. **Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX**. Tradução José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014a.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura**. Tradução Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.